

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90**

Gustavo Viana Machado

Dissertação de Mestrado apresentada  
no Instituto de Economia da Unicamp  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Econômicas, sob orientação  
do Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni.

Campinas, 2002



Esta tese é dedicada a meus pais, José Airton e Izabel, e a meus irmãos, Priscila e Daniel.



## AGRADECIMENTOS

A elaboração final deste trabalho não é apenas fruto de um esforço individual, mas só pôde ser concretizada pelo apoio incondicional recebido de minha família.

Os meus pais, tanto me proporcionaram um ambiente favorável para que pudesse me voltar integralmente à elaboração da tese, como também souberam me dar o tempo e ter a paciência necessária para que minha reflexão pudesse amadurecer. Contudo, a contribuição dos meus pais vai além do apoio imediato me dado durante a elaboração do trabalho, mas diz respeito à formação que me proporcionaram e aos valores que sempre cultivaram e procuraram me passar.

Agradeço a meu pai, José Airton, pelo apoio fundamental que me deu nos momentos mais difíceis e, sem o qual, não seria possível a elaboração desta tese. Admiro-o por seu espírito crítico, sua inteligência, bem como por seus valores e seu exemplo de integridade e dedicação demonstrados em todas as suas atividades.

Agradeço a minha mãe, Izabel, pelo apoio incondicional, sobretudo nos momentos mais difíceis de desânimo, em que sempre se dispôs a me ouvir e não me deixar abater. Admiro-a e, sou grato, por toda sua dedicação pessoal durante minha formação e por seu esforço em sempre procurar me proporcionar o melhor.

Agradeço a meu irmão, Daniel, pelo companherismo e apoio me dado durante todo o trabalho, como também agradeço a minha irmã, Priscila.

Agradeço ainda a todos os professores do ensino fundamental e do instituto de economia da Unicamp que contribuíram para minha formação e sempre procuraram estimular minha reflexão. Por fim, agradeço a meu orientador, Geraldo Di Giovanni, pelo apoio e pela liberdade que me deu para refletir sobre temas, muitas vezes complexos, mas fundamentais.



## PREFÁCIO

O trabalho nasce do esforço de procurar entender os processos e os rumos tomados pela economia brasileira nos anos noventa. Ou seja, durante o tempo de reflexão, busquei organizar algumas hipóteses que me ajudassem a compreender os motivos que levam, nos anos noventa, à adoção de um modelo econômico que aprofunda a dependência e a exclusão social. Apesar do trabalho se circunscrever aos anos noventa, o esforço foi de conceber uma análise mais ampla que pudesse entender por que, em etapas decisivas da história do país, fez-se recorrentemente a opção por um tipo de desenvolvimento que perpetua as formas de dependência e de exclusão social.

O esforço de procurar entender os rumos tomados pela economia brasileira nos anos noventa é, na verdade, o esforço de procurar extrair a identidade do país, mais especificamente, a identidade de elites econômicas e políticas, as quais sempre canalizaram seus esforços para a viabilização de um tipo de desenvolvimento que preservasse seus privilégios. É, portanto, a perplexidade, diante da forma como estas elites dirigentes orientaram o desenvolvimento nacional, que me motivou a refletir sobre os rumos das transformações econômicas dos anos noventa.

O esforço de reflexão sobre a problemática nacional é, ao mesmo tempo, fruto de um esforço individual que, muitas vezes, envolveu, tanto abdicação de projetos ou aspirações pessoais, quanto exigiu muitos momentos de isolamento, nos quais me privei do convívio dos meus familiares e amigos. Contudo, a reflexão parece indissociada do silêncio, do recolhimento e da abdicação pessoal.

A reflexão produz, então, o conhecimento que é libertário, ao mesmo tempo aprisionante. É libertário porque permite uma nova interpretação da realidade ou a descoberta de uma realidade oculta. Ou seja, a reflexão traz luz a aspectos da realidade, antes obscuros. Todavia, a reflexão – que produz o conhecimento – é também aprisionante, não só porque exige o silêncio e o recolhimento, mas porque torna o diálogo restrito a poucas pessoas, tidas como técnicos ou especialistas, o que não deixa de ser reflexo de uma sociedade que concentra, até mesmo a informação e o conhecimento.

A elaboração de um trabalho, como este, foi dificultada, particularmente, por um momento específico, em que, cada vez mais, a lógica mercantil penetra na dimensão da reflexão. Em meio à limitação de recursos dirigidos à produção acadêmica, reduz-se prazos e passa-se a exigir, como em outras atividades, o mesmo critério de produtividade e eficiência, como se estes mesmos critérios pudessem ser aplicados, sem prejuízo, à produção do conhecimento. Todavia, ignora-se que o tempo da reflexão é distinto do tempo econômico.

A adequação aos desígnios da produtividade e eficiência da lógica mercantil resulta, no entanto, no predomínio do pensamento burocrático, alicerçado na superficialidade da análise, na simplificação da realidade ou no reducionismo econômico. É, então, neste contexto que ganha dimensão o pensamento “pragmático” orientado apenas por um projeto individual de obtenção de um título, mas sem qualquer pretensão ou compromisso com um tipo de reflexão orientada por um fim maior, de inconformismo e de tentativa de transformação da realidade. Enfim, a lógica mercantil esvazia a criatividade, a ousadia ou o caráter revolucionário de um tipo de reflexão que se orienta para a transformação da realidade.

O meu esforço pessoal de reflexão procurou, no entanto, orientar-se por um caminho distinto das tendências atuais, daí, inclusive, as grandes dificuldades que tive na elaboração do trabalho. Todavia, busca-se, como em todas as atividades humanas, dar um sentido para todo este esforço pessoal, de tal maneira, que este esforço pessoal pudesse ser recompensado, caso conseguisse despertar algum tipo de reflexão, algum tipo de questionamento ou, até mesmo, despertar posições contrárias que pudessem suscitar o debate.

**Gustavo Viana Machado, agosto, 2002.**

## **RESUMO**

O objetivo geral do trabalho é procurar analisar a transição do projeto nacional desenvolvimentismo para o projeto econômico neoliberal. Contudo, esta transição seria analisada da perspectiva da burguesia nacional. Enfim, busca-se identificar quais os incentivos ou motivações teriam a burguesia nacional para aderir ao receituário neoliberal.

A análise se centra inicialmente nos sinais econômicos que evidenciarão a desarticulação do projeto nacional desenvolvimentista. Em seguida, identifica-se três motivações que poderiam explicar a adesão, por parte de nossa burguesia, a agenda econômica neoliberal, entre estes motivos, estão: a abertura de novas oportunidades de valorização, a possibilidade de aprofundar a associação externa e, por fim, a possibilidade de intensificar a modernização de seus padrões de consumo.







## Sumário

<i>Introdução</i> .....	1
<b><i>Capítulo I: O Esgotamento do modelo desenvolvimentista</i></b> .....	9
1.1. Considerações iniciais.....	11
1.2. A vulnerabilidade externa do projeto desenvolvimentista.....	15
1.3. A crise do Estado desenvolvimentista.....	26
1.4. A não constituição de um núcleo endógeno de inovação.....	40
1.5. Considerações finais.....	48
<b><i>Capítulo II: O processo de valorização de capitais</i></b> .....	51
2.1. Considerações preliminares.....	53
2.2. Os benefícios econômicos trazidos pela agenda liberal.....	56
<b>Capítulo III: A associação com o capital externo nos noventa</b>	69
3.1. Os dados econômicos.....	71
3.2. Aspectos preliminares.....	75
3.3. As oportunidades de valorização.....	77
3.4. A modernização.....	90
3.5. O fortalecimento das classes dominantes.....	94
3.6. A aversão a rupturas.....	95
<b><i>Capítulo IV: A modernização dos padrões de consumo</i></b> .....	97
4.1. Os dados econômicos.....	99
4.2. Os principais aspectos da modernização.....	101
4.3. Os determinantes da modernização.....	118
<b><i>Conclusão</i></b> .....	127
<b><i>Referências bibliográficas</i></b> .....	133

## INTRODUÇÃO

Os anos noventa presenciaram uma profunda transformação na estrutura do capitalismo brasileiro com a substituição do "modelo desenvolvimentista" - de forte intervenção estatal e protecionismo - para um "modelo liberal" de predomínio das relações de mercado.

O projeto nacional desenvolvimentista ou simplesmente o modelo desenvolvimentista - predominante no país entre a década de cinquenta e oitenta - poderia ser caracterizado por um programa de ação deliberada de indução à modernização, através da industrialização, porém, uma industrialização pautada na substituição de importações.

A estratégia desenvolvimentista se sustentava numa visão teórica consagrada pela CEPAL que questionava a eficácia da especialização primária, como superadora dos problemas relativos ao atraso econômico. Ao mesmo tempo, as teses "cepalinas" propunham uma visão alternativa de desenvolvimento que destacava a especificidade da situação periférica latino-americana. É, assim, que para os teóricos da CEPAL, a condição de subdesenvolvimento latino-americana só poderia ser superada pela industrialização, mas uma industrialização induzida pela ação do Estado. Ou seja, por um lado, reconhecia-se a impossibilidade de uma industrialização espontânea na América Latina. Por outro lado, identificava-se de forma automática desenvolvimento econômico e redução das disparidades sociais ao aprofundamento da industrialização.

O projeto desenvolvimentista gestado nos anos cinquenta podia, portanto, ser conceituado a partir de um tipo específico de relacionamento entre os agentes econômicos em que se dava uma clara divisão de tarefas, na qual coube ao Estado, participar, coordenar ou planejar as bases da acumulação capitalista brasileira. Em contrapartida, as empresas de capital nacional buscaram formas de convivência pacífica com o capital externo e ocuparam posições secundárias na industrialização em setores tradicionais da indústria de bens de consumo, da indústria de construção civil e da produção de bens intermediários como papel e celulose. Por sua vez, as empresas estrangeiras se posicionaram nos setores mais dinâmicos e acabaram por estar presentes em praticamente todos os setores da indústria de transformação.

A articulação entre agentes econômicos ocorrida na estratégia desenvolvimentista revela que a caracterização deste não pode ser dissociada da idéia

de intervenção pública e planejamento. Ou seja, constitui-se um tipo peculiar de Estado que cumpre papel decisivo no financiamento do investimento, na construção da infraestrutura de transportes ou telecomunicações e na produção direta de insumos. Por outro lado, o Estado desenvolvimentista ainda articulava e protegia os capitais privados pela manipulação "heterodoxa", seja das políticas fiscal e monetária<sup>1</sup>, seja das tarifas alfandegárias<sup>2</sup>.

A agenda econômica neoliberal incorporada pelo país nos anos noventa, por sua vez, pode ser caracterizada a partir da idéia da primazia do mercado que, através do sistema de preços, é tido como o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos.

A tese liberal da primazia do mercado deriva em outro traço do neoliberalismo, assentado na idéia do Estado mínimo, ao qual caberia apenas criar um ambiente institucional e jurídico capaz de favorecer a livre atuação dos agentes econômicos.

A ideologia neoliberal, portanto, postula que o Estado deva garantir, prioritariamente, o bom funcionamento e a estabilidade do sistema de preços<sup>3</sup>. Ou seja, a intervenção estatal somente deve ser requerida para reformar o regime institucional, quando este se tornar empecilho ao bom funcionamento do mercado. No entanto, o regime institucional deve sempre coibir os "excessos" da ação do Estado, particularmente, quando este se torna presa de interesses particularistas ou sofre o "impulso" de agir em causa própria.

O neoliberalismo, entretanto, não constitui um corpo teórico "próprio" ou original, dado que as suas teorizações estão apoiadas no pensamento liberal ou no conservador. Por sua vez, os dogmas neoliberais não se apresentam em teses coerentes ao longo do tempo, já que suas proposições teóricas se modificaram no decorrer dos anos - particularmente no que diz respeito à responsabilidade do Estado quanto à educação, combate à pobreza, crescimento sustentado, desenvolvimento tecnológico e ganho de competitividade nas economias nacionais<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A manipulação das políticas fiscal e monetária visava manter e incentivar a rentabilidade dos investimentos privados.

<sup>2</sup> A manipulação das tarifas alfandegárias garantia uma reserva de mercado aos produtos locais, o que se apresentava como outra característica da estratégia desenvolvimentista.

<sup>3</sup> O sistema de preços correto para a doutrina neoliberal deve refletir a produtividade dos fatores e as preferências dos consumidores (Erber e Cassiolato, 1997)

<sup>4</sup> A análise, em Draibe, das transformações das proposições neoliberais identifica dois momentos: uma primeira fase, em que se tem um discurso defensivo de superação da crise pela crítica ou negação dos princípios da regulação sócio-econômica e, por fim, uma segunda fase, na qual a ênfase se coloca em políticas de apoio ao crescimento. Entre estas políticas destaca-se: a elevação da competitividade sistêmica, mecanismos de modernização e flexibilização da estrutura e investimentos em capital humano. (Draibe, 1993)

O projeto neoliberal pode, então, ser definido muito mais como um discurso acompanhado de uma série de regras práticas de ação referentes a governos. Por isso faz referência a idéias e não a interesses. Ou seja, os teóricos neoliberais se declaram movidos por idéias ou valores "distantes e acima dos particularismos, corporativismos e populismos de toda ordem"<sup>5</sup>. Daí a importância que assume no seu discurso conceitos como modernidade, flexibilidade e eficiência<sup>6</sup>.

O poder de convencimento e a rápida disseminação das idéias neoliberais parecem estar ligados ao fascínio de se apresentarem como preceitos não relacionados a interesses particularistas, mas sim, a inquestionáveis princípios lógicos que se adotados corretamente conduziriam ao bem-estar sócio-econômico do país. Ou seja, os teóricos neoliberais advogam ser portadores de uma análise imparcial ou mesmo difusores de uma teoria pura - como se fosse possível desvincular idéias ou teorias de interesses.

A implantação concreta dos dogmas neoliberais no país pode ser identificada, por um lado, a partir da metade da década de noventa, com a idealização de um plano de estabilização, pautado nos processos de valorização cambial<sup>7</sup> e abertura comercial<sup>8</sup>, os quais continham o aumento dos preços internos. Mas, por outro lado, a implementação pelas elites brasileiras das idéias neoliberais começa a se delinear já no início dos anos noventa e assume de fato a importante dimensão de reformas estruturais do capitalismo brasileiro na metade da década. É, então, neste contexto de reformas estruturais que se situam os processos de liberalização financeira, abertura comercial e redução do papel do Estado na economia.

As anteriores caracterizações, do projeto nacional desenvolvimentista e da agenda econômica neoliberal, permitem, então, apontar que o objetivo geral do trabalho é procurar identificar as motivações - sejam políticas, econômicas ou ideológicas - que levam as elites brasileiras a abandonarem, nos anos noventa, todo o ideário nacional desenvolvimentista em direção à adesão da agenda econômica neoliberal.

---

<sup>5</sup> Draibe(1993, p.88)

<sup>6</sup> A passagem de Draibe sobre Scheneider ilustra bem as idéias neoliberais: " Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas."(Schneider, Compreensão do Neoliberalismo, in Diálogo, 1, vol 23,p.7)

<sup>7</sup> O processo de valorização cambial só foi possível devido ao retorno, nos anos noventa, dos fluxos de capitais externos.

<sup>8</sup> A abertura comercial tem um componente estrutural referente à tentativa de modernizar a estrutura industrial nacional. Mas também tem o objetivo de conter o aumento dos preços internos através do aumento da concorrência.

O objetivo da análise é, portanto, identificar as razões que levam, nos anos noventa, à conformação de uma ampla coalizão de diferentes segmentos das elites nacionais em torno da assimilação da agenda liberal. Assim, o termo elites - utilizado durante todo decorrer da análise – designaria as elites econômicas do país, ou seja, os segmentos sociais que ocupam posições econômicas centrais, tais como, por exemplo, empresariado nacional ou os banqueiros.

O termo burguesia nacional designaria diferentes segmentos sociais compreendidos, desde setores tradicionais agro-exportadores, até setores modernos relacionados ao capital financeiro e industrial.

O capital agro-exportador designaria os segmentos de latifundiários que historicamente controlavam a propriedade da terra e desenvolveram uma atividade produtiva voltada para os mercados externos. Assim, construíram-se oligarquias de poder regional. Entre esta oligarquia agrária se encontravam latifundiários, como fazendeiros de café, usineiros de açúcar ou grandes pecuaristas. Entretanto, com a expansão da fronteira agrícola e com o avanço do processo de industrialização se promove uma modernização dos processos produtivos no campo. É, dessa forma, portanto, que ocorre uma transformação do capital agrário que se volta para novos produtos de exportação como soja, milho e laranja. Por fim, nos anos setenta, surgem os complexos agro-industriais caracterizados pela grande empresa, em torno da qual, estabelecem-se pequenos proprietários que produzem sob encomenda para estes grandes conglomerados.

O termo burguesia industrial utilizado no trabalho, por sua vez, refere-se ao capital industrial nacional que se consolida a partir dos anos cinquenta com a instituição de reservas de mercado cativas. Assim, o conceito de burguesia industrial designaria o empresariado nacional resguardado da concorrência internacional e que passa a ocupar uma posição secundária no processo de industrialização. Ou seja, a burguesia industrial local passa a buscar formas de convivência pacífica com o capital internacional, desde o início da industrialização.

A burguesia industrial nacional, portanto, renunciaria a qualquer pretensão de liderar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e, por sua vez, limitaria-se a tirar proveito da ação econômica do Estado e das oportunidades de investimento abertas nas brechas da atuação das empresas multinacionais.

O conceito de burguesia industrial utilizada no trabalho se aplicaria, portanto,

aos espaços de valorização, nos quais se concentrava o capital nacional, a saber: os setores tradicionais da indústria de bens de consumo, incluindo-se a de alimentos, têxtil, calçados, bebidas e móveis; e os setores de produção de bens intermediários, como cimento, papel e celulose. Por fim, o capital nacional se faz presente na indústria da construção civil e de estradas e rodagem, destacando-se a figura do grande empreiteiro.

O termo burguesia financeira designaria, por sua vez, primordialmente, o capital nacional presente no setor bancário que se constituiu numa reserva de mercado cativa. No entanto, esta reserva de mercado chega ao fim com o processo de desregulamentação do setor financeiro brasileiro que levou, na década de noventa, à entrada maciça de bancos estrangeiros no país. Por capital financeiro, entende-se, ainda, os vários conglomerados financeiros encabeçados normalmente por um banco comercial e que englobava: banco de investimento, financeira, sociedade de crédito imobiliário, distribuidora e corretora de valores, companhia de seguro - cada um especializado em um segmento de mercado, conforme a reforma financeira de 1964/66. Entretanto, a partir de 88 uma nova reforma bancária pôs fim à compartimentação legal existente, o que levou à criação dos bancos múltiplos.

A burguesia nacional seria, então, entendida, como a classe que detém os meios de produção, ou seja, o capital. Todavia, a distinção feita entre o capital industrial, financeiro e agrário é um mero recurso analítico, visto que, numa economia capitalista, estes capitais estão imbricados.

O estudo, ao definir o conceito de burguesia nacional e ao focar a análise sobre a assimilação, nos anos noventa, da agenda liberal, procurará apreender tal evento como resultado de um processo sócio-político e cultural. Portanto, a definição do projeto econômico liberal será percebida como fruto do embate de forças sociais antagônicas, em que interesses de um determinado grupo ou coalizão de grupos sociais - com maior poder de barganha - impõe-se sobre os demais segmentos sociais.

A análise empreendida difere da maioria das interpretações econômicas sobre a incorporação da agenda liberal, as quais se restringem a uma perspectiva meramente "economicista", ao centrar os estudos sobre variáveis macroeconômicas, como câmbio, juros ou grau de abertura da economia<sup>9</sup>. Entretanto, grande parte das interpretações econômicas sobre a década de noventa não se aprofunda na tentativa de explicar por que

---

<sup>9</sup> A questão não é que não se considere importante as análises econômicas sobre variáveis macro. Ao contrário, estas análises são de extrema importância para se entender os processos em curso nos anos noventa. Mas se quer chamar atenção para a análise dos interesses negligenciada.

uma determinada conformação econômica é preferida em relação a outro modelo econômico. Ou seja, as análises "economicistas" acabam não se perguntando que tipo de interesses de grupos sociais estão por trás da definição das variáveis macro, como o nível do câmbio, juros ou grau de abertura da economia.

O trabalho, portanto, procurará identificar quais os conjuntos de incentivos ou interesses das elites nacionais estão por trás da adesão à agenda econômica liberal. Ou seja, procurar-se-ia identificar quais seriam as perspectivas e oportunidades políticas/econômicas abertas pelo projeto neoliberal para diferentes frações das elites brasileiras.

As interpretações contidas no trabalho procurariam refutar análises que concebiam a economia como uma esfera autônoma e alheia aos aspectos políticos. Ao contrário, a perspectiva da análise adotada procurará apontar as articulações e conexões entre a esfera econômica e política que criariam um ambiente propício à adoção das propostas liberais.

A análise, diante da perspectiva de reconhecer a interação entre os processos políticos e econômicos, levanta como hipótese o processo de esgotamento do projeto desenvolvimentista que conduziu à necessidade da adoção de um modelo econômico alternativo, o qual toma forma, nos anos noventa, com a implementação da agenda econômica liberal.

O primeiro capítulo abordará, então, a exaustão do projeto nacional desenvolvimentista através de três aspectos fundamentais: a fragilização financeira do país, a crise do Estado e a não constituição de um núcleo endógeno de inovação tecnológica.

Os capítulos seguintes, por sua vez, procurarão explicitar as motivações e os interesses que levam, nos anos noventa, à implantação programática da agenda liberal. Ou seja, após apontar evidências sobre a desarticulação do modelo desenvolvimentista, procurar-se-ia identificar de que forma os princípios da agenda liberal seriam compatíveis com a mentalidade da burguesia nacional.

A análise sobre as motivações da adesão à agenda liberal passaria, portanto, pela tentativa de se identificar a racionalidade ou mentalidade da burguesia nacional que pudesse estabelecer um padrão de comportamento histórico. Enfim, a identificação de um padrão de comportamento histórico de nossas elites, não somente explicaria os condicionantes da incorporação da agenda liberal dos noventa, mas conferiria à análise um caráter mais geral que permitiria estabelecer semelhanças com processos

econômicos anteriores.

O segundo capítulo, então, buscará identificar ou explicitar as novas oportunidades de ganhos econômicos, surgidas para vários segmentos das elites nacionais, com a implantação das recomendações econômicas neoliberais.

O terceiro capítulo versará sobre o comportamento histórico de nossas elites em buscar aprofundar as relações com o capital internacional. Mais especificamente será tratado como se dá este processo nos anos noventa. Assim, numa primeira parte se apresentará dados que explicitassem o aprofundamento da associação com o capital externo no país. Em seguida, procurar-se-ia formular uma explicação geral - não só restrita aos anos noventa - sobre os motivos que explicariam o comportamento da burguesia nacional em buscar aprofundar os laços com as grandes potências internacionais.

O último capítulo abordará o processo de modernização dos padrões de consumo em três partes: inicialmente se apontaria dados que comprovassem a atualização dos padrões de consumo dos anos noventa; posteriormente procurar-se-ia definir a modernização dos padrões de consumo nos seus mais diversos aspectos e, por fim, procurar-se-ia apontar alguns motivos que explicariam a modernização dos padrões de consumo, não só nos anos noventa, como em períodos históricos anteriores.

## **Capítulo I: O esgotamento do modelo desenvolvimentista**

## **1.1 - Considerações iniciais**

A análise do anos noventa sobre a incorporação - pela burguesia nacional - da agenda econômica liberal requer, então, como primeiro passo, apontar indícios do esgotamento da anterior estratégia desenvolvimentista, o qual abriu espaço para busca de estratégias alternativas de desenvolvimento econômico.

A incorporação da nova agenda liberal se viabiliza pela própria impossibilidade de continuidade do modelo econômico anterior, já que, ao menos do ponto de vista teórico, poder-se-ia pensar sobre a possibilidade de continuação ou revitalização da estratégia desenvolvimentista. Entretanto, ao se empreender uma análise especulativa sobre a possibilidade da continuidade do projeto desenvolvimentista, deve-se analisar se as bases internas de sustentação sócio-econômica desenvolvimentista - e o novo contexto internacional que se gesta na década de setenta - obstaculizam ou não a revitalização do projeto desenvolvimentista.

A questão fundamental é entender se a continuidade do projeto desenvolvimentista ainda atendia, seja os interesses das elites locais, seja os interesses do grande capital internacional; ou, ao contrário, a perpetuação da estratégia desenvolvimentista somente conduzia a uma deterioração das condições econômicas que gerava crescente insatisfação entre as elites políticas, técnicas e intelectuais brasileiras.

A exaustão do estilo desenvolvimentista abre, portanto, a possibilidade real da emergência de um modelo econômico alternativo que seria fruto do conflito de interesses e do embate político das forças sociais - notadamente das elites nacionais com poder de barganha e maior capacidade de impor um projeto econômico.

A análise, entretanto, não quer apontar um determinismo, como se inevitavelmente só houvesse um único caminho possível para o país que seria representado pela incorporação da agenda liberal. Mas se quer apenas apontar, como o contexto histórico, específico dos anos noventa, favoreceria a incorporação da agenda liberal, dado o fortalecimento dos setores e interesses das elites liberalizantes, face ao enfraquecimento, seja das forças sociais associadas ao modelo desenvolvimentista - debilitadas politicamente - seja das camadas populares e forças sociais progressistas desorganizadas e debilitadas pela grave crise sócio-econômica que se abatia sobre o país, desde a desarticulação do modelo desenvolvimentista. É, portanto, a partir da análise da articulação das classes sociais e do contexto histórico específico - que

fortalece uma ou outra força social - que se pode compreender como são conduzidos os processos históricos e quais são as respostas encaminhadas por uma sociedade em determinado período.

O fato é que se reconhece que o projeto desenvolvimentista, durante o decorrer da sua implantação, apoiou-se em distintas estratégias econômicas<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, reconhece-se os distintos interesses e as diversas composições sociais que caracterizavam os diferentes períodos do projeto desenvolvimentista. Assim, no início da década de trinta até início dos anos cinquenta, podia-se observar a influência de forças sociais relacionadas à defesa do desenvolvimento econômico alicerçado em bases nacionais. No entanto, devido o caráter limitado do trabalho, não se analisará as diferentes correntes sociais e como o viés “internacionalista” se impôs e determinou a trajetória desenvolvimentista a partir de meados dos anos cinquenta.

O capítulo partirá da forma concreta que assumiu a trajetória desenvolvimentista após meados dos anos cinquenta, a qual se estruturou no capital internacional e na intervenção estatal. Ou seja, não se postulará hipóteses sobre como poderia ser diferente a trajetória desenvolvimentista, caso as forças sociais identificadas com o desenvolvimento em bases sociais se impusessem. Ao contrário, se partirá da realidade econômica objetiva, resultante final do embate de forças sociais divergentes, que culminou com a determinação “internacionalizante” do desenvolvimento. Enfim, a discussão sobre outras trajetórias possíveis para a estratégia desenvolvimentista se revelaria estéril, posto que, o que realmente importa é a forma concreta assumida pelo desenvolvimento econômico que vai condicionar todos os determinantes da trajetória e crise do modelo desenvolvimentista.

A análise desenvolvida no capítulo se centrará, então, na forma assumida pela crise desenvolvimentista em meados dos anos setenta. Por isso, não se deterá ou se fará

---

<sup>10</sup> O período de 1956/62, por exemplo, apresenta uma estratégia econômica distinta do período de crescimento entre 1968 e 1974. Assim, durante o período de 1956/62(Plano de Metas), o crescimento industrial esteve apoiado num novo bloco de inversões em favor do departamento de bens de produção e de bens duráveis de consumo, já entre 1968/1974, o crescimento se deu à base da estrutura preexistente, com exceção da petroquímica e de alguns bens do setor elétrico pesado. Por outro lado, no Plano de Metas o setor dominante foi o de bens de produção, no período de 1968/74 o setor dominante foi o de duráveis. Por sua vez, no período de 1956/62, o crescimento foi compatível com o aumento da taxa dos salários reais de base, já em 1968/74, a dominância dos bens duráveis impôs uma diferenciação de salários. Por fim, no Plano de Metas, o crescimento se defrontou com uma capacidade para importar declinante que foi compensada pela entrada substancial de investimentos diretos, visto a inexpressiva importância dos empréstimos em moeda e, então, o pequeno crescimento da dívida externa. Em contrapartida, no período de 1968/74, a capacidade de importar cresceu e ocorreu uma entrada maciça de empréstimos em moeda. (Ver, Cardoso de Mello e Belluzzo, 1998)

menção sobre crises anteriores do projeto desenvolvimentista<sup>11</sup>, até mesmo devido ao caráter limitado do trabalho. Enfim, apenas se deterá nos sinais econômicos que evidenciariam, em meados dos anos setenta, os problemas enfrentados pela trajetória desenvolvimentista.

A hipótese a ser desenvolvida no capítulo postula, portanto, que ocorreu, em meados dos anos setenta, um esgotamento ou exaustão do modelo desenvolvimentista explicitado: pelo crescente grau de endividamento e fragilização externa, crise do Estado intervencionista - peça fundamental do modelo desenvolvimentista - e incapacidade da estratégia desenvolvimentista de gerar um núcleo endógeno de inovação.

Os sinais econômicos que explicitariam a desarticulação do projeto desenvolvimentista poderiam ser vistos, na verdade, como as motivações que impulsionariam nossas elites para abandonar a estratégia desenvolvimentista. Ou seja, em meados dos anos setenta, os sinais econômicos indicativos do esgotamento desenvolvimentista desencadeariam a insatisfação crescente de nossas elites, quanto a ruptura externa, quanto ao Estado interventor<sup>12</sup>, e, por fim, quanto a não constituição de núcleo endógeno de inovação, o qual permitiria a nossas elites atualizar seus padrões de consumo, consoante a nova onda de inovação e introdução de novos produtos, desencadeada a partir de meados da década de setenta. É, portanto, a insatisfação de nossas elites, quanto à trajetória desenvolvimentista, que determina seus esforços em superar este padrão de desenvolvimento.

A disposição de nossas elites em abandonar a estratégia desenvolvimentista, portanto, refere-se ao fato desta não se apresentar mais compatível ou eficiente, quanto ao desejo de dar continuidade aos mesmos padrões de inserção externa e ao fluxo de modernização, propiciado por esta integração. Assim, nos anos oitenta, a ruptura externa do país, em função da suspensão dos fluxos de capitais, geraria insatisfação crescente entre nossas elites e, então, as motivariam a adotar profundas reformas na estratégia de desenvolvimento que atendessem as exigências da comunidade financeira internacional. Por outro lado, a perda da capacidade do Estado em apoiar a acumulação privada – através de subsídios ou tarifas especiais - quebrava o consenso, entre nossas elites, sobre a necessidade de tê-lo à frente da condução do desenvolvimento nacional.

---

<sup>11</sup>Então, não se tratará, por exemplo, da crise desenvolvimentista que se instala no país a partir de 1962.

<sup>12</sup> A insatisfação, quanto ao Estado interventor, deve-se a grave crise fiscal-financeira que o paralisava e impossibilitava que este garantisse as mesmas condições de rentabilidade aos capitais privados.

Por sua vez, a obsolescência da estrutura industrial nacional e sua incapacidade de acompanhar as inovações dos países do capitalismo central acabavam, portanto, por motivar nossas elites a buscar uma nova forma de associação com as empresas transnacionais que possibilitassem atualizar sua pauta de consumo.

A questão da exclusão social – resultante da trajetória desenvolvimentista – deveria ser colocada no centro do debate e ser encarada como um aspecto fundamental, caso se empreendesse uma análise sobre a problemática do desenvolvimento nacional, alicerçado em bases democráticas. Contudo, numa análise sobre as motivações da superação do projeto desenvolvimentista por nossas elites, parece se evidenciar que entre estas determinações não havia qualquer insatisfação quanto ao padrão de desenvolvimento excludente, tal como evidenciado, nos anos noventa, pela substituição do projeto desenvolvimentista pela agenda liberal, a qual se caracterizou por uma forma de inserção externa que aprofundou ainda mais a exclusão social. Em suma, entre os motivos que levam ao abandono da estratégia desenvolvimentista não está qualquer insatisfação de nossas elites quanto a natureza excludente do desenvolvimento nacional, já que, para estas classes, toda problemática do desenvolvimento se reduziria ao acesso a tecnologia e a formas de inserção externa que possibilitassem a continuidade dos fluxos de capitais e, desta forma, dos fluxos de modernização.

A manutenção da estratégia desenvolvimentista viria, portanto, inviabilizar a sua própria sustentação econômica, dado as profundas contradições que gerava, seja do ponto de vista econômico-financeiro e do ponto de vista tecnológico. Portanto, a continuidade do projeto desenvolvimentista, progressivamente, acumulava inconsistências ou desequilíbrios econômicos que, a longo prazo, conduziria ao colapso desta estratégia econômica.

## **1.2 - A vulnerabilidade externa do projeto desenvolvimentista**

O estudo sobre a desarticulação do estilo desenvolvimentista parte da

perspectiva de procurar relacionar os primeiros sinais da crise – em meados dos anos setenta - à própria forma como se estruturou e se desenvolveu o capitalismo brasileiro. Por isso, a meu ver, abarcar as dimensões mais importantes da crise final do projeto desenvolvimentista requer, então, perceber quais especificidades da estrutura do capitalismo brasileiro - que montada sob a égide da estratégia desenvolvimentista - contribuíram para a acumulação ao longo do tempo de distorções ou contradições econômicas, as quais viriam a inviabilizar, nos anos noventa, à própria continuidade deste projeto de desenvolvimento.

A análise a seguir será desenvolvida, portanto, tendo em vista a perspectiva de conceber a crise final do desenvolvimentismo, como reflexo da própria forma como se organizou a estrutura do capitalismo nacional, especialmente a partir de meados dos anos sessenta. Então, a análise do capítulo se centrará, especificamente, sobre a crise final do projeto desenvolvimentista, cujos primeiros sintomas aparecem na metade da década de setenta, mas que torna-se patente no início dos anos oitenta. Assim, em meados dos anos setenta, o primeiro aspecto da crise desenvolvimentista, a ser apresentado, refere-se a crescente vulnerabilidade externa do país, decorrente, de um lado, do crescente endividamento externo<sup>13</sup> e, de outro, do pouco dinamismo ou mesmo a ausência de um significativo setor industrial exportador - ao menos nas dimensões exigidas para se fazer frente a compromissos internacionais assumidos.

A forma como foi financiado o projeto de desenvolvimento nacional apresentou várias deficiências, de um lado, porque não havia um sistema privado de financiamento de longo prazo, de outro, porque a responsabilidade do financiamento de longo prazo passa para o Estado, o qual não dispunha do aporte fiscal de recursos nas dimensões exigidas para se compensar a atrofia do sistema privado. Por sua vez, o crédito externo passou a representar uma alternativa de financiamento de longo prazo muito atrativa<sup>14</sup> as grandes empresas públicas e privadas, especialmente as empresas estrangeiras que operavam na economia brasileira. Então, ao longo dos anos setenta, o crédito externo significou o alargamento das bases de financiamento, principalmente, para faixa de crédito de longo prazo que o sistema privado doméstico não atendia.

---

<sup>13</sup> O crescente endividamento externo foi uma característica peculiar que coincidiu com o período de crescimento entre 1968/1974, visto que na fase expansiva anterior de 1956/62 foi muito reduzida a entrada de empréstimos externos em moeda, o que pode ser observado pelo reduzido crescimento da dívida externa neste período.

<sup>14</sup> A atratividade do crédito externo foi resultado das medidas de política governamental que criava canais institucionais destinados a facilitar o ingresso massivo de capitais de empréstimos, os quais começavam a se tornar abundantes no euromercado de moedas.

A atrofia de instituições privadas de financiamento de longo prazo pode ser mesmo relacionada a forma de desenvolvimento brasileiro - que a partir da década de cinquenta - caracterizou-se pela conformação de estruturas de mercado oligopolistas<sup>15</sup>. Por sua vez, a atrofia do sistema privado de financiamento de longo prazo pode também ser associada a outra especificidade do capitalismo brasileiro que diz respeito a distribuição da propriedade do capital, na qual fica evidente o papel central ocupado pelas empresas estrangeiras nos setores mais dinâmicos da economia.

As características da estrutura do capitalismo brasileiro - consolidadas pela estratégia desenvolvimentista - determinam, portanto, os contornos assumidos pelas formas de financiamento da economia brasileira, já que a consolidação de estruturas de mercado oligopolistas - aliada ao arrocho das políticas salariais - resultam na formação de expressivas margens de poupança interna<sup>16</sup>, as quais estimulam formas de autofinanciamento. Em contrapartida, o peso significativo das empresas estrangeiras possibilita que recorram a recursos externos para o financiamento dos seus investimentos, o que é condicionado, tanto pelas estratégias globais das matrizes, quanto pela aquiescência das políticas governamentais, favoráveis ou complacentes a tomada de recursos externos.

Os contornos básicos assumidos pelo sistema financeiro brasileiro, portanto, estão associados ao padrão de desenvolvimento nacional, montado pela estratégia desenvolvimentista, conforme defende Davidoff: "Essas características relativas às estruturas de mercado e à propriedade do capital, são decisivas, do nosso ponto de vista, para a compreensão das formas de financiamento na longa fase expansiva que vai dos anos cinquenta ao final dos anos setenta. Vejamos, inicialmente, como a questão do financiamento configurou-se para o setor privado ou, mais especificamente, para as empresas privadas que lideraram o crescimento industrial no período. Tais empresas

---

<sup>15</sup> A conformação de estruturas de mercado oligopolistas no país, entretanto, não se deve somente a barreiras à entrada "naturais" determinadas pelo padrão típico de concorrência capitalista, mas também se associa a instituição de barreiras legais à entrada, via práticas protecionistas, as quais garantiam a reserva de mercado aos produtores locais.

<sup>16</sup> A análise de Davidoff explicita as expressivas margens de poupanças internas das empresas instaladas no país: "São eloqüentes, a respeito, os resultados de pesquisa que indicam um mark-up médio na indústria de transformação brasileira, ao longo da década de setenta, muito superior àquele verificado na média da indústria dos países do capitalismo central (Davidoff, 1994, p.66). Ainda em outra passagem apresenta dados: "De fato, dados extraídos das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas evidenciaram não só a importância das fontes internas no período 1972/1975, como também o destacado potencial de autofinanciamento das grandes empresas dado, o maior peso dos fundos de depreciação do capital fixo. Para ficar em alguns poucos exemplos, registra-se que o coeficiente entre os recursos próprios e os investimentos brutos das grandes empresas assumiu os seguintes valores na média dos anos

contaram com duas fontes básicas para a expansão de suas inversões, a saber, o autofinanciamento e o acesso a capitais do exterior(...)As grandes empresas industriais - notoriamente as estrangeiras, continuavam a ter no autofinanciamento e no acesso a recursos do exterior a base financeira para a ampliação de sua capacidade produtiva..."(Davidoff,1994, p.73)

A questão é que a recorrência das empresas a formas alternativas de financiamento conduz a atrofia das instituições privadas de financiamento de longo prazo, já que somente a demanda das empresas por financiamento de longo prazo pode induzir ou viabilizar a oferta privada de fundos de longo prazo. Ao contrário, a proliferação de formas de autofinanciamento e o recurso ao endividamento externo impedem a estruturação de instituições e de instrumentos privados de financiamento de longo prazo.

A atrofia do sistema privado de financiamento de longo prazo tem como consequência imediata jogar para o Estado a responsabilidade de assumir o financiamento do capital fixo das empresas. Entretanto, deve-se ter em mente que o comprometimento do Estado com o financiamento do investimento de longo prazo - como forma de compensar a atrofia do sistema de financiamento privado - dá-se em meio a limitados recursos fiscais. No entanto, os escassos recursos fiscais são fruto mesmo de um pacto conservador de elites que, ao tentar preservar a intocabilidade de vários interesses, acaba por vetar qualquer forma de reforma fiscal, a qual dotasse o Estado de condições de exercer - ou ao menos contrabalançar - satisfatoriamente o financiamento de um projeto de industrialização, menos dependente do grande capital internacional.

A fragilidade fiscal do Estado - frente ao veto das elites brasileiras a uma reforma fiscal consistente - fez com que o financiamento do projeto de desenvolvimento nacional se desse através, de ora ao recurso a emissão monetária, ora a utilização do endividamento público interno e externo, ou seja, formas extremamente frágeis e instáveis de sustentação de um projeto de desenvolvimento industrial, como aponta Fiori: " Na verdade o projeto desenvolvimentista enfrentou, durante toda a sua trajetória, graves problemas de financiamento, seu verdadeiro calcanhar-de-aquiles, responsável pelo aspecto crônico de inflação e pelas periódicas crises fiscais do setor público. Crises superadas através de reformas emergenciais, fiscais e/ou monetárias, que

---

1972/1975: indústria de material de transportes, 1,27; indústria mecânica, 1,46 e indústria de material elétrico e de comunicações, 1,39."(Davidoff,1994, p.68)

nunca conseguiram solucionar, de forma permanente, o problema de fundo ligado às limitações tributárias e à ausência de um mercado privado de capitais ativo e/ou de um sistema bancário privado solidário com o processo de industrialização. Problema que obrigou que o financiamento de longo prazo desta industrialização tivesse que ser feito com recursos externos associados aos recursos mobilizáveis pelo setor público, via política cambial, transferência inflacionária e endividamento. De tal maneira que toda crise fiscal acabasse afetando, invariavelmente, não apenas os gastos convencionais responsáveis pela qualidade dos serviços públicos, mas os próprios investimentos indispensáveis ao avanço do projeto industrializante."(Fiori,1995, p.107)

O fato que se quis destacar foi que as características da estrutura capitalista brasileira - assentada nos grandes oligopólios internacionais – deixaram à mostra, então, a importante alternativa de financiamento representada pelo crédito externo. Assim, nos anos setenta, o importante peso de formas de financiamento ligadas à utilização de recursos externos - como fonte significativa para empresas estrangeiras – ao lado do endividamento das empresas públicas, irá, portanto, expor e fragilizar o país em relação a reversões no mercado internacional de crédito, o que se torna particularmente mais grave, dado a não constituição de um importante setor industrial exportador capaz de garantir as divisas necessárias para se honrar os compromissos internacionais.

O estilo desenvolvimentista, nos anos setenta, de aprofundamento do endividamento externo<sup>17</sup> só poderia ser sustentado enquanto condições satisfatórias de juros/ prazos ou a entrada de novos recursos se mantivessem no mercado internacional de crédito. Ao contrário, qualquer turbulência nas condições internacionais de financiamento revelaria a fragilidade e a dependência estrutural do modelo desenvolvimentista. Entretanto, a manutenção de elevada taxa de crescimento, a despeito do crescente endividamento, encobria a verdadeira percepção da realidade e criava em amplos segmentos de nossas elites a ilusão sobre a viabilidade da continuidade do projeto desenvolvimentista. Ou seja, o ciclo de crescimento da "era" desenvolvimentista alimentou uma verdadeira euforia entre os mais diversos segmentos sociais, seja nas elites proprietárias, classes médias ou operariado. No entanto, este ufanismo nacional se mostrava injustificado, caso empreendêssemos qualquer análise

---

<sup>17</sup> A análise de Davidoff evidencia o crescimento da dívida externa do país ao longo da década de setenta, como aponta: “ É a partir do final dos anos 60 que a dívida bruta inicia uma trajetória de crescimento acelerado, passando de US\$ 3,8 bilhões em fins de 1968 para US\$ 12,6 bilhões em fins de 1973.”(Davidoff, 1999,pp.19-20).

mais profunda que evidenciasse o explosivo endividamento externo acumulado no decorrer dos anos setenta.

A vulnerabilidade externa do país - sob a égide desenvolvimentista - não se deve somente ao endividamento externo dos anos setenta, mas também se associa a estrutura do capitalismo nacional, caracterizado pela conformação de uma produção industrial pouco voltada à exportação, ou ainda, com o grande peso dos produtos tradicionais básicos ou semifaturados - claramente com preços mais sensíveis a flutuações cíclicas da economia internacional. Portanto, o reduzido peso de produtos "exportáveis" de maior valor agregado limitava a capacidade do país gerar divisas que eram necessárias para fazer frente ao crescente endividamento externo.

O pequeno peso da produção industrial destinada à exportação - durante toda "era" desenvolvimentista - pode ser associado ao fato de se ter estruturado toda nossa industrialização em torno das empresas transnacionais, as quais buscavam fundamentalmente explorar o mercado interno, sem muitas pretensões de utilizar o país como plataforma exportadora. Ao mesmo tempo, a política econômica se mostrava extremamente permissiva ou complacente ao não se exigir o esforço exportador, como contrapartida dos diversos benefícios econômicos<sup>18</sup>. Ou seja, ao que parece, para nossas elites parecia bastar ou ser suficiente o acesso a sua pauta modernizante propiciado pelas empresas transnacionais.

A burguesia industrial nacional, por sua vez, não colocava como prioritária qualquer projeto de busca ou conquista agressiva de mercados externos, ou seja, não havia de fato, entre nossas elites econômicas, qualquer veleidade imperialista. Ao contrário, nossa burguesia industrial parecia se contentar com os papéis secundários, ocupados internamente nos interstícios dos investimentos externos. Ainda mais porque podiam obter elevados ganhos, propiciados pela garantia de reserva de mercado.

O aspecto a ser destacado é que nossa burguesia tentava se afirmar num período desfavorável, em que nações européias e os Estados Unidos já haviam aprofundado bastante sua industrialização. É, assim, que para nossa burguesia parecia não ser possível diminuir a distância econômica que a separava das nações desenvolvidas. Então, a associação externa - e não a ruptura - parecia se constituir o caminho mais rápido e seguro para que pudesse participar do mesmo padrão de civilização das nações

---

<sup>18</sup> Por benefícios econômicos entende-se os diversos subsídios ou a proteção tarifária concedidos aos capitais privados.

capitalistas centrais. Enfim, a mentalidade e as formas de atuação de nossa burguesia são condicionadas pela situação histórica em que se constituíram.

As grandes distorções econômicas - mencionadas anteriormente -, particularmente relacionadas, ao aprofundamento do endividamento externo nos anos setenta ou a incapacidade de se criar um setor industrial voltado para a exportação, inserem-se, portanto, na lista dos desequilíbrios que serão evidenciados pela reversão das condições de financiamento da economia mundial, a partir de meados dos anos setenta. Ou seja, condições específicas de funcionamento da economia mundial propiciavam a sustentabilidade do endividamento, ao mesmo tempo em que, encobria os reais desajustes econômicos que se avolumavam e se faziam ocultos pelo véu do crescimento. Entretanto, em meados dos anos setenta, a reversão das condições de financiamento da economia mundial - com a instalação de um quadro recessivo e alteração na forma de funcionamento do mercado internacional de crédito - explicitaria as inconsistências ou fragilidades econômicas acumuladas ao longo da estratégia desenvolvimentista.

A brusca alteração, nos anos setenta, dos rumos da economia mundial viria se apresentar, então, apenas como um estopim, ao magnificar ou tornar visível a série de graves distorções econômicas acumuladas durante o lento e agonizante processo de esgotamento da "era" desenvolvimentista. Ou seja, a crise internacional dos anos setenta assumiria contornos dramáticos e irreversíveis que evidenciariam a impossibilidade da insistência na estratégia desenvolvimentista.

A análise retrospectiva da estratégia desenvolvimentista permite observar que as distorções econômicas foram extremamente aprofundadas, quando ocorre o impulso ao endividamento externo na década de setenta. No entanto, este ciclo de endividamento só pode ser entendido pela rápida expansão do papel dos bancos privados americanos que fugiam de restrições domésticas, tais como limites impostos as taxas de juros, pagas em depósitos de curto prazo. Ao mesmo tempo, a consolidação de um mercado mundial de dinheiro ganhava impulso, nos anos setenta, pela captação de excedentes financeiros, oriundos dos países produtores de petróleo. Em contrapartida, a oferta aparentemente ilimitada de recursos para os países em desenvolvimento estava ligada à crise e implementação - nos países desenvolvidos - de políticas de natureza recessiva, as quais reduziam sua demanda por crédito, propiciando que os recursos do mercado financeiro se destinassem para países como o Brasil.

O processo de crescente endividamento do Brasil, ao longo da década de setenta, está relacionado, portanto, à possibilidade de acesso relativamente fácil e em condições favoráveis - taxa de juros reais baixas - ao mercado financeiro internacional privado. Por outro lado, a disponibilidade de recursos a países como o Brasil era alimentada pela percepção dos bancos internacionais que seus recursos estariam financiando projetos de investimentos rentáveis e ligados ao aumento da capacidade de geração de divisas destes países.

A questão, então, é que não se poderia haver um processo de endividamento excessivo de países como o Brasil, caso não houvesse, em contrapartida, a concessão de empréstimos em excesso pelos bancos privados internacionais.

A forma de endividamento contraído pelo país nos anos setenta se torna particularmente grave por estar ligada à captação de recursos no mercado privado internacional que passa a operar sob novas condições, em meio a deterioração do padrão monetário. Assim, a partir de 1973 os empréstimos bancários passam a ser concedidos com base em taxas de juros flutuantes. Por outro lado, o país se endivida junto ao sistema bancário privado em condições de juros e prazos piores do que se as dívidas fossem contraídas junto a organismos oficiais, como aponta Baer: "...De 1970 a 1978 a participação relativa dos credores privados na dívida externa de médio e longo prazo do Brasil aumentou de 55% para 80%, reduzindo-se significativamente o peso dos financiamentos oficiais, bi e multilaterais. Além de as condições médias dos empréstimos privados - em termos de taxas de juros e prazos - serem piores que as dos recursos oficiais, a partir de 1973 os empréstimos bancários passaram a ser estendidos na base de taxas de juros flutuantes. Esta prática sujeitou o país a um alto risco frente a qualquer elevação das taxas de juros internacionais e, portanto, a uma situação potencial de instabilidade financeira na área externa."(Baer,1994, p.74)

A possibilidade de se manter a estratégia de endividamento dos anos setenta só se sustentaria, caso as condições do mercado internacional de crédito não se alterassem. Entretanto, o quadro relativamente fácil de acesso brasileiro aos mercados financeiros se altera a partir da mudança da política dos Estados Unidos, o qual passa a empreender uma política de valorização do dólar, mediante uma brutal elevação de suas taxas de juros. Ao mesmo tempo, esta guinada americana em direção a um política monetária restritiva vem acompanhada por um processo de deterioração dos termos de troca e de ruptura dos fluxos de capitais para países como o Brasil.

A explicitação da vulnerabilidade brasileira, portanto, não se deu somente em função da rodada de endividamento e da reversão das condições de crédito internacional dos anos setenta, mas também foi resultado da própria forma como se conformou a estrutura do capitalismo brasileiro que, a despeito do processo de substituição de importações, ainda possuía uma rígida pauta de importação, conforme aponta Baer: " na medida em que em torno de 90% de seu valor estava comprometido com insumos indispensáveis à produção, matérias-primas, combustíveis e produtos derivados e bens de capital. Cabe ressaltar que quando ocorreu o segundo choque do petróleo (1979-1981) o Brasil ainda importava 87% do que consumia deste insumo energético"(Baer,1994). Por outro lado, a estrutura produtiva nacional se caracterizava por uma restrita produção industrial voltada para exportação ou ainda tinha uma pauta de exportação presa a produtos tradicionais básicos ou semi-faturados, como coloca Baer: " Com relação ao comércio exterior, embora o governo se tenha empenhado numa intensa política de promoção das exportações ao longo dos últimos vinte anos, o peso da produção destinada ao mercado externo era ainda pouco significativo no final dos anos 70, quando eclodiu a crise internacional. O coeficiente de exportações sobre o PNB alcançava apenas 8%, o que é relativamente baixo quando comparado com dois outros países asiáticos então também classificados como altamente endividados, Coréia e Filipinas( respectivamente 30% e 19%). Além disso, nesse mesmo período o peso dos produtos básicos e dos semifaturados ainda era importante, sendo em conjunto responsáveis por aproximadamente a metade das exportações. Ou seja, no final dos anos 70, o Brasil continuava se caracterizando por uma economia continental, com uma performance exportadora crescente - embora ainda pouco significativa em relação a sua produção total - e fortemente condicionada pelo desempenho de produtos primários e derivados, sendo os preços destes mais vulneráveis a impactos recessivos na economia mundial."(Baer,1994, p.72)

A não constituição na economia brasileira de um importante segmento industrial exportador ainda se apresenta mais grave no contexto da recessão mundial de meados da década de setenta e início dos oitenta. Foi, portanto, este contexto de recessão mundial que provocou uma deterioração das relações de troca do Brasil ocasionada, tanto pela evolução negativa dos preços das exportações brasileiras, quanto pela elevação dos preços de nossas importações - particularmente o petróleo. Enfim, a deterioração das relações de troca do país e a rigidez da pauta de importações

brasileiras aumentaram enormemente a vulnerabilidade brasileira, à despeito do impacto direto da elevação dos juros internacionais sobre as contas externas.

A vulnerabilidade do projeto desenvolvimentista é, portanto, fruto do modo como se articula, na década de setenta, a forma de inserção internacional do país que o deixa extremamente fragilizado frente a choques internacionais, tais como a elevação dos juros e/ou a ruptura dos fluxos de capitais.

A explicitação da vulnerabilidade externa brasileira junto ao mercado privado internacional se dá com a moratória mexicana, a qual trouxe como consequência uma interrupção dos fluxos de capitais para países latino-americanos. Então, é a interrupção dos fluxos de capital para o Brasil que leva à adoção de políticas de geração de saldos comerciais, como forma de se contornar a restrição externa.

O baixo dinamismo da economia brasileira na década de oitenta foi, portanto, resultado da violência dos choques externos e das políticas de ajuste implementadas que conduziram, por um lado, a deterioração financeira do setor público e da sua capacidade de investir<sup>19</sup> e, por outro lado, criaram um ambiente de incerteza - materializada pela volatilidade dos juros e câmbio - que desestimulou o investimento privado. No entanto, a redução das taxas de crescimento inviabilizará a continuidade da estratégia desenvolvimentista, já que o dinamismo econômico era fundamental para conciliar os interesses dos diversos segmentos econômicos.

A baixa taxa de crescimento da economia na década de oitenta<sup>20</sup> reflete, portanto, a natureza recessiva das políticas de ajuste externo - centradas na elevação dos juros e corte de crédito - que deveriam provocar uma restrição da demanda interna que, por um lado, liberasse recursos produtivos para as atividades exportadoras e, por outro, desestimulasse as importações. Entretanto, a restrição da capacidade de importar<sup>21</sup> já impõe limites ao crescimento numa economia, como a brasileira, ainda muito dependente de importações.

A geração de saldos comerciais nos anos oitenta foi resultado do processo de redução da absorção doméstica. Ao mesmo tempo, os saldos comerciais estavam fortemente associados à mudança de preços relativos resultantes das desvalorizações cambiais, as quais desestimulavam as importações e favoreciam as exportações.

---

<sup>19</sup> A deterioração financeira do setor público e da sua capacidade de investir será tratada mais detalhadamente na segunda parte do capítulo.

<sup>20</sup> O péssimo desempenho da economia brasileira na década de oitenta levará a uma crescente insatisfação de nossas elites quanto a manutenção da estratégia desenvolvimentista.

Entretanto, a instabilidade da taxa de câmbio - aliada a volatilidade dos juros - afetavam as decisões capitalistas, pois geravam um ambiente de incerteza que dificultava o horizonte de cálculo capitalista. Portanto, o ambiente de incerteza, quanto ao comportamento futuro dos juros e do câmbio, acabava por desestimular o investimento privado o que, por sua vez, refletia numa retração da atividade econômica que desestruturaria a estratégia desenvolvimentista - sempre assentada nas altas taxas de crescimento.

O colapso do mercado internacional de crédito – patente nos anos oitenta – lançou, portanto, um duro golpe sobre a estratégia desenvolvimentista que se apoiava nas elevadas taxas de crescimento, como forma de articular os diversos interesses das elites econômicas do país. Então, começa a romper o consenso em torno do apoio ao projeto desenvolvimentista que não mais conseguia acomodar os diversos interesses pela manutenção do crescimento.

A ruptura externa do país – desencadeada nos anos setenta e aprofundada nos anos oitenta – motiva, então, a reavaliação de nossas elites, quanto a pertinência da continuidade ou da insistência na estratégia desenvolvimentista. Ou seja, o projeto desenvolvimentista – assentado na regulação econômica dos mercados – parecia não mais se adequar as novas condições de inserção externa impostas pela comunidade internacional, uma vez que as novas tendências de fortalecimento do capital internacional pressionavam pela desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais. É, então, a busca por formas de inserção, condizentes com a continuidade dos fluxos de capitais e a modernização do país, que impulsiona os esforços de nossas elites para superar a estratégia desenvolvimentista em direção à aceitação incondicional das determinações da comunidade internacional, quanto a liberalização comercial/financeira e redução do intervencionismo estatal.

A insatisfação de nossas elites políticas e econômicas, quanto aos rumos assumidos pela trajetória desenvolvimentista, só pode ser entendida se tivermos em mente a importância fundamental que representa – para estas classes – a manutenção dos vínculos com o grande capital internacional, o qual representa a própria continuidade dos fluxos de modernização do país<sup>22</sup>. Enfim, é a insatisfação, quanto a

---

<sup>21</sup> A restrição as importações, portanto, aparece como contrapartida direta da necessidade de geração de saldos para honrar os compromissos externos.

<sup>22</sup> A continuidade dos fluxos de modernização do país está associada à possibilidade do acesso ao capital internacional que, por um lado, garante as divisas necessárias às importações e, por outro, pela expansão dos seus investimentos, conduz a atualização da estrutura produtiva.

inadequação da estratégia desenvolvimentista em relação aos novos condicionantes da inserção externa, que conduz os esforços de nossas elites de ir, progressivamente, abandonando o projeto desenvolvimentista.

O abandono, por parte de nossas elites políticas e econômicas, da estratégia desenvolvimentista se deu, portanto, de forma progressiva. Assim, o período, de fins dos anos setenta e início dos oitenta – em que o país estava alijado dos fluxos de capitais – motivou todos os esforços das elites dirigentes para restabelecer novamente a confiança do mercado internacional e, com isso, recriar novamente as condições de integração externa. Então, num primeiro momento da década de oitenta, todos os esforços do país se orientavam para política de geração de saldos comerciais para cumprir os compromissos internacionais e, assim, restabelecer a confiança da comunidade financeira internacional. No entanto, nos anos oitenta, não se abandonou as diretrizes gerais do desenvolvimento econômico, assentado no Estado e na regulação econômica dos mercados.

A tentativa de se estabelecer novamente as condições de integração externa, no entanto, não se restringiria a reciclagem da dívida externa, mas envolveria a adequação da economia nacional as exigências de desregulamentação e liberalização do mercado interno. É, portanto, a partir da década de noventa, que ocorre uma inflexão da orientação do desenvolvimento do país em direção da adoção da agenda neoliberal, a qual era consoante com as exigências da comunidade internacional.

A insistência na continuidade da estratégia desenvolvimentista – ou, ao menos, da regulação do mercado interno - representaria, na prática, a resistência, quanto as exigências da comunidade internacional de desregulamentação e liberalização da economia, o que, por sua vez, alimentaria o temor, entre nossas elites, do país ficar alijado dos fluxos de capitais externos. Em suma, nos anos noventa, entre a insistência na estratégia desenvolvimentista ou restabelecer uma nova inserção externa, nossas elites optaram por adequar o país às reformas exigidas pela comunidade internacional.

### **1.3 - A crise do Estado desenvolvimentista**

A desarticulação do projeto nacional desenvolvimentista está intimamente relacionada - e mesmo se confunde - com a própria desestruturação do Estado interventor, o qual era peça fundamental para a consecução da estratégia desenvolvimentista.

A crise do Estado interventor remonta à grave crise fiscal-financeira do setor público, a qual foi resultado da progressiva concentração do endividamento externo - particularmente nas empresas estatais. Entretanto, o endividamento das empresas estatais não estava ligado a qualquer lógica microempresarial, mas obedecia critérios maiores de política econômica. Por sua vez, a reversão, em meados dos anos setenta, das condições do mercado internacional de crédito e a ruptura dos fluxos de capitais para países periféricos conduziram rapidamente a uma deterioração ainda maior das condições fiscais-financeiras do setor público. Porém, é o formato das políticas de geração de saldos comerciais que - por se pautarem em desvalorizações ou práticas de incentivos/subsídios às exportações - atinge mais diretamente a esfera pública, a qual concentrava a parte mais expressiva dos passivos externos.

O processo de estatização da dívida externa, entretanto, foi precedido, de fins dos anos sessenta a meados dos setenta, por um primeiro ciclo de endividamento, no qual empréstimos externos foram contratados basicamente pelo setor privado. Assim, durante este período, os empréstimos externos podiam ser contratados com custos reduzidos, o que por sua vez, era reflexo das condições da oferta internacional, subsídios governamentais e vantagens obtidas pelas empresas estrangeiras quanto a juros e prazos.

A progressiva concentração do estoque da dívida no Estado brasileiro, porém, teve início em meados dos anos setenta, a partir de duas etapas: numa primeira etapa, este processo de endividamento foi fruto da estratégia de desenvolvimento<sup>23</sup> que usou as empresas estatais como peças centrais de um esquema de financiamento fundado no recurso ao capital externo; já numa segunda etapa - que tem início em 1979 e se prolonga até meados da década de oitenta - o crescente endividamento externo do setor

---

<sup>23</sup> A estratégia de desenvolvimento, implementada na segunda metade dos anos setenta, diz respeito ao II PND( Plano Nacional de Desenvolvimento) que constituiu o último esforço integrado e ambicioso de completar a estrutura industrial nacional. Por um lado, buscava-se ampliar a produção interna de insumos básicos e de bens de capital. Por outro lado, pretendia-se estimular o desenvolvimento de um importante setor de exportação de manufaturas.

público está ligado à tentativa de propiciar divisas para o país fazer frente aos desequilíbrios da balança de pagamentos<sup>24</sup>.

A peculiaridade da segunda fase do processo de endividamento se refere aos mecanismos de defesa privada contra o risco cambial. Assim, os capitais privados podiam fugir do risco de desvalorização, por meio de dois dispositivos: o depósito de projetos, no qual o Banco Central assume o papel de tomador de empréstimos junto aos bancos internacionais<sup>25</sup> e o DRME( Depósito Registrado em Moeda Estrangeira), no qual os capitais privados, ao anteciparem a liquidação de suas dívidas<sup>26</sup>, fugiam dos choques do câmbio e juros arcados pelo Banco Central.

A concentração das dívidas no setor público - num contexto de reversão das condições de financiamento internacional - torna-se particularmente grave devido aos contornos assumidos pelas políticas de ajuste externo dos anos oitenta, as quais condicionaram a rápida deterioração da condição fiscal-financeira do Estado.

A estratégia de política econômica de geração, nos anos oitenta, de significativos saldos comerciais - para superar o desajuste externo - acabou por agravar o desequilíbrio fiscal e financeiro do setor público, em razão: da manipulação dos juros e câmbio<sup>27</sup> - com impactos negativos sobre os níveis de inflação/atividade - e, dessa maneira, sobre a carga tributária, das políticas de subsídios, redução das tarifas públicas<sup>28</sup> e de renúncia fiscal, com impactos negativos sobre as receitas do Estado e, por fim, das desvalorizações cambiais - aliadas aos elevados juros - destinados a estimular a geração de saldos comerciais, mas que elevam os custos da dívida então concentradas no setor público.

---

<sup>24</sup> As condições adversas da oferta de crédito e a recessão levavam os capitais privados a fugirem dos passivos denominados em moeda estrangeira. Assim, a captação de recursos externos pelas estatais era buscada como forma de elevar as divisas do país.

<sup>25</sup> O depósito de projetos é produto da atuação dos bancos credores. É, assim, que, no contexto da crise dos anos oitenta, estes passam a definir, a priori, uma determinada disponibilidade global de créditos, os quais são acordados diretamente com o governo brasileiro - sem a interveniência dos agentes privados. Assim, pelos termos do acordo, os recursos externos contratados, sem a definição de um mutuário final, ficariam depositados no BC em nome dos respectivos credores(Davidoff,1995)

<sup>26</sup> As dívidas privadas eram liquidadas em moeda local e numa determinada cotação fixa.

<sup>27</sup> A volatilidade das taxas de câmbio e juros reduzem o investimento privado devido a instabilidade introduzida no cálculo empresarial. Em contrapartida, ocorre uma desaceleração do crescimento e uma queda das receitas do governo.

<sup>28</sup> A análise de Davidoff aponta: “ como resultado da política de preços e tarifas as receitas operacionais reais do Setor Produtivo Estatal situaram-se na média do triênio 1983/85 cerca de 10% abaixo do valores observados em 1980.”(Davidoff,1995,p.135)

A contrapartida do desajuste das contas públicas foi a adoção de uma política fiscal convencional de corte nos gastos dos investimentos do setor produtivo estatal <sup>29</sup>, o que, por sua vez, pouco contribuiu para melhora da condição fiscal, dado os seus efeitos negativos sobre o crescimento e conseqüentemente sobre as receitas públicas.

A estatização da dívida externa<sup>30</sup> se apresentou como instrumento decisivo não só de preservação dos interesses do capital bancário internacional, mas também para preservação de frações privilegiadas do capital privado nacional. Ao mesmo tempo, a captação de recursos externos pelas empresas estatais<sup>31</sup> permitiu que fundos mobilizados - pelo até então BNDE - fossem liberados quase que exclusivamente aos capitais privados, sob a forma de créditos subsidiados.

As políticas de geração de saldos comerciais nos anos oitenta, por sua vez, representaram importantes mecanismos de valorização e manutenção da rentabilidade de diferentes frações do capital privado, quer seja pela transferência de recursos públicos ao setor privado exportador<sup>32</sup>, quer seja pela redução das tarifas estatais<sup>33</sup>.

A solidarização de um amplo leque de interesses privados se dá ainda pela transferência de fundos públicos aos capitais privados por meio da dívida pública. Assim, a necessária aquisição de divisas pelo governo - visto que este concentrava a maior parte dos passivos externos - fazia-se num contexto de constrangimento fiscal-financeiro que implicava na ampliação da dívida interna com juros reais crescentes. Entretanto, somente o setor privado exportador - que manteve suas condições de rentabilidade - podia adquirir e se beneficiar da expansão do endividamento público. Enfim, os segmentos privados líquidos passaram a direcionar seus recursos para aplicações financeiras lucrativas, ao invés de destiná-los à ampliação de sua capacidade produtiva.

O ponto essencial a ser destacado se refere ao fato de ter se constituído no país um tipo de estrutura em que os encargos da dívida externa eram em sua maioria de

---

<sup>29</sup> A análise de Baer evidencia a redução dos investimentos públicos: "Com relação a contenção de despesas o aspecto mais importante foi a diminuição dos investimentos no Setor Produtivo Estatal(SPE), que de 8,9% do PIB em 79 foi reduzido para um patamar de 2,5% do PIB em 1985."(Baer,1994, p.102)

<sup>30</sup> A estatização da dívida externa foi o processo pelo qual o governo central assumiu parcela expressiva do passivo externo privado - especialmente quanto ao risco de desvalorização cambial ou elevação dos juros

<sup>31</sup> O endividamento externo das empresas estatais - como assinalado anteriormente - obedeceu a objetivos macroeconômicos de elevação de divisas.

<sup>32</sup> A transferência de recursos públicos ao setor privado exportador se dá via incentivos fiscais de redução do imposto de renda, isenções tributárias ou incentivos financeiros pré e pós-embarque.

<sup>33</sup> A redução das tarifas estatais não só operavam como instrumento anti-inflacionário, mas também resultava na mudança dos preços relativos de alguns insumos essenciais para a atividade exportadora.

responsabilidade pública. No entanto, os saldos de exportação eram gerados e apropriados pelo setor privado. É, assim, que as empresas privadas - com forte apoio governamental de subsídios ou tarifas - conseguiram desenvolver mecanismos de ajuste patrimonial e financeiro que as permitiram gozar de uma situação de extrema liquidez, enquanto que as empresas estatais experimentaram um endividamento crescente que deteriorou sua situação patrimonial e de liquidez. Ou seja, o custo do ajuste externo recaiu sobre o setor público, enquanto o setor privado conservou os processos de preservação de seus capitais, os quais podiam ser valorizados financeiramente com a expansão da dívida interna.

A própria crise fiscal-financeira estatal pode ser relacionada à natureza do Estado desenvolvimentista que - por ser sustentado por uma sólida coalizão política conservadora - deveria preservar a órbita de valorização de capitais heterogêneos e desiguais. Em contrapartida, o Estado teve que comprometer expressivos recursos fiscais para proteger e permitir a sobrevivência de setores financeiros mercantis especulativos, como também, permitir a sobrevivência de setores industriais e agrários de baixa produtividade. Ao mesmo tempo, ocorre uma crescente sangria de recursos fiscais quando este Estado é levado a englobar e proteger interesses de novos segmentos sociais que surgiam devido à diversificação econômica.

O Estado conseguia garantir e preservar a série de interesses sociais heterogêneos e desiguais que o sustentavam, enquanto o crescimento econômico pudesse ser mantido. Ou seja, o crescimento e a conseqüente elevação das receitas fiscais possibilitavam a prática de políticas de auxílio ao capital privado, mas qualquer desaceleração nas taxas de crescimento e/ou nas condições de financiamento externo - tais como ocorreram na década de setenta - explicitariam a impossibilidade da continuação deste tipo de modelo econômico.

O próprio contorno assumido, na década de oitenta, pelas políticas de ajuste externo comprova a natureza do Estado desenvolvimentista que era extremamente permeável aos interesses privados, os quais o utiliza como meio de preservação da rentabilidade dos seus capitais.

O impacto extremamente negativo da crise fiscal-financeira do setor público, sobre a continuidade do projeto nacional desenvolvimentista, só pode ser entendido se tivermos em mente o papel central exercido pelo Estado.

O importante a se destacar é que a emergência deste Estado interventor foi um

fenômeno mundial resultado de um período histórico específico, no qual a lembrança dos efeitos danosos do livre funcionamento da economia - com o período entre-guerras - permanecia ainda vivo na memória das nações, o que, por sua vez, criava uma consciência ou consenso internacional sobre a necessidade da intervenção estatal, como forma de se garantir o bom funcionamento da economia.

A presença do Estado interventor, em países como o Brasil, foi propiciada, portanto, por uma fase específica do capitalismo que abria brechas à possibilidade do desenvolvimento das economias ancoradas na forte participação estatal. Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que a presença interventora do Estado nas economias latino-americanas foi aceita pelo grande capital internacional, quer seja pelo seu auxílio dado a valorização dos capitais privados, quer seja pela necessidade de se intensificar a evolução capitalista, de tal maneira, que se pudesse contrapor ao avanço comunista<sup>34</sup>.

O ponto a ser destacado é que se criou um consenso entre as elites dirigentes brasileiras sobre a impossibilidade da industrialização espontânea na América Latina, sendo que a diminuição da diferença dos padrões de vida, em relação aos países do capitalismo central, deveria ser alcançada através de um esforço nacional de industrialização. Entretanto, a criação de uma economia nacional dinâmica - que reproduzisse a mesma estrutura industrial integrada dos países centrais - somente parecia possível caso o Estado assumisse o papel fundamental de planejador do processo de desenvolvimento nacional. Por um lado, ao Estado caberia empreender um controle seletivo do câmbio, das tarifas e créditos, como instrumentos que possibilitassem impulsionar uma industrialização orientada pela substituição de importações. Por outro lado, o Estado deveria participar como produtor direto de insumos e fornecedor da infra-estrutura de transportes, o que, por sua vez, daria suporte ao processo de valorização de capitais privados, conforme resume Fiori: " Desse modo, concebia-se um conjunto de políticas ativas que buscariam transformar intervenção pública planejada o que, em outras circunstâncias de tempo e lugar, aparecera, muitas

---

<sup>34</sup> A análise de Sampaio, JR faz um interessante contraponto, entre o contexto geopolítico do pós-guerra - que abria espaço para intervenção estatal e o desenvolvimento nacional - e o cenário geopolítico dos anos noventa, como aponta: " A adversidade do contexto histórico foi intensificada após o colapso da União Soviética e a crise do movimento socialista, eventos que diminuíram dramaticamente o poder de barganha das economias periféricas na ordem internacional. Sem o "fantasma comunista" para intimidá-las, as nações hegemônicas passaram a exigir que os países dependentes se adaptassem incondicionalmente às suas exigências. Não estamos mais na época da *Aliança para o Progresso*, quando a industrialização subdesenvolvida era tida como um antídoto contra a revolução socialista, e as grandes potências capitalistas precisavam de burguesias dependentes relativamente fortes e articuladas em escala nacional. Na lógica da ordem internacional hoje emergente, o desenvolvimento nacional fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos."(Sampaio JR, 1999,p.24)

vezes, na forma de uma ação estatal relativa às condições de guerra ou de constrangimento geopolítico."(Fiori,1995, p.98)

O projeto nacional desenvolvimentista confere, portanto, um papel central ao Estado que passa a se constituir numa peça fundamental do tripé concebido ao longo dos anos cinquenta. Enfim, é o Estado que aparece como instrumento de apoio aos capitais privados, mediante subsídios, incentivos fiscais e prática de preços ou tarifas especiais nos serviços públicos.

O Estado brasileiro ainda cumpre um papel fundamental como aglutinador e organizador do processo de acumulação industrial, ao definir, seja as possibilidade de expansão dos capitais internacionais, seja os espaços de valorização reservados ao capital nacional.

O Estado desenvolvimentista é, portanto, o instrumento por excelência que possibilita a consecução da racionalidade burguesa, materializada, por exemplo, na realização do seu processo de valorização de seus capitais e na modernização de seus padrões de consumo.

A valorização dos capitais nacionais no modelo desenvolvimentista foi, então, possibilitada pelo Estado através da reserva de mercado industrial, preservada da concorrência internacional. Ao mesmo tempo, a valorização de capitais privados nacionais e internacionais foi garantida - como mencionado anteriormente- pelo apoio do Estado através de subsídios, incentivos fiscais e práticas de preços ou tarifas especiais nos serviços públicos. Por outro lado, o Estado desenvolvimentista ainda propiciava a modernização dos padrões de consumo de nossas elites, já que procurava atrair os investimentos externos, mediante diversas concessões, como subsídios, ou com a instituição de uma reserva de mercado cativa.

A crise fiscal-financeira do Estado interventor<sup>35</sup>, entretanto, lança um duro golpe sobre a continuidade do padrão desenvolvimentista por afetar a viabilidade do projeto, através: do comprometimento da capacidade de investimento estatal<sup>36</sup>, dificuldade crescente de se manter o mesmo patamar de subsídios ou práticas de tarifas em auxílio à valorização dos capitais privados e, por fim, perda da capacidade do Estado em aglutinar ou coordenar os processos econômicos de acumulação industrial interna.

---

<sup>35</sup> A crise fiscal-financeira do Estado - como mencionado anteriormente - é decorrência da estratégia de geração de saldos comerciais.

<sup>36</sup> O investimento estatal era essencial para a manutenção, seja do crescimento ou da preservação da infra-estrutura.

A maior concentração de passivos externos no setor público e as políticas de auxílio ao setor privado exportador<sup>37</sup> conduzem à rápida deterioração da condição fiscal-financeira do Estado brasileiro. É, então, neste contexto de crise fiscal que se implementam políticas de ajuste fiscal, voltadas para o corte de gastos públicos. Contudo, são os investimentos das empresas estatais que mais foram penalizados pelo ajuste fiscal.

O corte de investimento do setor estatal destrutura decisivamente o projeto desenvolvimentista, por uma lado, por ter impactos negativos sobre as taxas de crescimento<sup>38</sup>. Por outro lado, o corte dos gastos públicos - face à estratégia de ajuste fiscal - tem, como contrapartida, a interrupção das inversões em infra-estrutura e insumos básicos que eram setores vitais de apoio aos processos de valorização dos capitais privados.

A redução drástica da capacidade de investimento do Estado desarticula todo o projeto desenvolvimentista, justamente porque implica na descaracterização de toda estratégia econômica, a qual se assentava na importante participação do Estado na construção da infra-estrutura de transportes e comunicação, como também, na produção direta de insumos. Entretanto, a desarticulação da estratégia desenvolvimentista se explicita com a progressiva deterioração da infra-estrutura do país ocasionada pela redução dos gastos públicos. Enfim, a deterioração da infra-estrutura do país é resultado direto da lacuna aberta, de um lado, pelo corte dos investimentos estatais, por outro lado, da falta de interesse dos capitais privados em assumir investimentos nestas áreas<sup>39</sup>.

A outra marca característica da estratégia nacional desenvolvimentista se refere à íntima relação de favorecimento econômico aos capitais pelo Estado, tanto via concessão de uma série de benefícios fiscais, quanto pela prática de subsídios ou tarifas especiais nos serviços públicos. Assim, toda política do Estado desenvolvimentista se orientou para a construção de barreiras protecionistas aos capitais locais. Entretanto, ao se projetar ao longo do tempo, poderia ser percebida a fragilidade ou inviabilidade da estratégia indiscriminada de concessão de subsídios ou incentivos fiscais, sem exigir um futuro ressarcimento fiscal em cima dos ganhos dos capitais privados. Ou seja, a

---

<sup>37</sup> As políticas de auxílio à exportação - conforme descrito anteriormente - estão associadas à desvalorização cambial, elevação de juros ou práticas de subsídios.

<sup>38</sup> A redução das taxas de crescimento nos anos oitenta está associada, em grande medida, à redução dos gastos públicos, os quais condicionam uma queda maior do investimento privado, visto que este apresenta forte complementaridade em relação aos investimentos do setor público.

<sup>39</sup> A falta de interesse dos capitais privados em investir nas áreas de infra-estrutura decorre do próprio contexto de crise e instabilidade econômica dos anos oitenta.

estratégia desenvolvimentista de concessão de benefícios - levada ao limite - tornaria insustentável a situação do setor público, caso não houvesse o crescimento proporcional do aporte de recursos fiscais.

A exaustão das políticas estatais de favorecimento dos capitais privados se explicita nos anos noventa com o desmoronamento representado pelas formas de subsídios ou incentivos fiscais. Assim, na década de noventa, transita-se quase que completamente para o pólo extremo da abdicação ou mesmo repúdio a qualquer política ativa de favorecimento aos produtores nacionais. Mesmo que, o ambiente internacional passasse a se caracterizar pela intensificação da concorrência internacional, seja através de várias formas escamoteadas de subsídios/incentivos fiscais, seja via barreiras não tarifárias utilizadas pelos países desenvolvidos<sup>40</sup>.

O ponto em questão não é a defesa do retorno aos mesmos formatos de políticas de subsídios ou tarifas públicas especiais aos capitais privados, tais como ocorreram durante toda "era" desenvolvimentista. Ao contrário, critica-se a política desenvolvimentista de subsídios, sem a exigência da contrapartida de ganhos de produtividade ou o ressarcimento futuro aos cofres públicos pelos agentes privados beneficiados. Contudo, parece ser necessário, em certa medida, algum tipo de auxílio aos capitais nacionais, como forma de colocá-los em melhores condições de competir com os produtores externos. Ou seja, sem algum tipo de proteção, parece ser difícil aos capitais locais concorrerem com os países desenvolvidos, de evidente superioridade tecnológica/financeira e, que, ainda, podem contar com algum tipo de subsídio público, mesmo que escamoteado<sup>41</sup>.

A crise fiscal-financeira contribuiu decisivamente para desarticulação da estratégia desenvolvimentista devido à perda da capacidade do Estado brasileiro em aglutinar ou coordenar os processos de acumulação industrial interna, seja através do exercício de seu papel de negociador ou articulador entre os diferentes agentes econômicos, seja através da sua interferência direta nos processos econômicos, via prática de políticas protecionistas, as quais definiam as possibilidades de expansão ou os

---

<sup>40</sup> Outras formas de favorecimento do setor privado pelo setor público continuarão, já que não se alterou a natureza particularista do Estado brasileiro. Contudo, apenas não se verificaria mais a velha forma de auxílio, via reserva de mercado cativa. Embora outras formas de benefícios sejam verificadas, como por exemplo, na concessão de empréstimos para compra de estatais e no socorro financeiro as instituições financeiras ou empresas em dificuldades.

<sup>41</sup> A nova institucionalidade, nos anos noventa, da OMC fecha ou restringe a possibilidade de políticas ativas ou de uso de uma série de instrumentos. No entanto, muitas vezes se pode encontrar brechas dentro da própria institucionalidade da OMC que permitam fazer uso de instrumentos de proteção ao produtor local ou políticas industriais ativas.

espaços de valorização reservados, tanto ao capital nacional, quanto aos capitais internacionais.

A crise que se abate sobre o Estado desenvolvimentista representa a perda do seu papel fundamental em ditar ou mediar os ritmos dos processos de valorização e modernização dos padrões de consumo de nossas elites. Por um lado, a valorização de capitais nacionais ou internacionais deixa de ser garantida pela instituição de uma reserva de mercado cativa que passa a não existir com os processos de abertura comercial dos anos noventa. Por sua vez, nos anos noventa, a atualização dos padrões de consumo deixa de seguir em frente apenas pelo padrão típico desenvolvimentista de substituição de importações<sup>42</sup>. Ao invés disso, proliferam-se, nos anos noventa, diversas formas de modernização que não passam pela produção doméstica, mas pelas importações.

O Estado desenvolvimentista abria, então, espaços de valorização aos capitais nacionais e internacionais, quando empreendia políticas protecionistas, as quais garantiam que o processo de modernização se desse predominantemente via produção doméstica - e não por importações. Ou seja, na prática o Estado desenvolvimentista procurava conciliar os processos de modernização com a valorização de capitais locais, já que não deixava que os processos de modernização - via importações - avançassem sobre os espaços de produção e valorização doméstica.

O ponto a ser enfatizado se refere ao fato de que na prática o Estado desenvolvimentista funcionava como anteparo das ondas de transformações, justamente por mediar ou ditar a natureza e os ritmos dos processos de mudanças que se irradiavam das economias centrais. Ao contrário, nos anos noventa, com a significativa redução do papel do Estado, todo processo de transformações irradiadas de fora - seja a introdução de novos paradigmas tecnológicos ou novas formas de gestão e produção industrial - passa a ser regido pela lógica de mercado das grandes empresas transnacionais.

A desarticulação do Estado interventor significa a perda de um importante instrumento para se reduzir ou contrabalançar os efeitos das ondas de instabilidade econômica irradiada de fora, o que é particularmente grave quando se tem em mente a dimensão periférica da economia brasileira - mera assimiladora dos paradigmas tecnológicos ou das transformações institucionais provenientes das economias do

---

<sup>42</sup> O padrão de modernização - via substituição de importações - era garantido de forma artificial pelo Estado, seja por meio da concessão de subsídios, seja através da instituição de uma reserva de mercado, <sup>34</sup> qual era garantida pela prática de elevadas tarifas de importação.

capitalismo central. Enfim, o Estado brasileiro perde, na prática, a capacidade de selecionar, vetar ou mesmo adequar os ritmos das transformações - irradiadas de fora - aos objetivos da estratégia de desenvolvimento nacional ou a questões internas de natureza social<sup>43</sup>.

As elites do país, em função da desestruturação do Estado interventor, - inclusive estimulada por suas decisões - ficam, portanto, sujeitas, nos anos noventa, a um ambiente sócio-econômico muito mais instável, de um lado, porque perdem a garantia dos espaços de valorização cativos referentes à reserva de mercado interno. Ou seja, nos anos noventa, a expansão dos negócios das elites locais fica condicionada à decisão das grandes empresas transnacionais, sob as quais pouco podem interferir. Por outro lado, a perda do controle das elites dirigentes - via Estado - sobre a intensidade ou ritmos das mudanças externas<sup>44</sup> introduz maior instabilidade social em função dos impactos quase sempre negativos destas transformações sobre o nível de emprego.

As elites brasileiras nos anos noventa se encontram, então, diante de um dilema de continuar a intensificação dos processos de modernização - deixados a cargo das empresas transnacionais - mas a custo de maior instabilidade, inclusive com maiores riscos para sua existência enquanto classe. Assim, o quadro de maior instabilidade para nossas elites passa a ser resultado, quer seja da maior indefinição ou mesmo redução dos seus espaços de valorização<sup>45</sup>, quer seja pelo risco de maior instabilidade social. Por sua vez, a instabilidade social estaria relacionada ao aumento do desemprego e da marginalização social ocasionados, tanto pela absorção - sem maiores adaptações - de novas tecnologias ou novas formas de gestão - irradiadas do centro capitalista, quanto pela substituição da produção local por importações.

As crescentes dificuldades do Estado, em sustentar os mesmos níveis de investimento público e sua crescente incapacidade de garantir uma série de subsídios, atingem de frente o consenso de amplos setores das elites brasileiras sobre a essencialidade de se ter o Estado interventor à frente dos processos de desenvolvimento nacional. Ou seja, a impossibilidade do Estado garantir o crescimento<sup>46</sup> e suas crescentes

---

<sup>43</sup> A decisão de assimilar e adotar um novo paradigma tecnológico ou sancionar novas formas organizacionais/de produção incide sobre processos sociais, particularmente sobre o nível de emprego da economia como um todo.

<sup>44</sup> Por mudanças externas entende-se os processos de incorporação de novas tecnologias ou novas formas de gestão empresarial que - na maioria das vezes - correspondem à diminuição de postos de trabalho.

<sup>45</sup> A redução, nos anos noventa, dos espaços de valorização da burguesia nacional está relacionada, tanto ao avanço do capital internacional na estrutura produtiva, quanto a substituição dos produtores domésticos por fornecedores internacionais.

<sup>46</sup> O Estado garantia o crescimento econômico por meio da ampliação dos seus investimentos. Por sua

dificuldades de sustentar a acumulação privada<sup>47</sup> conduzem a uma crescente insatisfação ou mesmo rejeição de nossas elites, quanto a manutenção da estratégia desenvolvimentista, ancorada na participação ativa do Estado.

A incapacidade do Estado desenvolvimentista em apoiar a acumulação privada, mas, mais que isso, a impossibilidade deste em articular e coordenar os capitais privados se evidencia no II PND<sup>48</sup>, o qual se apresentava como o último esforço de realimentar o projeto desenvolvimentista. Enfim, o II PND visava revitalizar a estratégia desenvolvimentista, ao procurar reorientar o eixo econômico para o fortalecimento da indústria de base e de bens de capital, visto que o período de crescimento anterior foi liderado pelo setor de bens duráveis, o qual apresentava problemas de realimentação dinâmica<sup>49</sup>.

O fracasso da revitalização desenvolvimentista – consubstanciado no II PND – deixou à mostra a incapacidade do Estado brasileiro em promover o mesmo padrão anterior de articulação dos capitais privados, como observam Cardoso de Mello e Belluzzo: “ A maior razão do seu fracasso foi determinada pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional privada e corporação multinacional. Não se trata aqui, como julgam os desavisados, de um conflito desencadeado a partir de interesses gerais de cada segmento empresarial, como se cada um deles pretendesse fixar um caminho para a expansão, necessitando, para isso, submeter os demais. O problema, na realidade, é muito outro: em torno de cada projeto definido pelo Estado, há que compor os interesses específicos das empresas de cada segmento. Ocorre que nenhum dos interesses ou bloco de interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado. Nestas circunstâncias, o Estado se vê

---

vez, a manutenção do crescimento acomodaria os mais diversos interesses das elites brasileiras, o que fortaleceria o consenso favorável a intervenção estatal

<sup>47</sup> A acumulação privada era garantida pelos subsídios, tarifas especiais e políticas protecionistas.

<sup>48</sup> O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foi formulado e, parcialmente implementado, a partir de 1974, quando a economia brasileira exauria a fase expansiva iniciada em 1967 e a economia mundial entrava em severa recessão. Ao mesmo tempo, o II PND procurava identificar os problemas que afetavam a economia brasileira em fins de 1973. Entre os problemas identificados pelo II PND estavam: o atraso no setor de bens de produção e de alimentos, forte dependência do petróleo importado e tendência ao desequilíbrio externo. Em contrapartida, esperava-se enfrentá-los simultaneamente com a recuperação dos mesmos índices de expansão do produto que caracterizou o ciclo anterior de crescimento.

<sup>49</sup> O crescimento entre 1968 e 1974 foi puxado pelo setor de bens de consumo durável, mas a viabilização deste padrão de crescimento foi possibilitada pela existência de capacidade ociosa e pela expansão das margens de endividamento das famílias. No entanto, a indústria de bens de consumo duráveis é incapaz de manter, por si só, um crescimento autosustentado, como o da indústria de bens de produção. É o que chama atenção Cardoso de Mello e Belluzzo: “...De fato, por sua própria natureza a indústria de duráveis é incapaz de manter um crescimento autogerado, como o é a indústria de bens de produção. Isto porque, preliminarmente, há uma fratura entre a ampliação de sua taxa de acumulação e o crescimento de sua demanda efetiva. Quer dizer, ao contrário da indústria de bens de produção, a indústria de bens duráveis”<sup>36</sup>

dardejado por uma onda de solicitações contraditórias, que é incapaz de conciliar e atender. Assim, nem a definição dos projetos é feita tomando em conta os interesses concretos, nem os interesses concretos podem se impor sem a mediação do Estado.” (Cardoso de Mello e Belluzzo, 1998, pp. 181 – 182)

A questão a ser enfatizada se refere ao fato de o Estado desenvolvimentista não conseguir mais articular os diversos interesses privados em torno do projeto desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, o Estado desenvolvimentista não possuía autonomia financeira para liderar a expansão econômica, por um lado, porque não havia uma articulação orgânica entre suas empresas que possibilitasse a gestão conjunta de recursos, a qual permitisse a centralização do capital e sua canalização para novos investimentos. Por outro lado, o Estado não reunia condições de transferir mais recursos fiscais para suas empresas, já que as empresas privadas também reivindicavam a transferência dos limitados recursos públicos para reforçar suas condições de acumulação.

O Estado desenvolvimentista, por sua vez, não conseguia envolver a empresa estrangeira em seus novos projetos econômicos, uma vez que esta não se mostrava disposta a ampliar seus investimentos ou integrar projetos ambiciosos, em meio o contexto de incerteza de meados dos anos setenta.

O projeto desenvolvimentista foi, então, viabilizado, enquanto o Estado articulava os diversos interesses dos capitais privados e, desta forma, conseguia garantir suas condições de rentabilidade. No entanto, a crescente demanda de solicitações contraditórias, em meio ao contexto de crise fiscal estatal, inviabilizaria a continuidade da estratégia desenvolvimentista.

A incapacidade do Estado desenvolvimentista, em reavivar o crescimento econômico e acomodar os interesses heterogêneos, portanto, faz crescer a percepção no seio de nossas elites que a esfera estatal não reuniria mais condições de atender suas demandas. Assim, a crescente insatisfação entre nossas elites as levam a reivindicar, para o Estado, profundas reformas estruturais e privatistas, com as quais, poderiam realizar expressivos ganhos, já que não mais poderia contar com os antigos espaços de valorização, os quais eram possibilitados pela reserva de mercado ou pela prática de políticas de subsídios ou incentivos fiscais.

As elites brasileiras, frente ao projeto nacional desenvolvimentista, encontravam-se sempre diante de um dilema, pois aceitavam como necessária e até

mesmo reivindicavam a participação do Estado em apoio à valorização de seus capitais<sup>50</sup>. Ao mesmo tempo, sempre temiam que a expansão das funções do Estado fugisse a seu controle e que, assim, este viesse a ocupar espaços de valorização "rentáveis" à iniciativa privada. Portanto, a estratégia desenvolvimentista criou uma situação de tensão permanente entre o entendimento sobre a necessidade de se ter um Estado ativo e também de temor que a demasiada expansão estatal pudesse por em risco os princípios liberais do livre funcionamento da economia.

O Estado desenvolvimentista aos olhos de nossa burguesia se apresentou, portanto, como um "mal necessário" ou "acidente histórico" que foi produto de um contexto internacional específico. Por isso, a existência concreta do Estado interventor sempre foi uma presença incômoda ao se afastar de todo o suposto ideário liberal de nossas elites. É, então, somente nos anos noventa - com o aprofundamento dos processos de modernização e redução do papel do Estado - que se criam condições para o surgimento de um novo ambiente econômico plenamente compatível com o ideário e o discurso liberal de nossas elites.

Os rumos tomados pela economia brasileira nos anos noventa evidenciam, então, como as elites brasileiras incorporam definitivamente o ideário liberal, no qual os rumos das transformações econômicas passam a ser regidos pela mão invisível do mercado, em substituição ao papel de consciência coletiva, representada pelo Estado interventor. Portanto, era o Estado interventor que - em função de prerrogativas do desenvolvimento nacional - determinava e definia, em que ritmos ou intensidades, deveriam ser absorvidas as transformações irradiadas do centro capitalista.

A rápida forma como, entre nossas elites, ganham força as idéias de diminuição do espaço de intervenção pública, então, tem a ver com o fato destas identificarem o Estado brasileiro como origem de todos os males econômicos que assolaram a economia brasileira a partir de meados da década de setenta. Aliás, no tom ideológico da discussão dos anos noventa, nossas elites parecem se esquecer ou querer negar todo o legado deixado pelo Estado com sua contribuição fundamental dada ao impulso da industrialização brasileira. Ao mesmo tempo, nos anos oitenta, a atribuição de toda crise econômica ao Estado se mostra funcional no sentido de escamotear a realidade. Então, é como se a crise econômica brasileira pudesse ser associada à mera incompetência administrativa estatal e não à forma como este foi utilizado como instrumento de

---

<sup>50</sup> O apoio do Estado à valorização dos capitais se dá por meio da construção da infra-estrutura, fornecimento de financiamento, subsídios, tarifas públicas ou garantia de reservas de mercado.

interesses privados. Ou seja, utilizou-se o Estado sem a correspondente dotação de recursos, ou algum tipo de retorno aos vários benefícios concedidos à iniciativa privada. É, por isso, que as elites brasileiras - ao encontrar no Estado um "bode expiatório" - podem se eximir ou se isentarem de qualquer cota de culpa ou de responsabilidade sobre a crise econômica brasileira. Portanto, lançava-se um véu sobre a realidade dos fatos que encobria como a utilização exaustiva do Estado para a consecução de interesses privados<sup>51</sup> - num contexto de reversão das condições internacionais - produziu o quadro sombrio de recessão e de desarticulação da economia brasileira.

A adesão ao "modelo" liberal se apresenta, então, muito mais condizente com o discurso e todo o ideário liberal burguês que parece finalmente encontrar, nos anos noventa, a possibilidade de conciliar a intensificação de seus padrões de consumo e espaços de valorização, sem que, no entanto, fosse necessário recorrer ao protecionismo estatal. Assim, o apoio de nossas elites ao Estado interventor aparecia como uma contradição do discurso liberal burguês, tendo em vista a sua defesa intransigente das práticas protecionistas.

A intervenção estatal e o protecionismo - característicos do modelo desenvolvimentista - eram, portanto, aceitos e mesmo tolerados pela burguesia nacional, apesar de seu discurso liberal. Contudo, a tolerância de nossas elites em relação ao Estado estava associada ao fato que as práticas intervencionistas e protecionistas implicavam em benefícios e ganhos materiais. É, por isso, que o ideário liberal burguês cede lugar ao pragmatismo e a série de benefícios concretos que nossas elites podiam obter com o "modelo" desenvolvimentista. Entretanto, nos anos noventa, o fascínio pela possibilidade de aprofundar o processo de modernização e garantir espaços de valorização sem, no entanto, passar pela "velho" protecionismo, acaba sendo um grande incentivo para que nossas elites aderissem plenamente à agenda liberal.

#### **1.4 - A não constituição de um núcleo endógeno de inovação**

A estratégia desenvolvimentista resultou na reprodução de uma estrutura industrial articulada, ao menos formalmente, semelhante a dos países do capitalismo central, o que é evidenciado se tivermos em mente a implantação e a consolidação no

---

<sup>51</sup> O Estado foi usado como instrumento privado de diversas formas, desde subsídios até endividamento.

país do setor de duráveis de consumo e de segmentos importantes do setor de bens de produção. Entretanto, o projeto desenvolvimentista, a despeito do relativo sucesso na cópia da estrutura industrial dos países desenvolvidos, não conseguiu gerar um núcleo endógeno de inovação, capaz de dotar o país da capacidade de pesquisa e desenvolvimento dentro de suas empresas. Enfim, somente o desenvolvimento da capacidade de inovação possibilitaria, ao país, disputar a liderança dos avanços tecnológicos e, assim, estar à frente dos novos paradigmas científicos.

A reduzida capacidade local de inovação pode ser relacionada as decisões da estratégia desenvolvimentista, por um lado, em ancorar o processo de industrialização nas empresas transnacionais que passam a ocupar postos de liderança nos setores econômicos mais dinâmicos. Por outro lado, a não constituição, no país, de um núcleo endógeno de inovação pode ser associada as políticas de desenvolvimento industrial, pautadas em práticas protecionistas, as quais não exigiam a contrapartida de ganhos de eficiência ou requisitos mínimos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as empresas beneficiadas. Por último, a ausência de processos de desenvolvimento tecnológico do país pode ser relacionada à estrutura de capital das empresas nacionais.

A presença importante das empresas estrangeiras nos setores industriais mais dinâmicos condiciona decisivamente a reduzida dimensão assumida pelos processos de pesquisa e desenvolvimento científico dentro das empresas estabelecidas no país. Assim, as empresas transnacionais dificilmente teriam interesse ou identificariam qualquer vantagem em ampliar substancialmente investimentos em P&D em países periféricos, como o Brasil. Enfim, para as multinacionais se apresentaria muito mais vantajoso - do ponto de vista econômico, tecnológico (e/ou) administrativo - concentrar seus investimentos em tecnologia e desenvolvimento de produtos nos países do capitalismo central, cujos sistemas nacionais de inovação já se encontram constituídos e capazes de fornecer externalidades.

O projeto desenvolvimentista, ao assentar os principais segmentos industriais em torno das empresas transnacionais, parecia não avaliar que os processos internos de decisão das empresas estrangeiras transnacionais se orientavam por uma forma de comportamento microeconômico, em função de critérios de concorrência internacional, os quais não identificavam qualquer benefício econômico em transferir para países periféricos- como o Brasil - seus centros de desenvolvimento tecnológico. Então, as próprias condições internas - de ausência de um ambiente econômico ou institucional

favoráveis ao desenvolvimento tecnológico - inviabilizariam o desenvolvimento de centros de inovação no país. Ou seja, ao se conferir grande liberdade de atuação às multinacionais, não se poderia esperar que estas espontaneamente - ou naturalmente - deslocassem seus centros de inovação para países periféricos. Ao contrário, a implementação no país de centros de desenvolvimento tecnológico se apresenta como uma estratégia irracional e de mais elevados custos, dado as condições internas, pouco propícias ao desenvolvimento científico.

A não transferência dos centros de desenvolvimento tecnológico para o país não se deve somente ao ambiente econômico desfavorável, mas diz respeito também a uma questão estratégica das inovações tecnológicas no campo da concorrência internacional. Assim, a inovação tecnológica se revela extremamente decisiva no processo de concorrência internacional, daí a resistência de empresas ou governos de permitir o deslocamento de seus centros de inovação para países como o Brasil que poderia assimilar a nova tecnologia e passar a competir internacionalmente. Ou seja, a própria política governamental dos países centrais ou a própria atuação das empresas transnacionais tentam coibir a disseminação dos padrões tecnológicos que garantem a vantagem competitiva às empresas inovadoras dos países desenvolvidos.

A outra característica da evolução industrial nacional se refere à prática de elevadas tarifas as importações que faziam parte de uma política deliberada de reserva de mercado aos produtores locais, como forma de se estimular o desenvolvimento industrial local. Entretanto, a despeito da expressiva evolução industrial interna, o protecionismo indiscriminado não foi capaz de estimular a geração de um núcleo de pesquisas no interior das empresas domésticas que as possibilitassem exercer uma posição de liderança nos processos de inovações e, assim, estarem em condições de competir internacionalmente.

A questão a ser apreendida se refere ao fato que algum tipo de proteção necessariamente deveria ser adotada, caso realmente se quisesse desenvolver a produção industrial local. Enfim, a produção industrial doméstica não teria condições de concorrer, nas mesmas condições de igualdade, com as importações provenientes dos países desenvolvidos que, por apresentarem maior avanço tecnológico, poderiam colocar seus produtos no mercado nacional em melhores condições de qualidade e preço do que o similar produzido internamente. Ao mesmo tempo, para que os capitais locais pudessem se deslocar para atividades industriais, deveriam encontrar condições de

rentabilidade compatíveis com os elevados custos iniciais da produção doméstica<sup>52</sup>, como também, deveriam obter a mesma rentabilidade encontrada nas atividades não expostas à competição internacional, como por exemplo, a construção civil ou o comércio. Daí inclusive se explicaria o elevado nível de proteção tarifária, injustificada nos setores industriais liderados por empresas transnacionais, as quais possuíam comprovada competência tecnológica.

A não constituição no país de um núcleo endógeno de inovação não pode ser simplesmente atribuída à adoção de práticas protecionistas<sup>53</sup>, mas ao tipo específico de protecionismo da estratégia desenvolvimentista, o qual não exigia e não negociava, como contrapartida dos diversos benefícios concedidos, ganhos de eficiência ou de alguma forma de desenvolvimento de um núcleo de P&D no interior das empresas. Portanto, somente o desenvolvimento de núcleos internos de pesquisa e desenvolvimento nas empresas permitiria fazer o país atingir um grau de excelência, capaz de capacitá-lo a penetrar e consolidar posições no mercado internacional. Ou seja, durante toda era desenvolvimentista não se condicionou a continuidade de medidas protecionistas a patamares mais elevados de produtividade no interior das empresas beneficiadas.

O formato das medidas protecionistas, conforme posto em prática no país, serviu muito mais para atender aos interesses de ganhos econômicos de agentes internos e externos, do que propriamente para atender objetivos maiores de desenvolvimento industrial nacional. Ou seja, as práticas protecionistas se apoiavam na tese que a pura e simples garantia da reserva de mercado interno - sem maiores exigências - naturalmente induziria os produtores locais a processos de assimilação e posterior desenvolvimento tecnológico que os qualificariam a competir no mercado internacional.

A instituição de uma reserva de mercado aos produtores locais não veio acompanhada por práticas de exploração da reserva de mercado interna, como forma de aprendizado tecnológico e de progressiva integração industrial, o que possibilitaria as empresas locais a desenvolver um potencial inovador, capaz de credenciá-las a conquistas de mercados externos - inclusive dos países matrizes da inovação tecnológica. Ou seja, o ganho de dimensão conseguido pelos produtores domésticos - dado a reserva de mercado - não resultou no desenvolvimento de uma tecnologia

---

<sup>52</sup> Os elevados custos iniciais da produção doméstica seriam resultados da estreiteza do mercado interno e da defasagem tecnológica.

<sup>53</sup> As práticas protecionistas, como mencionadas anteriormente, eram necessárias para o desenvolvimento da indústria de capital nacional, frente à maior competência das empresas multinacionais.

própria que transformasse o mercado interno em base ou trampolim para se empreender a conquista de mercados externos. Ao contrário, a indústria local se colocava na posição cômoda e segura de se limitar à exploração do mercado interno cativo. Até porque, não se identificava qualquer racionalidade econômica em se lançar no risco- ou na aventura- de explorar mercados externos desconhecidos, quando se podia contar, alternativamente, com um mercado interno cativo de elevada rentabilidade.

A natureza conservadora ou pouco empreendedora do empresariado nacional e a atuação das multinacionais - preferencialmente centradas na exploração do mercado interno - já revelam, portanto, a racionalidade estratégica dos agentes locais, os quais se mostravam pouco propensos a desenvolver processos internos de inovação tecnológica para competir no mercado internacional. No entanto, o formato das políticas industriais governamentais, assentadas num protecionismo indiscriminado, cria um ambiente institucional que não condiciona ou impele à modificação nos padrões de comportamento industriais, em direção a posturas mais aguerridas ou afirmativas no cenário internacional, ao contrário, apenas acentua os traços mais negativos de uma burguesia industrial parasitária e acostumada a sobreviver de benevolentes favorecimentos econômicos.

As práticas protecionistas - sem as quais possivelmente não se verificaria a industrialização do país - não podem ser associadas de forma direta à ineficiência industrial, o que é claramente verificado se observamos como um determinado tipo de protecionismo para o aprendizado serviu de base para países, como o Japão, desenvolver um grande potencial inovador. É, então, o protecionismo usado para aprendizagem que possibilitou ao Japão penetrar nos mercados internacionais, ao passo que, o protecionismo frívolo<sup>54</sup>, preponderante na América Latina, não redundou na conformação de um núcleo endógeno de inovação<sup>55</sup>.

O outro aspecto decisivo, relacionado à ausência de um desenvolvimento científico nacional, refere-se à estrutura de capitais das empresas nacionais, as quais operam, quase que completamente, como empresas familiares e, portanto, sem a necessária concentração de capital, condizente com as exigências dos investimentos em tecnologia.

---

<sup>54</sup> O protecionismo frívolo é a expressão cunhada por Fajnzylber para designar práticas protecionistas indiscriminadas, as quais não resultam em maior competitividade sistêmica do país.

<sup>55</sup> As distinções entre o protecionismo frívolo e para aprendizagem podem ser vistas em Fajnzylber 1983, livro: "La industrialización Trunca en América Latina"

O mercado interno restrito<sup>56</sup> – a que ficam confinadas as empresas nacionais – impede que estas ganhem dimensão necessária para se avançar nos processos de concentração de capital e, desta forma, ter à sua disposição um volume de recursos compatíveis com os altos gastos da inovação tecnológica. Por um lado, a busca por mercados externos poderia compensar a reduzida dimensão do mercado interno e, assim, conferir a dimensão necessária para fortalecer os processos internos de acumulação das empresas nacionais. Por outro lado, a estratégia de busca por mercados externos colocaria as empresas nacionais em contato permanente com a concorrência das empresas transnacionais, o que as impulsionaria à busca contínua da inovação tecnológica, como forma de se afirmar em determinados nichos do mercado externo.

A constituição de um núcleo de inovações no interior das empresas nacionais pressupõe, portanto, um grau avançado de concentração e centralização de capitais, compatíveis com os elevados investimentos e riscos envolvidos nos processos de desenvolvimento tecnológico. Então, são os bloqueios à monopolização do capital nacional<sup>57</sup> que comprometem a capacidade das empresas do país em desenvolver projetos de inovação tecnológica.

A preservação política de uma estrutura produtiva heterogênea<sup>58</sup>, então, explica por que a concorrência capitalista é incapaz de impulsionar ou ser vetor da introdução de inovações radicais na organização da produção e na estrutura de mercado do país.

A reduzida capacidade de inovação das empresas nacionais ainda é fruto da estrutura do capitalismo brasileiro que ressentia a falta de um sistema financeiro articulado e associado aos interesses industriais. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico nacional poderia ser impulsionado, caso se estabelecesse relações mais estreitas entre a indústria e os bancos, de tal maneira, que estes pudessem por à disposição dos capitais nacionais crédito de longo prazo, o qual poderia funcionar como um importante instrumento de centralização de capitais<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> A estreiteza do mercado interno, em muitos segmentos industriais, é dado pela elevada concentração de renda que implica na exclusão de um grande contingente populacional da possibilidade de consumo.

<sup>57</sup> Dado o caráter limitado do trabalho, não se entrará na análise mais aprofundada sobre os bloqueios referentes à monopolização do capital nacional. Entretanto, cabe ressaltar que estes bloqueios não se referem somente a aspectos econômicos, mas também provêm de elementos políticos relacionados à preservação de estruturas produtivas de baixa produtividade, as quais são responsáveis pela heterogeneidade estrutural que inibe a concorrência capitalista, como vetor das inovações tecnológicas.

<sup>58</sup> Por estrutura produtiva heterogênea, entende-se a conformação de setores de elevada produtividade, ao lado de setores de reduzida eficiência econômica. Ou seja, combina-se, no país, em um mesmo cenário econômico, o “atraso” e o “moderno”.

<sup>59</sup> Um dos principais instrumentos de centralização de capitais nos países que se industrializaram no período da II Revolução Industrial, como França e Alemanha, foi o banco de investimento que colocava à disposição da indústria o capital ocioso dos capitalistas e das classes sociais. No entanto, os bancos não

O desenvolvimento de um sistema financeiro, disposto a assumir os riscos inerentes à pesquisa tecnológica, poderia impulsionar o surgimento de certo desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais. Enfim, o sucesso da inovação tecnológica daria vantagem competitiva na concorrência capitalista que permitiria às empresas nacionais – que inovaram - gozarem de uma situação privilegiada de mercado, a qual se materializaria na existência de lucros “extraordinários”, como bem destacou Schumpeter. Ao mesmo tempo, os ganhos econômicos, obtidos pela bem sucedida inovação, reforçariam os volumes de recursos que poderiam ser destinados a novos processos de inovação. Então, formaria-se um círculo virtuoso, em que a inovação tecnológica bem sucedida geraria lucros que realimentariam novas pesquisas tecnológicas.

A incipiente capacidade de inovação do país tem graves implicações para a evolução futura do capitalismo brasileiro, já que todo esforço realizado pelo país para copiar, assimilar e internalizar a estrutura industrial essencial, parecia, então, mostrar-se inútil e vem a baixo, quando novos processos de inovação no campo da tecnologia de informação ou telecomunicações - a partir dos anos setenta - revelam a fragilidade do modelo industrial nacional. Assim, o projeto industrial desenvolvimentista parecia falhar justamente no essencial, ao não ter constituído, internamente, padrões de inovação, capazes de manter o país permanentemente atualizado às constantes mudanças nas formas de produção ou padrões de consumo das nações centrais.

A natureza dinâmica do capitalismo - de constantes revoluções tecnológicas - mostrou ,portanto, ter sido pouco relevante a mera reprodução dos padrões tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, já que não se constituiu um centro interno de inovação que facultasse ao país dominar ou estar à frente dos principais avanços científicos. Ou seja, não bastava apenas ao país copiar ou assimilar um determinado padrão tecnológico industrial. Ao contrário, caso realmente quisesse se afirmar no cenário internacional, deveria se ter criado um sistema nacional de inovação que impediria a rápida obsolescência da estrutura produtiva.

A ausência de um significativo desenvolvimento tecnológico interno gera uma insatisfação crescente entre nossas elites que faz crescer a percepção sobre a incapacidade das indústrias locais em acompanhar os ritmos de inovações tecnológicas -

---

apenas centralizaram ou tornaram disponíveis os recursos monetários previamente existentes, já que o volume de créditos não se limita a soma dos depósitos. Ou seja, o banco de investimento liberou a inversão capitalista dos limites prévios da acumulação de recursos monetários, uma vez que tinha o poder de criação de novo poder de compra. ( Ver, para este questão, Oliveira, C. B,1985)

com conseqüente introdução de novos produtos - verificados nos países do capitalismo central. Entretanto, a insatisfação das nossas elites não está ligada a qualquer objetivo ou veiledade de busca de uma maior autonomia tecnológica, mas se refere a crescente defasagem do país em relação a seus padrões de consumo. Por sua vez, a defasagem dos padrões de consumo de nossas elites é atribuída à incapacidade da indústria local de estar à frente dos processos de inovações que serão transformadas em novos produtos, tais como se verifica , a partir da década de setenta, nos países desenvolvidos, com a nova revolução tecnológica no campo da informática e telecomunicações.

A incapacidade da indústria local, em acompanhar os avanços tecnológicos, faz com que nossas elites passem a buscar alternativas viabilizadoras da atualização de seus padrões de consumo. É, portanto, pela estratégia de intensificação das relações com o capital externo que nossas elites, nos anos noventa, buscam a atualização dos seus padrões de consumo. Assim, produz-se, na década de noventa, todo um esforço de criar um ambiente econômico favorável para se atrair investimentos em setores, nos quais se verificavam as maiores inovações de processos ou produtos.

As políticas econômicas dos anos noventa, ao estabelecer a estratégia de modernização de padrões de consumo apoiada no capital externo, acabam por deixar a definição das políticas tecnológicas para o mercado. Portanto, parece, abandonar-se qualquer pretensão de consolidação de um núcleo endógeno de inovação. Ao contrário, na prática, abdica-se dos objetivos de maior autonomia tecnológica por meio da constituição de uma capacidade local de inovação apoiada na importante intervenção do Estado<sup>60</sup>.

As elites brasileiras, nos anos noventa, ao apoiar sua estratégia na atração de empresas estrangeiras, parecem conseguir realizar a improvável proeza representada pela atualização dos seus padrões de consumo - incorporando as principais tendências tecnológicas dos anos noventa - mesmo sem ter constituído um núcleo endógeno de inovação ou ter conseguido maior autonomia tecnológica. Ou seja, nos anos noventa, a nova gama de produtos introduzidos no país consegue passar a impressão que o país, finalmente, conseguiu internalizar os principais avanços tecnológicos dos países avançados. Mas, todo o processo econômico de acesso a novos bens, na verdade,

---

<sup>60</sup> A importância do Estado no desenvolvimento tecnológico é descrita por Erber e Cassiolato: "É consenso internacional que o aparato de pesquisa e educação científicos constitui parte essencial dos sistemas nacionais de inovação e que o mercado é um mecanismo ineficaz para desenvolver este aparato, cabendo ao Estado essa função..."(Erber e Cassiolato,1997, p.41)

encobre a realidade da crescente dependência tecnológica do país em relação às empresas transnacionais<sup>61</sup>.

A discussão da inovação tecnológica - de uma perspectiva do desenvolvimento nacional - deveria mesmo ser colocada em outros termos que não só levar em conta aspectos quantitativos da pura incorporação do progresso técnico, mas deveria se colocar no centro da discussão aspectos qualitativos referentes, tanto à seleção de tecnologias, compatíveis com o desenvolvimento interno menos excludente, quanto à forma como os ganhos de produtividade – decorrentes da incorporação tecnológica – poderiam se transferir para os salários. No entanto, deve-se ter em mente que este tipo de questão não se coloca para os segmentos da burguesia nacional, as quais a única lógica que importa é a incorporação tecnológica que possibilita a modernização de seus padrões de consumo.

### ***1.5 - Considerações finais***

A assimilação programática da agenda econômica neoliberal, por um lado, tem suas razões internas do esgotamento do modelo desenvolvimentista, conforme assinalados anteriormente. Mas, por outro lado, não se deve deixar de apontar, como, na década de setenta, as dimensões externas das transformações e crise da economia mundial acabaram por condicionar uma profunda revisão da agenda intelectual, sobretudo, com o rompimento do consenso internacional sobre a essencialidade da intervenção estatal e a necessidade de regulação dos fluxos de capital e mercadorias.

A viabilização na América Latina de políticas de desenvolvimento nacional intervencionistas - sem encontrar maiores resistências dos países do capitalismo central - só pode ser entendida como resultado de um período histórico específico, no qual a lembrança dos efeitos danosos do livre funcionamento da economia - do período entreguerras - permanecia viva na memória das nações. Por isso, criou-se um consenso

---

<sup>61</sup> A ausência, nos anos noventa, de um desenvolvimento tecnológico endógeno, é descrita por Erber e Cassiolato: " Embora a informação disponível seja limitada, os programas tecnológicos empresariais realizados localmente parecem ser orientados principalmente para melhorias de qualidade e produtividade e adaptações de processos e produtos. Apesar de importantes para o crescimento, dificilmente esses

internacional sobre a necessidade da intervenção estatal e regulação dos fluxos de capital/comércio, como forma de se garantir o bom funcionamento da economia. Ao mesmo tempo, a presença do Estado se apresentava como indispensável, dado a necessidade concreta e imperiosa de reconstrução das economias européias destroçadas pela II Guerra Mundial.

O pós-guerra marca, portanto, uma decisiva reorganização do pensamento intelectual com o avanço das idéias keynesianas de intervenção e regulação econômica, as quais se incorporaram as agendas econômicas dos países do capitalismo central.

O espaço aberto ao aprofundamento de políticas ativas de desenvolvimento nacional nas economias da América Latina ainda só poderia ser entendido pela necessidade de desenvolver o capitalismo no continente para se conter o avanço do comunismo<sup>62</sup>. Ou seja, a expansão do comunismo no pós-guerra conduziu as nações capitalistas avançadas a uma defesa veemente do capitalismo privado, mesmo que isso viesse a representar o crescimento do Estado, visto como um "custo necessário" à preservação do sistema capitalista na América Latina.

A emergência do projeto desenvolvimentista, então, só pode ser entendida como uma brecha ou oportunidade histórica aberta a possibilidade de desenvolvimento nacional. Mas, um desenvolvimento nacional apoiado na intervenção estatal e regulação econômica dos fluxos de comércio e capital.

O questionamento dos processos de desenvolvimento sustentados pela intervenção estatal, por sua vez, só pode ser entendido no contexto da crise generalizada do capitalismo nos anos setenta que era resultado do esgotamento do padrão de crescimento fordista, mas que foi atribuída - por correntes ideológicas do pensamento econômico - ao intervencionismo do Estado e suas políticas *Keynesianas*. Ao mesmo tempo, o repúdio a intervenção estatal e a regulação econômica é alimentada pelo

---

programas levam ao desenvolvimento das capacidades tecnológicas e científicas que o processo de transformação mundial torna necessária..."(Erber e Cassiolato,1997, p.40)

<sup>62</sup> A afirmação que o grande capital internacional tinha interesse no desenvolvimento capitalista do país – como contraponto ao comunismo – pode, à primeira vista, soar estranho. Contudo, negar o interesse do capital internacional na evolução interna do capitalismo é equivalente a afirmar que o grande capital internacional não tinha interesse em explorar o mercado brasileiro, visto que é o desenvolvimento capitalista interno – através da montagem da indústria de base e da infra-estrutura – que permite as multinacionais explorar o mercado do país. Ou seja, uma afirmação que venha a negar o interesse do capital internacional em explorar o mercado interno é equivalente a negar a própria natureza do capital que busca expandir-se em escala global e revolucionar os diversos ambientes econômicos, de maneira, a torná-los compatíveis a seu processo de valorização. Enfim, o que o grande capital internacional – e, no caso, americano – não queria era um desenvolvimento interno com base no capital nacional que ocupasse importantes espaços de valorização, mas não era contrário ao desenvolvimento capitalista interno que se revertesse em oportunidades de valorização a seus capitais.

grande capital internacional - patrocinado pela política do governo americano - que buscava ampliar suas liberdades de atuação, mediante os processos de abertura, desregulamentação e flexibilização dos mercados internacionais.

A nova agenda econômica liberal - irradiada das economias capitalistas centrais para a América Latina - esteve associada à consolidação de uma nova proposta "reformista" pelos organismos multilaterais que ficou conhecida como "Consenso de Washington", cujas concepções se apoiavam na tese de que os processos de abertura comercial, liberalização cambial e financeira, privatizações e austeridade fiscal acabariam por lançar as bases para o crescimento das economias latino-americanas, o que, por sua vez, propiciaria expressivos ganhos para os investidores internacionais que se dispusessem a investir nos países que adotassem este receituário.

A forma como, nos anos noventa, os dogmas liberais se propagaram rapidamente e se tornaram hegemônicos entre nossas elites evidencia que, tão grave quanto a dependência econômica, seja talvez a dependência cultural de elites, as quais se apresentam como meras consumidoras de um pensamento produzido nos países centrais que ignora a verdadeira condição e especificidade periférica.



## **Capítulo II: O processo de valorização de capitais**



## 2.1 - Considerações preliminares

O capítulo abordará a valorização de capitais de nossas elites que foi, nos anos noventa, possibilitada pela incorporação da agenda liberal. Contudo, o estudo requer, como primeiro passo, identificar como está organizado o esquema de poder no país para, assim, entrar na análise propriamente dita sobre a valorização de capitais dos anos noventa. Ou seja, torna-se necessário identificar que grupo social ou que conjunto de forças sociais possui o poder de imposição de um determinado projeto político-econômico sobre o conjunto da sociedade. É necessário, portanto, analisar como se processa no seio de nossas elites o jogo de negociação e a articulação de diversos interesses em torno de uma agenda econômica comum.

A análise histórica sobre o padrão de dominação social no país permite inferir a existência de um pacto político ou formação de um estado de compromisso entre os mais diversos segmentos das elites, desde setores ligados ao complexo agro-exportador, até setores modernos representados pelo capital financeiro e industrial. Isto é, o esquema de poder é definido historicamente através da articulação de interesses heterogêneos, já que nenhuma classe social específica reuniria condições de se impor de forma hegemônica sobre os demais segmentos sociais.

Os períodos cruciais de modernização sócio-econômica deveriam ser vistos, portanto, como momentos de rearticulação, entre nossas elites, do pacto de compromisso, o que era resultado, tanto da necessidade de um rearranjo nas relações com o mercado mundial, quanto da necessidade de se incorporar novos segmentos sociais que emergiriam com os processos de diferenciação econômica. É neste sentido que o período crucial, representados pela revolução de 30, pode ser vislumbrado como um momento de rearranjo da estrutura de poder entre os diversos setores de nossas elites como aponta Diniz: “ Sem dúvida, existe um certo consenso quanto à caracterização do tipo de Estado que emergiu da luta contra o regime oligárquico da Primeira República. Representando um esforço de ajustamento entre os setores tradicionais, grupos oligárquicos dissidentes e os setores emergentes, como os grupos empresariais e a classe média urbana, teríamos a formação de um Estado de compromisso, alternativa encontrada para a reformulação da estrutura de poder, dada a incapacidade de qualquer

dos grupos em confronto assumir a hegemonia do processo político.”(Diniz,1978,pp.47-48)

O momento decisivo de consolidação da industrialização<sup>63</sup> pode ser visto como o predomínio, entre nossas elites, de uma ideologia desenvolvimentista Assim, o projeto nacional desenvolvimentista foi resultado da redefinição do pacto de elites, o qual aprofundou as relações com o capital externo e acentuou o seu caráter socialmente excludente, como aponta Fiori: “...pelo atalho das generalidades ideológicas desconsidera-se que o projeto desenvolvimentista foi sustentado, no Brasil, por uma sólida coalizão política conservadora que contou sempre com o apoio dos partidários do liberalismo econômico(...)Nossa tese central a esse respeito é de que o Estado desenvolvimentista brasileiro foi predominantemente autoritário. Mas, não sendo suficientemente forte, acabou de fato prisioneiro dos interesses incorporados ao pacto sócio-político que tentou montar durante estas décadas. Razão pela qual não foi capaz de desfazer de sua rigidez protecionista, ou de sua excludente organização social...” (Fiori, 1995, p.125).

O esforço desenvolvimentista, como se sabe, resultou numa economia industrial complexa e relativamente integrada aos padrões da Segunda Revolução Industrial, através da articulação de capitais nacionais com o capital internacional. Entretanto, este estilo de desenvolvimento viria, em meados dos anos setenta, a inviabilizar a própria continuidade do modelo econômico, em função das profundas contradições que gerava, seja do ponto de vista econômico-financeiro<sup>64</sup>, seja do ponto de vista tecnológico<sup>65</sup>.

As incoerências e contradições do estilo desenvolvimentista levariam, portanto, a crise dos anos oitenta e ao esgotamento deste modelo econômico, o que, por sua vez, gerou a necessidade de se adotar uma agenda econômica alternativa. Assim, o esgotamento do estilo desenvolvimentista - juntamente com o pacto político que o sustentava - é colocado por Fiori: “ É neste sentido que se pode falar na permanência de um pacto histórico e de um núcleo estratégico que, preservado através do tempo, foi exponenciando desigualdades e problemas que reaparecem hoje na raiz estrutural da crise dos anos 80, potencializados obviamente pelo estreitamento conjuntural do *espaço de fuga* externo. E é esta dimensão estrutural da crise a verdadeira responsável pelo

---

<sup>63</sup> O processo de industrialização brasileiro foi acentuado na década de cinquenta e adquire caráter estrutural com as reformas econômicas implementadas após o movimento de 64.

<sup>64</sup> A inviabilização do ponto de vista econômico-financeiro seria resultado, ao longo dos anos setenta, do crescente endividamento externo e da crescente fragilização fiscal do Estado.

<sup>65</sup> A inviabilização do modelo do ponto de vista tecnológico se refere a não constituição de um núcleo

esgotamento do próprio pacto e pela impotência do Estado para manejar aqueles que foram seus principais instrumento de ação durante a vigência da estratégia desenvolvimentista, tanto quanto para definir horizontes e criar novos espaços de acumulação. Problema, este último, ajudado, certamente, pelo encurtamento dos recursos externos e fiscais, mas agravado pelo esgotamento do próprio *desideratu* que se propunha nos anos 50 completar uma industrialização guiada pela Segunda Revolução Industrial e pelo fordismo” (Fiori, 1995, p. 106).

A incorporação da agenda liberal, portanto, pode ser vista como um novo processo de recomposição do compromisso de poder entre nossas elites, as quais procuravam fazer frente ao esgotamento do antigo modelo econômico e se acomodar as profundas transformações do sistema capitalista mundial. Ou seja, para nossas elites, as mudanças no contexto internacional implicam a necessidade de se estabelecer uma nova forma de relacionamento com o capital internacional.

A partir da concepção da existência de um padrão de dominação social - baseado numa composição de elites heterogêneas - é que se pode depreender como a incorporação de qualquer nova agenda econômica deveria possuir pontos-chaves capazes de articular os mais diversos segmentos destas elites que compõe o pacto de poder.

A tese central a ser defendida, portanto, é que a agenda econômica liberal seria condizente com a mentalidade de nossas elites, ao possuir aspectos centrais que viabilizariam a articulação dos mais diversos segmentos destas elites. Então, caberia, apontar quais os aspectos centrais desta agenda que possibilitariam a coesão de nossas elites.

A agenda liberal, em seus aspectos fundamentais, seria perfeitamente compatível com a racionalidade de nossas elites dado: a abertura de novas oportunidades de valorização de capitais, a nova rodada de modernização dos padrões de consumo e o estreitamento das relações com o capital externo. Por sua vez, a implementação dos pontos centrais desta agenda revelaria o caráter anti-nacional e excludente característicos de nossas elites.

O capítulo, no entanto, centraria apenas na dimensão referente as novas possibilidades de valorização abertas pela implantação programática da agenda liberal, por isso os demais determinantes seriam tratados nos capítulos seguintes.

## ***2.2 - Os benefícios econômicos trazidos pela agenda liberal***

A busca contínua pela valorização dos capitais se apresenta como objetivo primordial - ou fim último - buscado indistintamente pelas burguesias como um todo. Embora, as burguesias dos países desenvolvidos possam apresentar diferenças em relação a burguesias dos países periféricos, quanto a mentalidade ou formas de atuação social, não diferem, contudo, quanto a busca de atividades econômicas que validem seus capitais.

A própria continuidade da burguesia - enquanto classe - está condicionada ou associada a sua capacidade de viabilizar, em condições ampliadas, seu processo de valorização de capitais. É, por isso, que todos esforços das classes proprietárias se orientam pela busca de atividades econômicas condizentes com a continuidade do processo de valorização de seus capitais. Ao mesmo tempo, as burguesias orientam seus esforços para se criar e preservar o ambiente e condições sócio-econômicas compatíveis a determinado processo de valorização de capitais<sup>66</sup>.

A decisão da burguesia periférica sobre o padrão de desenvolvimento a ser seguido e conseqüentemente sobre a forma de inserção externa, portanto, sempre leva em conta as possibilidades ou oportunidades de valorização abertas pelas novas formas de integração econômica. Enfim, os interesses materiais ou econômicos das burguesias influenciam decisivamente na definição de uma determinada trajetória econômica de um país.

A forma ou meios econômicos pelos quais se darão o processo de valorização tem importância secundária para burguesia, desde que se verifique a viabilização da valorização dos seus capitais. Enfim, não faz diferença para estes segmentos se a valorização passa ou não pelas atividades produtivas, com a conseqüente elevação do emprego e do bem estar-social. Portanto, a forma dominante de valorização - consubstanciada em determinado projeto econômico das elites - pode ser compatível

---

<sup>66</sup> É fundamental, para os capitalistas, que se crie e se mantenha um ambiente sócio-econômico estável que propicie seu processo de valorização. Portanto, é assim, que no início da industrialização, as burguesias dos países centrais procuram criar um ambiente social favorável à ampliação das atividades industriais, o que é verificado, por exemplo, nos processos de separação dos meios de produção dos trabalhadores. Assim, também ocorreu no Brasil, quando forças sociais ligadas à industrialização lograram pressionar pelo fim da escravidão. Enfim, somente o fim da escravidão permitiria a consolidação e desenvolvimento de um mercado capitalista nacional, o qual correspondesse aos novos processos de valorização industriais.

com o objetivo particularista de valorização de capitais e divergir dos interesses da coletividade, tais como observado, por exemplo, quando parte substancial dos processos de valorização de capitais não passa por atividades produtivas.

O agravante para a validação de capitais das burguesias periféricas decorre do fato destas se encontrarem numa posição secundária à margem da liderança, sobre as constantes ondas de transformação da estrutura do capitalismo mundial. Ou seja, enquanto burguesias dos países do capitalismo central estão à frente dos processos de transformação da economia mundial<sup>67</sup>, inclusive relacionadas a seus próprios interesses de busca pela ampliação da valorização de seus capitais, resta somente para elites dos países periféricos procurar se adaptar de forma criativa aos novos espaços ou oportunidades de valorização de capitais abertas pelo novo contexto internacional.

As constantes alterações na dinâmica e natureza da acumulação capitalista mundial – sob as quais os países periféricos pouco podem interferir – significam que os espaços de valorização abertos as elites periféricas não sejam os mesmos e se modifiquem, conforme a maneira destas assimilarem as transformações internacionais e, então, decidirem por uma determinada forma de inserção externa. Assim, no século XIX e início do século XX, os processos de valorização de capitais da burguesia brasileira passavam pela especialização primário-exportadora. Em contrapartida, alterações na dinâmica da economia mundial inviabilizaram a continuidade da valorização, assentada exclusivamente na especialização primária, e, então, abriram novas formas de valorização que passavam pelas atividades industriais, ainda que as atividades agro-exportadoras mantivessem espaços importantes nos circuitos de valorização dos capitais nacionais.

As elites dos países periféricos ainda sofrem, em seu processo de valorização, um importante constrangimento, decorrente da ocupação pelo capital internacional de importantes espaços internos de valorização - especialmente industriais. Contudo, a importante dimensão interna assumida pelo capital internacional é fruto de um projeto imperialista da burguesia dos países centrais, as quais buscavam a ampliação planetária de seus circuitos de valorização. Por sua vez, nossas elites conseguiram de forma

---

<sup>67</sup> As constantes ondas de transformação da economia mundial podem estar associadas, desde um novo paradigma tecnológico, novas formas de gestão empresarial - propiciadoras de ganhos de produtividade - até mesmo mudanças institucionais, como por exemplo de liberalização de fluxos de capitais, as quais também implicam na ampliação da potencialização de valorização de capitais - especialmente das burguesias dos países centrais.

criativa e extremamente hábil encontrar alternativas de valorização<sup>68</sup>, à despeito da situação adversa da ocupação de importantes espaços de valorização pelo capital internacional. Entretanto, o ajustamento ou adaptação de nossas elites a esta situação adversa não contribuiu para a evolução em direção a formas de desenvolvimento autônomo. Ao contrário, a busca de nossas elites por formas de convivência pacíficas ou harmônicas com o capital internacional redundou numa forma de inserção internacional passiva ou subordinada aos interesses econômicos das grandes corporações transnacionais.

O sobredimensionamento da participação interna do capital internacional - característico da forma de desenvolvimento do país - acaba por criar uma situação dúbia de contradição e simbiose entre interesses internos e externos, já que, ao mesmo tempo, em que o capital internacional ocupa e limita os espaços de valorização a disposição dos capitais locais, também amplia suas oportunidades de valorização, quando decide ampliar seus negócios internamente.

As digressões anteriores visaram, então, apontar as limitações encontradas pelas elites periféricas para viabilizar seu processo de valorização de capitais. Ao mesmo tempo, também se quis chamar atenção como a definição de um modelo econômico - tal como a implementação do projeto econômico liberal no país - está ligada, portanto, as possibilidades ou espaços de valorização vislumbradas por nossas elites, quando optam por uma determinada forma de inserção internacional.

A adesão, nos anos noventa, à agenda econômica liberal só pode ser inteiramente entendida pela série de espaços de valorização gerados às elites brasileiras devido aos processos de privatização, retomada dos investimentos estrangeiros, abertura comercial e a política econômica de elevados juros.

Os processos de privatização dos anos noventa, então, aparecem como um dos componentes centrais das profundas reformas consubstanciadas no projeto econômico liberal.

A questão central a ser retida se refere ao fato de que o desmonte do Estado interventor - proposta pela agenda liberal - abre brechas para que antigos espaços de valorização estatais, que no início da industrialização não interessavam aos capitais privados<sup>69</sup>, agora passem a ser reivindicados também pela burguesia nacional, já que se

---

<sup>68</sup> As alternativas de valorização estão associadas, inclusive, com a exploração de oportunidades nos interstícios dos investimentos externos.

<sup>69</sup> A burguesia nacional não se interessava por antigos espaços de valorização porque, no início, envolviam grandes blocos de investimentos e elevados riscos, como por exemplo, foi o caso do setor

constituem em projetos de investimentos maduros e rentáveis como evidenciado, por exemplo, no caso do setor siderúrgico.

A significativa presença nas mãos do Estado de ativos produtivos - passíveis de serem transacionados - só pode ser entendida pela estratégia de desenvolvimento adotada pelo país, na qual o Estado desempenha papel fundamental através da ocupação direta da produção, com vistas, seja à implementação de setores econômicos estratégicos, seja pela garantia da oferta de insumos básicos. Enfim, o acúmulo, nas mãos do Estado, de um estoque de bens produtivos aparece como fruto de uma estratégia de desenvolvimento associada à gestão das empresas estatais para se apoiar a acumulação privada. Ao mesmo tempo, as empresas estatais eram instrumentos de execução de política econômica, seja através de políticas de emprego e salários, seja por políticas de compras de insumos e bens de capital<sup>70</sup> ou seja, por fim, pelas políticas de preços e tarifas, as quais se relacionavam a formas de subsídios setoriais ou programas de estabilização.

A estratégia de desenvolvimento dos anos cinquenta, portanto, conferiu, portanto, uma série de atribuições ao Estado que deveria suprir serviços de infraestrutura e assumir a produção de bens intermediários. Ou seja, o Estado deveria ocupar setores de elevado requerimento de capitais e de longo período de maturação, tais como o setor hidrelétrico, siderúrgico, telecomunicações e o setor petrolífero. Por trás, das importantes atribuições assumidas pelo Estado se identificava com clareza que o problema das industrializações tardias - como a brasileira - é o de copiar a estrutura produtiva da segunda revolução industrial que se fundada na indústria pesada. Assim, a implantação da indústria pesada estava associada a uma escala mínima e determinada concentração de capital que - por gerar um grau de incerteza - inviabilizaria o investimento privado e, por isso, tornaria indispensável a atuação do Estado. Entretanto, uma vez montada uma estrutura capitalista articulada, diluiu-se o componente de incerteza, o que tornou os ativos produtivos estatais extremamente rentáveis e atrativos à iniciativa privada.

Os ativos produtivos estatais parecem, portanto, muito atraentes para segmentos da burguesia nacional. É, assim, que a aquisição de estatais se apresenta como espaços de valorização alternativos, já que os capitais locais não mais poderiam contar com

---

siderúrgico ou de telecomunicações. Entretanto, estes investimentos, uma vez consolidados, tornariam-se extremamente rentáveis e atraentes à iniciativa privada.

<sup>70</sup> A política governamental de compra de insumos e bens de capitais se guiava por objetivos de política industrial e regional.

antigos espaços de valorização que eram possibilitados pela reserva de mercado ou pela prática de políticas de subsídios ou incentivos fiscais, as quais se inviabilizaram devido a grave crise financeira do Estado.

O fato de se apontar segmentos da burguesia nacional como beneficiadas dos processos de privatização não significa, no entanto, identificá-los como os principais ou mesmo os únicos favorecidos pela aquisição de ativos produtivos estatais. Ao contrário, tem-se clareza sobre a impossibilidade dos segmentos da burguesia nacional fazer frente ao poder financeiro e aporte de recursos das grandes corporações internacionais<sup>71</sup> que adquiriram importantes empresas estatais. É, por isso, que os ativos estatais a disposição dos capitais locais seriam aqueles pouco atraentes para a estratégia de concorrência global dos grandes grupos internacionais. Ou seja, nos processos de privatização, em curso no país, reproduz-se um mesmo padrão em que a burguesia nacional aparece como sócio-menor nas transformações econômicas.

A análise ainda quer chamar atenção que os processos de privatizações brasileiras são desencadeadas por determinações externas, como aponta o relatório do IESP: “Os processos de privatização nos países centrais são iniciativas autônomas de governos soberanos, determinadas por orientações de política interna. Na América Latina, os PP são, direta ou indiretamente, condicionados pelas pressões e constrangimentos impostos pelos organismos multilaterais e bancos credores. Ao longo dos anos oitenta, à medida que ficava clara a impossibilidade efetiva de pagamento pleno da dívida externa, o sistema financeiro internacional passou a buscar alternativas de recomposição de seus ativos latino-americanos. Os processos de conversão de dívida em investimento, e o seu caso particular, a privatização, emergem como um dos mais promissores.”(Prado,1993,p.26). Entretanto, apesar do conjunto de determinações externas desencadeadoras das privatizações, para que este processo fosse validado e de fato posto em prática deveria se contar com a aquiescência interna de segmentos da burguesia nacional – que assim como o capital internacional – viam nos programas de privatização uma maneira de explorar grandes oportunidades de negócios.

A continuidade dos processos de privatização, portanto, representa o aprofundamento dos processos de internacionalização produtiva, já verificado com a

---

<sup>71</sup> A reportagem da Folha de São Paulo(10/02/2002) ilustra bem a importante participação do capital estrangeiro nas privatizações: “ Foram 2440 negócios entre 1994 e 2001 59% deles com o capital internacional, segundo pesquisa da KPMG, assessoria especializada em fusões e aquisições. É difícil calcular quanto dinheiro isso movimentou. Só os leilões de privatização entre 1991 e 2002 arrecadaram R\$ 103 bilhões - R\$ 85,3 bilhões do total saiu do caixa de multinacionais.”

aquisição dos ativos privados nacionais pelo capital internacional. Em seguida, a tabela 2.1 ilustra a importante participação dos investidores estrangeiros na aquisição das empresas estatais.

Tabela 2.1 – Participação do Investidor estrangeiro nas privatizações 1991 –2002 (24/04) em US\$ milhões e %

	PND*	Estaduais	Telecomunicações	Total
Receita da venda das empresas estatais	30480	27949	28793	87222
Participação estrangeira	11210	13654	17270	42134
Participação estrangeira no total(%)	36,7	48,9	60,0	48,3

Fonte:BNDES

O quadro a seguir ilustra os principais eventos relacionados a troca patrimonial de antigas empresas estatais. Ao mesmo tempo, aponta-se os principais grupos beneficiados – seja nacionais ou internacionais – pelos processos de privatizações da década de noventa.

Quadro 2.1 - As privatizações em curso na década liberal.

---

**1991**

→ A Vale do Rio Doce, os fundos Previ e outros investidores adquirem o controle da Usiminas

---

**1992**

→ Polísul compra participação na Petroquímica do Sul

→ Os bancos Safra, Rel e Banesa se associam a fundos estatais para adquirir 40% da Acesita

**1993**

→ Investidores liderados pelo grupo Vicunha adquirem o controle da CSN(Companhia Siderúrgica Nacional)

→ A Mendes Júnior e outros investidores assumem o controle da Açominas

→ O controle da Cosipa( Companhia Siderúrgica Paulista) é vendido à Anquila Participações e à Brastubos

**1994**

→ O consórcio Bozano adquire parte do capital da Embraer

→ A Union Carbide, a Polibrasill, a Oxiteno e a Unigel tonam-se acionistas da Petroquímica União

**1995**

→ A Norquisa e investidores institucionais arrematam o controle da Copene

**1996**

→ A Acesita adquire participação acionária na CST(Companhia Siderúrgica de Tubarão)

→ Consórcio formado pela francesa EDF e pelas norte-americanas AES e Houston Energy compra a Light em leilão de privatização

**1997**

→ A Ferronorte é adquirida por fundos de pensão e de investimento

→ A Companhia Vale do Rio Doce é adquirida em leilão pelo consórcio Brasil, grupo de investidores liderados pela CSN

→ É feita a primeira privatização no setor financeiro com a venda do Banco Meridional do Brasil para o Banco Bozano Simonsen por R\$265,66 milhões

**1998**

→ O sistema *Telebrás* é dividido em 12 empresas de telefonia fixa e móvel que são vendidas em leilão que arrecadou R\$ 22 bilhões

→ O Banco ABN Amro da Holanda compra o Bandep(Banco do Estado de Pernambuco por R\$ 182,9 milhões

**2000**

→ ADL Energy(Iberdrola), Previ(fundo de pensão do Banco do Brasil) e BBI(Banco do Brasil de Investimentos) arrematam a Celpe(Companhia Energética de Pernambuco) por R\$ 1,78 bilhão

→ O Itaú desembolsa r\$ 1,6 bilhão para arrematar o *Banestado*(Banco do Estado do Paraná)

→ O grupo espanhol Gás Natural paga R\$ 533,8 milhões, ágio de 462% para ficar com a distribuição de gás canalizado na região sul de São Paulo

→ O banco espanhol Santander arremata o *Banespa* por R\$ 7,05 bilhões, oferecendo ágio de 281% em relação ao preço mínimo

**2001**

→ Telecom Itália desembolsa r\$ 2,5 bilhões por concessões de telefonia celular das bandas D e E

**2002**

→ Na primeira privatização do ano, o Bradesco compra o BEA(Banco do Estado do Amazonas) por R\$ 182 milhões

---

Fonte: Folha de São Paulo(10/02/2002)

O projeto de privatização - presente no modelo liberal dos anos noventa - vem acompanhado por todo um discurso ideológico que justifica as privatizações devido uma suposta ineficiência do Estado em administrar suas empresas. Contudo, ignora-se, muitas vezes, que a situação deficitária de grande parte das empresas públicas foi resultado de como serviram de instrumento de política econômica. É, assim que, no

contexto da crise da dívida nos anos oitenta, estas empresas foram utilizadas, seja para captar divisas externas, seja para subsidiar o setor privado exportador<sup>72</sup>. Em contrapartida, o critério de eficiência em relação a empresas estatais deveria ser definido em outros termos que não o critério privado de lucro, já que em muitos casos a forma de atuação destas empresas está comprometida com critérios de política macroeconômica ou de impulso ao desenvolvimento de certos setores. Enfim, a manipulação de preços e tarifas ou políticas de compras – insumos e bens de capital –, na maioria dos casos, apresenta-se incompatível com a busca privada do lucro.

As reformas estruturais implementadas no país nos anos noventa visavam atrair os investimentos externos através da eliminação de restrições a atuação das empresas estrangeiras, tais como o fim de dispositivos cambiais e fiscais, os quais restringiam a remessa dos capitais investidos. No entanto, todas estas reformas estavam - em princípio - associadas à perspectiva de nossas elites de que o retorno dos investimentos externos abriria aos capitais nacionais novas oportunidades de valorização dos capitais, seja indiretamente pelo efeito positivo sobre o crescimento da renda e a expansão do mercado interno para seus produtos, seja diretamente através do fornecimento de componentes ou insumos as empresas estrangeiras.

Os novos investimentos externos dos anos noventa logicamente desencadearam algum tipo de processo de crescimento da renda e abertura de novas oportunidades de negócios para segmentos de nossas elites. Entretanto, nos anos noventa, a própria natureza dos investimentos externos mostrou ter efeitos modestos, como indutor do crescimento da renda e da abertura de novas oportunidades de investimentos. Isto é, os novos investimentos externos dos anos noventa estavam associados a processos de racionalização da produção e ampliação da produtividade<sup>73</sup> conseguidas não apenas pela ocupação da capacidade ociosa proveniente dos anos oitenta, mas também pela introdução de novas técnicas organizacionais. No entanto, estas novas técnicas organizacionais estavam associadas a um menor nível de emprego, diminuição de ineficiências e redução do conteúdo local dos produtos, as quais limitavam a expansão das oportunidades de investimento aos capitais nacionais.

---

<sup>72</sup> A captação de divisas externas era feita através do endividamento das empresas públicas. Por sua vez, o subsidiamento do setor privado era feito através da prática de tarifas públicas defasadas.

<sup>73</sup> A questão a ser destacada é que os processos de racionalização e elevação da produtividade conduzem à ampliação da produção, mas sem que ocorra, nos anos noventa, a expansão física da capacidade produtiva interna.

Os investimentos externos - dos anos noventa - em alguns casos, naturalmente, geraram novos espaços de valorização aos capitais nacionais como fornecedores de componentes a empresas estrangeiras. Contudo, se analisarmos estes investimentos externos de forma mais geral, verificaremos que, ora se mostraram em espaços de valorização modestos, ora significaram mesmo o fechamento de antigos espaços de valorização dos capitais locais. Ou seja, o fechamento de antigos espaços de valorização dos capitais nacionais estava associado a própria natureza dos investimentos externos que - por estarem relacionados a racionalização e especialização da estrutura produtiva - resultaram no encerramento de linhas de produção e na substituição de fornecedores locais por estrangeiros.

O trecho seguinte apresenta dados que comprovam o processo de substituição de fornecedores locais por externos, como aponta Laplane e Sarti: “Enquanto as importações evoluíram 6,9% em 1996, alguns bens eletroeletrônicos, componentes, insumos e autopeças experimentaram crescimento bem superior e passaram a ocupar posição de destaque na pauta: partes e peças para veículos (importações de US\$ 1,6 bilhão com crescimento de 22,0%); aparelhos transmissores, receptores e componentes (US\$ 2,0 bilhões e 24,3%); computadores, acessórios e partes e peças (US\$ 1,4 bilhão e 12,2%); motores de pistão (US\$ 820 milhões e 22,3%); circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (US\$ 809 milhões e 10,1%) ; motores, geradores e transformadores elétricos para telefonia (US\$484 milhões e 30,6%); bombas e compressores (US\$ 19 milhões e 13,2%); e partes e acessórios de aparelhos videofônicos (US\$ 476 milhões e 10,9%)”(Laplane e Sarti,1997,p.155).

O dogmatismo da doutrina liberal dos anos noventa ainda contribui para redução dos espaços de valorização dos capitais locais, uma vez que a política econômica se guiou pela abdicação de qualquer política industrial ativa de incentivo ao desenvolvimento da indústria. Enfim, não se estabeleceu exigências ou compromissos as empresas estrangeiras para compra de componentes e insumos junto a produtores locais. Ou seja, a exigência da elevação do conteúdo local da produção interna não só ampliaria as oportunidades de negócios dos capitais nacionais, como também, elevaria o patamar do emprego doméstico.

A vinda de novos investimentos externos nos anos noventa não corresponde somente aos interesses das elites locais, mas também atende aos interesses econômicos das grandes corporações transnacionais. Assim, em meados dos anos noventa, os

processos de estabilização e a reconstituição do crédito tornaram o mercado interno atrativo aos investimentos externos<sup>74</sup>. Ou seja, em meados dos anos noventa, pelo menos durante um certo período, construiu-se um cenário econômico distinto do panorama econômico de instabilidade e estagnação dos anos oitenta, o qual inibia o fluxo de investimentos internacionais.

Os processos de valorização cambial e a abertura comercial - característicos do modelo econômico dos anos noventa - tiveram como efeito imediato estimular a ampliação das importações e, com isso, acabaram por gerar novas oportunidades de negócios as elites locais, uma vez que se criou segmentos voltados à comercialização ou assistência técnica de produtos importados.

A proliferação nos anos noventa de negócios voltados à importação parece reviver – sob nova roupagem – a velha tradição colonial das burguesias “compradoras”, as quais multiplicam seus negócios em torno da importação de sofisticados produtos. Enfim, nos anos noventa, verifica-se um retrocesso no anterior processo de constituição de uma burguesia industrial nacional. Ainda que, uma burguesia que ocupava posições secundárias nos interstícios do capital industrial internacional.

As novas formas de valorização da burguesia nacional relacionadas à mera intermediação dos negócios do capital internacional deixam, portanto, transparecer o papel ainda mais secundário desempenhado por estas classes no cenário econômico dos anos noventa. Por um lado, a ocupação de espaços econômicos secundários reduz o poder de barganha ou negociação dos capitais locais frente o capital internacional. De outro lado, devido a maior dependência dos capitais locais em relação ao capital internacional, constitui-se espaços de valorização ainda mais instáveis aos capitais locais. Ou seja, os espaços de valorização gerados nos anos noventa são muito mais vulneráveis as transformações irradiadas dos centros capitalistas<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> O mercado interno, como indutor dos investimentos estrangeiros, é apontado por Laplane e Sarti: “ Há evidências de uma mudança no comportamento dos investidores estrangeiros no Brasil a partir de 1994, em relação ao período 1990/93. A expansão do mercado doméstico renovou o interesse das EE já instaladas no Brasil e tem atraído novos concorrentes. Dessa forma, a hipótese de Bielschowsky, de que o desinteresse das EE em relação a investimentos no Brasil estava associado as condições macroeconômicas locais adversas e que o principal fator de atração continuaria sendo o mercado interno, mostrou-se correta. Após a estabilização as EE orientaram seus investimentos para atividades que apontassem maior crescimento: bens de consumo duráveis e não duráveis.”(Laplane e Sarti, 1997, p.172)

<sup>75</sup> Um exemplo dessa maior instabilidade se refere as decisões das empresas transnacionais em fechar setores produtivos locais. Estas decisões são tomadas de acordo com a estratégia global de concorrência, mas influenciam decisivamente os negócios das elites locais.

O setor financeiro foi, nos anos noventa, outro segmento extremamente beneficiado pela implementação do projeto econômico liberal, o qual resultou na constante elevação de suas margens de rentabilidade.

A expressiva rentabilidade dos bancos brasileiros na década de noventa deriva justamente dos pilares do modelo neoliberal de estabilidade econômica que - por se apoiar nos processos de valorização e abertura comercial – gerou expressivos déficits. Em contrapartida, cresce a dependência do país de recursos externos, o que culminou com a prática de juros elevados para atrair investimentos externos e, assim, fechar as contas nacionais.

A venda de títulos públicos, então, começa a ser usada, não só para financiar o governo, como também, para retirar do mercado o excesso de dólares. Em contrapartida, a explosão do endividamento público, observou-se a elevação da rentabilidade dos bancos, dado as altas taxas de juros praticadas e a indexação de parte da dívida à taxa de câmbio<sup>76</sup>.

A expansão do endividamento público – fruto da estratégia de estabilização – garantiu elevada rentabilidade para os bancos brasileiros, em meio a um contexto de elevada instabilidade dos anos noventa. Portanto, não é por acaso que 41% das receita total dos bancos em 2001 venha de investimentos em títulos da dívida mobiliária, contra 22,5% observados no fim de 1994, como ilustra a tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Parcela dos lucros com investimentos em títulos sobre a receita total dos bancos (em %)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Parcela dos lucros da compra de títulos sobre a receita total dos bancos	22,5	25,2	34,8	32,5	34,1	35,7	39,7	41,1

Fonte: ABM Consulting (reproduzido na Folha de São Paulo de 27 de janeiro de 2002)

A tabela 2.3 aponta como a receita das instituições financeiras triplicou de R\$ 13,6 bilhões para R\$ 41,7 bilhões com a compra de títulos da dívida pública interna.

<sup>76</sup> Os dados divulgados em reportagem da Folha de São Paulo são ilustrativos: “ Os altos juros brasileiros em 19% ao ano, garantem um retorno elevado aos compradores de títulos públicos. Isso porque 52,4% da dívida do governo federal em títulos no mercado (mobiliária) é corrigida pela variação da taxa básica de juros. Outros 22% da dívida são indexados à taxa de câmbio. Ou seja, sempre que os juros sobem ou o real se desvaloriza os compradores de títulos públicos lucram. (Folha de São Paulo, 27 de janeiro de 2002).”

Ainda descontada a inflação, medida pelo IGP- DI, verifica-se que o aumento de receitas destas instituições foi de 56,5%<sup>77</sup>.

A análise da tabela ainda revela a expressiva elevação do estoque dos títulos públicos em poder dos bancos, cujo aumento real – descontada a inflação – foi de 171,5%<sup>78</sup>.

Tabela 2.3 – Ganhos dos maiores bancos com investimentos em títulos públicos (Em R\$ bilhões)

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Estoque dos títulos em poder dos bancos	53	61	87	152	149	185	221	282
Lucros dos bancos com títulos públicos	13,6	18	28	27,7	33	44	37,6	41,7

Fonte: ABM Consulting( reproduzido na Folha de São Paulo no dia 27 de janeiro de 2002)

A elevada rentabilidade dos bancos – em função da expansão do endividamento público – revela que se conformam e proliferam circuitos de valorização financeiros que, na ponta final, irão beneficiar setores do capital industrial e segmentos das classes médias, os quais possuíam recursos “ociosos” passíveis de serem aplicados. Ou seja, nos anos noventa, o sistema financeiro nacional tem sua rentabilidade elevada porque aparece como intermediário nos processos de expansão da dívida pública que, na ponta final, está sendo adquirida, tanto por segmentos nacionais – burguesia industrial e classe média – quanto por investidores estrangeiros, os quais encontram, no país, rentabilidade e segurança em relação ao risco da volatilidade dos juros e câmbio.

O importante a ser retido é que a expansão, nos anos noventa, do endividamento público possibilitou a conformação de uma verdadeira burguesia rentista, a qual tem sua valorização de capitais assentada na aquisição de títulos de elevada rentabilidade e segurança, visto que, em última instância são garantidos pelo governo brasileiro.

A disposição do governo em ampliar seu endividamento encontra, em outra ponta, recursos excedentes de uma burguesia que se desfez de suas empresas. É, então, possível relacionar a conformação de circuitos de valorização financeira com o processo de desnacionalização produtiva que gerou recursos excedentes, os quais passaram a alimentar estes circuitos financeiros. Ou seja, o empresário nacional – que desfez da

<sup>77</sup> O cálculo foi feito pela consultoria ABM e estão reproduzidas na Folha de São Paulo de 27 de janeiro de 2002.

sua indústria – encontra nos circuitos de valorização financeira a possibilidade alternativa de valorizar seus capitais sem passar pelas atividades produtivas.

Os anos noventa assistem, portanto, a conformação de um novo circuito de valorização financeiro motivado, de um lado, pela disposição do governo em ampliar seu endividamento e, por outro, seja, pelo excesso de liquidez internacional, seja, pela existência de recursos “ociosos” dos capitais nacionais e das classes médias.

As elites locais se guiam apenas por desejos imediatistas de ampliação de seus negócios. Assim, parecem não avaliar como estas novas formas de valorização comprometem, a longo prazo, sua própria existência, ao mesmo tempo, em que reduzem ainda mais sua autonomia interna.

O ponto final a ser destacado, é que quanto mais se avança no projeto econômico liberal - com a geração de novos espaços ou formas de valorização - tanto, maior e mais complexa é a dificuldade de se reverter ou dar novo rumo a economia nacional. Enfim, quanto maior a cristalização de determinados interesses econômicos internos, tanto maior é o fortalecimento da correlação de forças sociais favoráveis a continuidade do modelo econômico.

---

<sup>78</sup> O cálculo é da consultoria ABM realizada a pedido da Folha de São Paulo

## **Capítulo III: A associação com o capital externo nos anos 90**



### 3.1 - Os dados econômicos

A análise requer, como primeiro passo, apontar dados dos anos noventa que comprovam o aprofundamento da associação com o capital externo pela economia brasileira.

O estreitamento, nos anos noventa, das relações com o capital externo pode ser identificado: pelo processo de internacionalização da indústria e do setor de serviços, aumento do coeficiente das importações e pelo aumento do fluxo de capitais estrangeiros.

O capital estrangeiro, nos anos noventa, acabou por substituir o capital nacional. Assim, as empresas controladas pelo capital estrangeiro, que respondiam por 14,8% em 1991, passam a responder por 36,4% em 1999, conforme verificado na tabela seguinte<sup>79</sup>.

Tabela 3.1- Avanço do capital estrangeiro no país em porcentagem(%)

Empresas	1991	1996	1999
Estatais	44,6	29,6	24,3
Nacionais	40,6	44,1	39,3
Estrangeiras	14,8	26,4	36,4

Fonte: Instituto de Economia da UFRJ( reproduzida na Folha de São Paulo de 10 de fevereiro de 2002)<sup>80</sup>

As empresas estrangeiras respondiam por 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país em 1991 e passam a responder por 53,5% no final de 1999, como aponta a tabela 3.2. Portanto, nos anos noventa, os dados referentes à economia brasileira apontam, para um processo de desnacionalização da indústria.

<sup>79</sup> Os dados apresentados se referem as empresas com faturamento, em média, de mais de US\$ 35 milhões por ano no país

<sup>80</sup> Os diferenciais encontrados, em algumas colunas, na soma total das porcentagens(distintos de 100%) também se encontram da mesma forma na fonte de pesquisa.

Tabela 3.2 – Participação do capital sobre a receita total das empresas em porcentagem(%)

Indústria	1991			1996			1999		
	Estrangeira	Nacional	Estatal	Estrangeira	Nacional	Estatal	Estrangeira	Nacional	Estatal
Básica	21,2	36,5	42,4	29,4	47,9	22,6	33,1	41,1	25,8
Tecnologia	60,3	38,8	0,8	75,6	24,4	---	86,9	13,1	---
Tradicional	36,5	63,5	---	44,6	55,4	---	48,5	51,5	---
Total	36	43,5	20,5	48,2	42	9,9	53,5	34	12,5

Fonte: Instituto de Economia UFRJ( reproduzida na Folha de São Paulo do dia 10 de fevereiro de 2002)<sup>81</sup>

O levantamento do núcleo de Economia Industrial e Tecnológica da Unicamp(NEIT) revela que a participação das empresas estrangeiras nas exportações dos 500 maiores grupos do país está em queda de 53,2% em 97, para 47,6% em 2000. Portanto, o aumento do capital estrangeiro na indústria, apesar de ter aumentado a eficiência das empresas, não contribuiu para transformar o país num grande exportador de produtos manufaturados. Em contrapartida, as empresas estrangeiras estão aumentando sua fatia nas compras externas de 53,8% em 92, para 64,9% em 2000<sup>82</sup>.

A entrada do capital estrangeiro na indústria local obedeceu, ao longo da década de noventa, a duas fases: a primeira, de 91 a 96, atraído pelas privatizações e, por fim, a partir de 96, atraído para participar de aquisições e fusões.

O setor de serviços, no decorrer dos anos noventa, foi o que registrou o maior avanço do capital externo com a participação dos estrangeiros subindo de 9,4% em 91, para 26,1% em 99, conforme mostra a tabela 3.3. Por sua vez, o destaque no setor de serviços foi o crescimento da participação estrangeira no sistema bancário de 8%, para 21,3% entre 91 e 99<sup>83</sup>, conforme aponta a tabela 3.3.

<sup>81</sup> Os diferenciais encontrados, em algumas colunas, na soma total das porcentagens(distintos de 100%) também se encontram da mesma forma na fonte de pesquisa.

<sup>82</sup> Dados reproduzidos no jornal Folha de São Paulo de 10 de fevereiro de 2002(referentes ao levantamento do Núcleo de economia da Unicamp).

<sup>83</sup> Contribuiu para este aumento a entrada no país dos bancos HSBC, Santander, ABN Amro e BBV.

Tabela 3.3 - Participação do capital sobre a receita total das empresas em porcentagem(%)

	1991			1996			1999		
	Estrangeiro	Nacional	Estatal	Estrangeiro	Nacional	Estatal	Estrangeiro	Nacional	Estatal
Serviços									
Financeiro	8	35,5	56,5	6,4	54,6	39	21,3	44,4	34,3
Infra	16,9	9	74,1	12,5	10,6	76,9	32,2	24,9	42,9
Outros	7,8	91,1	1,1	18,2	77,4	4,4	27,1	67,5	5,4
Total	9,4	35,1	55,5	10,5	43	46,4	26,1	40,8	33

Fonte: Instituto de Economia UFRJ( reproduzida na Folha de São Paulo do dia 10 de fevereiro de 2002)<sup>84</sup>

Os bancos brasileiros se tornaram interessantes ao capital externo porque se apresentam como um dos setores mais rentáveis do país. Por sua vez, as privatizações nas áreas de energia elétrica, telecomunicações e distribuição de petróleo e o aparecimento de novas atividades, como serviços de informática, também contribuíram para o aumento do interesse do capital externo nestes setores de serviços.

O quadro 3.1, a seguir, ilustra importantes eventos da aquisição de empresas nacionais pelo capital estrangeiro<sup>85</sup>.

Quadro 3.1 – A desnacionalização da indústria brasileira

**1996**

- A empresa alemã Mahle adquire o controle acionário da Metal Leve(família Mindlin)
- A Kraft Suchard, subsidiária da Philip Morris, adquire o controle da companhia de chocolates Lacta

**1997**

- A italiana Magnetto Marelli compra o controle da Cofap
- A americana Lucas Varity adquire o controle da Varga

**1998**

- Banco ABN Amro, da Holanda compra o Banco Real por R\$ 2 bilhões
- Banco Bilbao Vizcaya investe R\$ 1 bilhão na aquisição do Banco Excel-Econômico

**1999**

- O grupo Cimpor adquire as participações que o grupo brasileiro Brennand possuía nas Companhias de Cimento Atol, Companhia Paraíba de Cimento Portland(Cimepar) e Companhia de Cimento Goiás

Fonte: Folha de São Paulo(10/02/2002)

O aprofundamento das relações econômicas com o capital internacional e a

<sup>84</sup> Os diferenciais encontrados, em algumas colunas, na soma total das porcentagens(distintos de 100%) também se encontram da mesma forma na fonte de pesquisa.

<sup>85</sup> Apesar de não retratada no quadro, é importante ressaltar que o setor nacional de alimentos também sofreu forte internacionalização, como registrado, na aquisição da Etti pela italiana Parmalat, a compra da Kibon e Cica pela anglo-holandesa Gessy Lever e a aquisição da refinação de Milho Brasil e da Arisco<sub>3</sub> pela Best-foods dos Estados Unidos.

crescente integração internacional da economia brasileira podem, na segunda metade dos anos noventa, serem ainda observadas pelo rápido crescimento do coeficiente importado, já que este passou de 6,7 em 1986 e atingiu o patamar de 11,5 em 1996(Tabela 3.4). Por sua vez, o salto do coeficiente importado pode ser reflexo de uma situação econômica peculiar em que se somaram os processos de apreciação cambial, abertura comercial e aquecimento da demanda, logo após a implantação do plano real.

Tabela 3.4 – Coeficiente de importação para o total da indústria

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Coeficiente de importação	6,7	6,8	5,5	5,5	5,4	7,3	7,1	7,6	8,3	10,8	11,5

Fonte: Haguenaer, L (1998)

A outra dimensão da associação externa, nos anos noventa, diz respeito, a retomada do fluxos de capitais para o país, após a interrupção destes durante a crise econômica dos anos oitenta. Assim, ao observamos a tabela 3.5 verificamos, entre 1992 e 1998, um crescimento de quase 12 vezes na entrada de investimentos estrangeiros no país.

Tabela 3.5 – Investimentos externos no Brasil(US\$ milhões)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Investimentos</b>	5188	15928	27214	28317	35444	57382	60131
Em carteira	3863	14971	21600	22559	24684	37190	26358
Diretos	1325	877	2241	3285	9580	17864	26515
Conversões em investimentos	—	—	—	307	292	663	1932
Fundos de renda fixa	—	80	1434	211	12	398	3988
Fundos de privatização	—	—	1939	1955	779	1168	1322
Fundos de investimento imobiliário	—	—	—	—	92	96	16
Fundos de investimento em empresas estrangeiras	—	—	—	—	5	3	—

Fonte: Boletim do Banco Central(dezembro de 1996) para o período de 1992 a 1994, já para os demais períodos se utilizou o Boletim do Banco Central(dezembro de 2000).

A retomada, em meados dos anos noventa, do fluxo de investimentos diretos esteve associada à estabilização e ao crescimento do mercado interno<sup>86</sup>. Por sua vez, a

<sup>86</sup> A retomada da atividade econômica, em meados da década de noventa, pode ser observada pelo crescimento – em termos reais – de 15% do PIB, no período de 1993/1996, após dois anos de relativa

retomada dos investimentos em carteira foi resultado, em fins de 89, de um movimento nos mercados globalizados de valorização de ativos. Contudo, após o período de inflação de ativos, seguiu-se a deflação da riqueza mobiliária e imobiliária que exigiu, nas economias centrais, a redução dos juros com o propósito de tornar possível a digestão dos desequilíbrios patrimoniais de empresas, bancos e famílias. É, portanto, neste contexto de um excesso de liquidez internacional – motivada por um período longo de juros muito baixos – que ocorre um movimento de fluxos de capitais para mercados emergentes como o Brasil, o qual contava com taxas de juros reais elevadas, estoques de ações depreciados, governos endividados e um estoque de empresas públicas passíveis de privatizações.

### 3.2 Aspectos preliminares

A agenda liberal incorporada nos anos noventa, tal como evidenciada pelos dados anteriores, traz claramente entre seus pilares centrais a opção pelo estreitamento das relações econômicas com o grande capital internacional. Entretanto, o aprofundamento da associação com o capital externo não é um aspecto novo ou exclusivo à agenda liberal dos anos noventa, já que períodos decisivos de transformações nacionais<sup>87</sup> se apresentaram como processos sócio-econômicos que eram amplamente apoiados no aprofundamento dos laços econômicos com o capital internacional.

A análise histórica, sobre o comportamento ou forma de atuação de nossas elites, permite concluir que, nos momentos decisivos das transformações sócio-econômicas do

---

estagnação( Laplane e Sarti,1997). Então, a partir de 1994, a recuperação econômica influencia a retomada dos investimentos em certos setores, como aponta Laplane e Sarti: “ Os atuais investimentos industriais das empresas estrangeiras são induzidos pela expansão do mercado doméstico e concentrados nos setores de bens de consumo duráveis”(Laplane e Sarti,1997,p.175). Contudo, os novos investimentos de meados dos anos 90 não foram capazes de dar continuidade ao crescimento verificado entre 1994 e 1996, como observa Laplane e Sarti: “...o poder de indução de investimento da expansão do consumo tem sido, de fato, relativamente modesto. O fato de a taxa de investimento na economia ter permanecido relativamente estagnada é prova eloqüente(...)A explicação para a modesta reação à expansão do mercado doméstico está em que as empresas conseguiram aumentos significativos da produção, a partir de 1994, sem recorrer a ampliação equivalente da capacidade produtiva. Os ganhos de produtividade foram possíveis não apenas pela utilização de capacidade ociosa, mas também pela introdução de novas técnicas organizacionais e de gestão, pela especialização em produtos menos complexos e pela redução de ineficiências, assim como pela redução do conteúdo local dos produtos(...)Os projetos atuais de investimento das empresas industriais(nacionais e estrangeiras) apresentam baixos coeficientes de capital e emprego. Dessa forma, seu próprio poder de indução sobre a produção de equipamentos e sobre a renda é reduzido.”(Laplane e Sarti,1997,p.175)

<sup>87</sup> Os períodos de transformações decisivas dizem respeito a integração primária -exportadora no século

país, fez-se recorrentemente a opção pela associação com o capital externo, porém, sempre sob uma nova roupagem. Enfim, verifica-se, em diferentes períodos, a associação com o capital externo, no entanto, recorre-se ao uso de diferentes mecanismos econômicos, o que não poderia ser diferente, já que os distintos contextos mundiais exigiam novos métodos de associação com o capital externo que fossem capazes de melhorar a eficácia e os rendimentos da estratégia associativa, tanto para os segmentos sociais nacionais, como para grupos externos.

O reconhecimento dos constantes processos de associação com o capital externo por que passa a economia brasileira revela, portanto, que a proposta do trabalho se apresenta ampla. Ou seja, não só se ficaria restrito sobre as razões e a forma como se dá o estreitamento das relações com o capital externo nos anos noventa, mas também procurar-se-ia determinar as motivações e sob quais circunstâncias, nossas elites, em diferentes períodos históricos, fazem recorrentemente a opção por estruturar importantes transformações econômicas no capital externo.

A hipótese implícita no trabalho é de que seria possível formular uma explicação geral ou universal sobre as razões que explicariam a recorrente opção de nossas elites em reforçar os laços de solidariedade econômicos com o capital externo - tal como se observa nos anos noventa ou nos diferentes períodos de constituição de um mercado ou formas de produção capitalista no Brasil. Contudo, por trás deste tipo de formulação mais geral, defende-se a idéia de que haveria continuidade ou persistência, entre nossas elites, de uma mesma mentalidade que condiciona a formas de comportamento solidárias ao aprofundamento dos laços econômicos com o capital internacional. Ou seja, à despeito dos diferentes contextos internacionais e de importantes transformações sócio-econômicas que se processaram na economia brasileira, manteve-se, entre nossas elites, a mesma mentalidade sempre condicionada pela busca de formas de cooperação com o capital internacional, a qual se mostrassem vantajosas para grupos internos, em posições econômicas privilegiadas.

A opção por um tipo de análise que procura explicar a associação com o capital externo de uma perspectiva histórica mais ampla, no entanto, não quer dizer que não se observe as especificidades do novo padrão de integração externa relacionadas, nos anos noventa, por um lado, aos novos mecanismos ou métodos econômicos utilizados por nossas elites para intensificar a associação externa. Por outro lado, diz respeito aos novos efeitos do padrão de associação externo sobre a estrutura do capitalismo

brasileiro, com importantes repercussões sócio-econômicas. É, portanto, nos métodos ou estratégias para se aprofundar a associação com o capital externo que se encontram as especificidades deste processo nos anos noventa.

O processo de estreitamento das relações com o capital externo por parte de nossas elites seria explicado, a meu ver, devido a quatro motivações fundamentais: as novas oportunidades de valorização abertas, a intensificação do processo de modernização, fortalecimento das classes internas hegemônicas e aversão das elites a processos bruscos de rupturas sócio-econômicas.

### **3.3 - As oportunidades de valorização**

A associação com o capital externo sempre representou um meio para nossas elites intensificarem seu processo de valorização, seja na fase de especialização primária, na qual o capital internacional completava o circuito de valorização de capitais nacionais<sup>88</sup>, seja na fase de industrialização, na qual os capitais locais podiam explorar novos espaços de valorização que se abriam nos interstícios dos investimentos estrangeiros.

A própria organização das primeiras atividades econômicas em território local aparece como decorrência do processo de expansão do capital europeu, o qual procurava organizar a economia local através de um moderno colonialismo. Assim, as atividades econômicas iniciais se fundaram na grande lavoura exportadora e no trabalho escravo, com vistas à geração de excedentes para nações européias centrais, as quais tinham suas economias dinamizadas. Logo, as primeiras atividades econômicas locais nasceram como apêndice da expansão do capital europeu. Entretanto, o fim do sistema colonial não representou a gestação de um processo de valorização autônomo, ao contrário, intensificou-se – sob uma nova roupagem – a dependência do circuito de valorização dos capitais nacionais, tanto no processo de integração como economia primária, quanto na fase de industrialização centrada nas empresas transnacionais.

A questão central, portanto, que se quer destacar é que, seja na fase de integração externa como economia primária exportadora, seja no posterior processo de consolidação de um mercado e sistema de produção tipicamente capitalista, verifica-se a constituição de um circuito de valorização dos capitais nacionais extremamente atrelado

---

<sup>88</sup> O capital internacional completava o circuito de valorização dos capitais nacionais através da concessão

ao capital internacional. Ou seja, o processo de valorização de capitais locais, dependente do capital internacional, não se constituiu como uma conformação histórica passageira, mas surge como um componente estrutural que irá assumir novas feições históricas e incorporar mecanismos econômicos mais adequados as exigências da evolução do capitalismo nas nações que exercem algum tipo de dominação imperialista.

A valorização dos capitais nacionais – em diferentes épocas históricas – passa a depender de uma forma ou de outra do capital internacional. Ou seja, consolida-se um circuito de valorização de capitais nacionais em que parte importante do processo de valorização se realiza por meio do capital externo que, ora pode desempenhar a função de capital financeiro, ora pode exercer mesmo a função de capital produtivo.

O ponto que se quer enfatizar é que o processo de desenvolvimento não se dá paralelamente com a internalização do circuito de valorização dos capitais, já que parcela fundamental do processo de valorização está sob controle externo, o que, por sua vez, faz com que o processo de valorização dos capitais locais seja extremamente dependente do capital internacional.

A intensificação, nos anos noventa, da valorização dos capitais nacionais, ligadas ao capital externo, só pode ser entendida se observamos, como, ao longo de importantes períodos de transição econômica, foi organizado e se consolidou um processo em que as principais atividades econômicas - seja a especialização primária-exportadora, seja a fase de industrialização - giravam em torno do capital internacional. Assim, as principais etapas do circuito de valorização dos capitais nacionais se mostravam atreladas e dependentes do capital internacional. É, então, somente através da observação das fases anteriores de como se constitui e evoluiu o desenvolvimento capitalista nacional que se pode ter clareza sobre a intensificação, nos anos noventa, da dependência dos capitais nacionais em relação ao capital internacional. Enfim, nos anos noventa, a intensificação da associação da valorização dos capitais nacionais, em torno do capital externo, pode ser vista, em grande medida, como reflexo e decorrência de processos econômicos anteriores, nos quais as elites locais optam por estruturar suas principais atividades econômicas no capital externo.

As opções feitas no passado por estruturar as principais atividades econômicas, em torno do capital internacional, não são neutras e acabarão por condicionar de forma irreversível todo processo de desenvolvimento posterior. Assim, analisar o que acontece, nos anos noventa, com o padrão de associação com o capital externo, requer,

portanto, entender que laços de solidariedade entre o capital nacional e internacional foram se estabelecendo, tanto na fase de especialização primária-exportadora, quanto - e especialmente - na decisiva etapa de constituição de um núcleo industrial interno.

A influência externa - como organizadora das atividades econômicas locais - não se esgotou com o fim do pacto colonial, ao contrário, após a emancipação, o capital internacional passa a ocupar posições estratégicas nas esferas comerciais e bancárias, o que possibilitava o controle de negócios de exportação e importação, conforme aponta Florestan: “ O primeiro ciclo revolucionário conduziu à extinção do pacto colonial e à constituição de um Estado nacional independente. Não obstante, o controle legal da Metrópole e da Coroa apenas desapareceu para dar lugar a outra modalidade de controle externo: um controle baseado em mecanismos puramente econômicos, que restabelecia os nexos de dependência como parte das relações comerciais, através dos negócios de exportação e de importação. Assim, desenrolou-se, nessa época e em seguida, um extenso (e sob certos aspectos profundo) processo de internalização e de absorção de instituições econômicas, que não existiam antes no país. Tal internalização e absorção não significavam, porém, que a economia brasileira se transformasse numa economia livre ou independente. Nem, mesmo, que se estivesse construindo, a longo prazo, uma economia nacional, de bases capitalistas, relativamente autônoma. Mas, ao contrário, significavam que à medida que o capitalismo se consolidasse dentro do País, mais ramificados, sólidos e persistentes se tornariam os laços de dependência dessa economia ao mercado mundial.”(Florestan,1968, p. 173)

A importância assumida pelo processo de especialização primário-exportadora demonstra como o estreitamento dos laços com o capital internacional se mostrava vital para o processo de valorização de capitais da burguesia nacional, seja porque o mercado externo absorvia a produção local, seja porque esta mesma produção só era viabilizada devido a atuação do capital internacional, através de financiamentos e da construção de infra-estrutura de transportes e armazenamento.

O posterior desenvolvimento urbano-comercial da economia nacional<sup>89</sup> não redundou na alteração da importância assumida pelo capital internacional na organização das atividades econômicas internas. Mas, ao contrário, verifica-se uma intensificação da participação do capital externo que - motivado pela perspectiva de

---

<sup>89</sup> O desenvolvimento urbano-comercial da economia brasileira foi possibilitado pela organização das atividades econômicas em torno do café e pela disseminação do trabalho livre. No entanto, dado o caráter limitado do trabalho, não se faria uma análise mais profunda destes processos.

crescimento de um mercado interno tipicamente capitalista - vê-se levado a redefinir e readaptar suas formas de atuação de acordo com as exigências ou necessidades da nova realidade histórica, conforme se pode verificar na passagem de Florestan: “ Este tipo de controle indireto tornou-se rapidamente obsoleto. Os próprios dinamismos do mercado capitalista moderno, implantado nas “nações emergentes”, poderiam engendrar um padrão autônomo de crescimento econômico, provocando evoluções realmente similares às que haviam transcorrido (ou estavam transcorrendo) na Europa. Doutro lado, a competição em áreas especificamente comerciais entre nações que disputavam a hegemonia no mercado mundial só poderia acelerar e aprofundar tal processo, pondo as economias centrais diante do risco de investir recursos materiais e humanos na criação de mercados nacionais concorrentes na periferia. A resposta a essa contraditória situação tinha de ser procurada na reelaboração da estratégia seguida durante o período de transição neocolonial. O impasse seria facilmente superado se se dessem ao mercado capitalista moderno, implantado na periferia, maiores dimensões estruturais e dinâmicas, de modo que ele pudesse ativar um maior número de funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria articulá-lo aos mercados das economias centrais. Isso exigia que, ao lado do esquema inicial de importação e exportação, se organizassem outros esquemas simultâneos de intervenção comercializada nas economias periféricas (na esfera de serviços públicos e da estrutura das cidades, na rede de comunicações e de transportes, na transplantação de imigrantes, na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno, na substituição da produção artesanal pela produção manufatureira, na introdução de novos padrões de ensino, de utilização de recursos humanos e de estilo de vida, na transferência das tecnologias que tornassem tudo isso viável etc). Em conjunto, as nações centrais estavam diante de novos empreendimentos financeiros, de escala considerável, que estendiam a comercialização de suas influências do âmbito do intercâmbio comercial propriamente dito para o do desenvolvimento econômico em geral.”(Florestan,1976, p.234)

O processo de desenvolvimento nacional da perspectiva de nossas elites adquire feições mistificadoras que encobrem a realidade das transformações econômicas impulsionadas pelo capital externo. Ou seja, toda a evolução econômica se passava como se as elites brasileiras detivessem pleno controle sobre os processos econômicos e representassem mesmo o eixo dinâmico das mudanças econômicas, conforme aponta

Florestan: “ A natureza de todo esse processo era pouco visível. A empresa privada (ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro. Portanto, ela permitia diluir as pressões inevitáveis e dissimular os interesses reais que se desdobravam de fora para dentro, com a vantagem de assegurar várias formas de associação de agentes econômicos, de firmas e de capitais internos com as economias centrais. Desse ângulo, a constituição de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista moderno e a criação quase concomitante de uma nova estrutura para todo o sistema econômico surgiam como se fosse transformações puramente internas, que encontravam suporte no exterior, mas *nasciam* de processos imanentes à diferenciação e ao crescimento espontâneos da economia brasileira. Na verdade, tais processos se concretizavam como se resultassem de decisões exclusivas dos agentes econômicos “nacionais”, que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Não se percebia que uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno – mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível – um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico...”(Florestan, 1976,p 235-236).

A consolidação de circuitos de valorização de capitais nacionais dependentes do capital internacional se apresenta como realidade histórica definitiva, no pós-guerra, com o processo de industrialização centrado nas empresas transnacionais. Enfim, a forma como foi conduzido o processo de industrialização levava a uma profunda internacionalização da estrutura produtiva local que irá condicionar e repercutir de forma irreversível sobre todo processo posterior do desenvolvimento capitalista nacional. Assim, as firmas estrangeiras passam a ocupar posições centrais nos setores industriais mais dinâmicos de bens de consumo durável, bens de capital<sup>90</sup>, como também estavam presentes em importantes segmentos da indústria intermediária, incluindo a química pesada, metalurgia, papel e celulose e minerais não metálicos<sup>91</sup>.

A estratégia associativa com o capital externo - durante a fase de industrialização- representou para nossas elites a ampliação dos seus canais de

---

<sup>90</sup> O capital estrangeiro respondia, nos setores de bens de capital, por mais de 50% do valor da produção dos estabelecimentos líderes( Ver, Davidoff,1994,p.67).

<sup>91</sup> A descrição sobre as áreas de atuação do capital externo, durante o período desenvolvimentista, baseia-se na análise de Davidoff(1994,p.67)

valorização, já que podiam explorar novos espaços de valorização que se abriam nos interstícios dos investimentos externos, como foi o caso, por exemplo, do desenvolvimento de um setor de autopeças nacional que se cria com a vinda da indústria automobilística transnacional.

A análise ainda quer destacar que os processos de estreitamento de relações com o capital internacional – apresentados anteriormente - tornaram-se um negócio vantajoso não só para burguesia nacional, mas também para o capital internacional. Ou seja, a incorporação da economia brasileira foi sempre vantajosa para o grande capital internacional que, no passado, podia contar com um mercado capitalista em constituição e evolução nos centros urbanos e se tornava ainda mais vantajosa com a consolidação da industrialização, a qual representava um mercado consumidor atrativo às multinacionais. É, portanto, nessa composição de interesses extremamente vantajosa para os dois lados que chama atenção Florestan: “...Na verdade, o jogo econômico, para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder – tanto para os parceiros internos (ambos se estimam e utilizam como meios para atingir tais fins). Por isso, sobre-apropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo. Os dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva de sobre-apropriação capitalista. Existindo, porém, a sobre-apropriação capitalista, o excedente econômico repartido pode alimentar os motivos egoísticos e instrumentais dos agentes econômicos, mas não pode gerar a sua auto-superação (ou a sua negação). As exceções aparecem nos momentos de crise e transição, em que as condições do jogo são reformuladas (não as suas regras). A dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro pólo. Ainda aqui, são os momentos de crise e de transição que revelam melhor a natureza do processo. Quando se dá a eclosão do mercado moderno, a revolução comercial ou a revolução industrial, os parceiros internos se empenham em garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, pois vêem em seus fins um meio para atingir os seus próprios fins. Não que se considerem incapazes de “montar o jogo”: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido” e “seguro”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do pólo dinâmico mais forte porque “jogam nelas” e pretendem

realizar-se através delas.”(Florestan, 1975, p 54-55)

A descrição anterior sobre como as principais atividades econômicas – seja a especialização primária-exportadora e especialmente o processo de industrialização - foram montadas ou controlados pelo capital externo, portanto, quis mostrar que o prévio processo de desenvolvimento econômico - alicerçado no capital internacional - teve influência decisiva e condicionou todo o processo de aprofundamento, nos anos noventa, da dependência do circuito de valorização de capitais nacionais - em relação ao capital internacional. Enfim, o desenvolvimento econômico prévio - centrado no capital externo - condiciona e acentua um quadro, em que etapas importantes do circuito de valorização da burguesia nacional são controladas ou dependem das operações econômicas exercidas pelas grandes corporações internacionais.

A dependência ainda maior, nos anos noventa, dos circuitos de valorização dos capitais nacionais em relação ao exterior só pode ser entendida, portanto, por um lado, pela prévia constituição de uma estrutura industrial profundamente internacionalizada e, por outro lado, pelas importantes transformações processadas no capitalismo mundial com a intensificação da concorrência internacional e alteração nas estratégias de atuação dos grandes conglomerados internacionais.

A constituição de uma estrutura econômica profundamente internacionalizada faz com que mudanças no contexto internacional tenham efeitos ou reflexos diretos sobre a estrutura e forma de funcionamento do capitalismo nacional. Porém, isto acontece porque transformações no contexto mundial, inevitavelmente, levam à alteração na estratégia de atuação das grandes corporações internacionais que - por ocuparem posições industriais centrais – afetam, com suas decisões, a economia como um todo. Ou seja, uma prévia estrutura produtiva internacionalizada<sup>92</sup> se torna extremamente suscetível a mudanças de decisões de agentes econômicos externos que são motivados pela necessidade de adaptações a um novo contexto internacional.

A montagem de uma estrutura produtiva internacionalizada somente pode conduzir ao reforço, nos anos noventa, da dependência da valorização dos capitais nacionais em relação aos capitais externos. É, por isso, que não se pode acreditar, de maneira ilusória, que a incorporação ao espaço de valorização do capital internacional possa conduzir progressivamente a maior autonomia do desenvolvimento econômico nacional. Ao contrário, não existe na forma de associação dependente mecanismos

---

<sup>92</sup> Por estrutura produtiva internacionalizada, entende-se a conformação econômica em que etapas importantes do circuito de valorização são controladas de fora.

automáticos que conduzam a maior autonomia do país. Assim, na situação de profunda internacionalização da estrutura produtiva, parcelas ainda mais importantes do circuito de valorização dos capitais nacionais passam a ser controlados de fora, como resultado das decisões econômicas de agentes externos, sob os quais a burguesia nacional não tem mínimas condições de controlar ou influenciar.

A associação com o capital internacional, então, cria laços e mecanismos sócio econômicos automáticos de reforço desta mesma dependência, já que se monta uma estrutura produtiva, na qual a expansão econômica – com o aparecimento de novas oportunidades de investimentos - está condicionada a ampliação da área econômica de atuação do capital internacional. Assim, formou-se um círculo econômico vicioso em que a expansão da participação do capital internacional - e reforço da dependência - gera novos circuitos de valorização aos capitais nacionais, os quais para garantir a ampliação de suas oportunidades, reivindicam, então, a intensificação ainda maior da participação do capital externo, o que, por sua vez, reforça ainda mais os laços de dependência. Portanto, por trás do aparente processo econômico de aprofundamento de relações com o capital externo, esconde-se na verdade um processo social, dado que quanto mais se constróem circuitos de valorização centrados no capital externo, tanto mais se constituem forças sociais, cujos interesses estão relacionados ou se encontram presos à ampliação da participação do capital internacional. Enfim, o aprofundamento das relações com o capital externo passa a ser requerido por segmentos sociais como forma de dinamizar seu processo de valorização de capitais. Ou seja, do ponto de vista social, constitui-se uma teia de relações entre o capital internacional e os capitais locais que se traduz numa tendência estrutural de reforço dos laços de solidariedade econômicos com o exterior.

O fato a ser destacado é que uma situação é propalar o desenvolvimento autônomo no período inicial da montagem da estrutura industrial, no qual se poderia fazer escolhas sobre ancorar ou não o desenvolvimento nacional ao capital internacional. Por sua vez, revela-se outra situação completamente distinta, colocar o desenvolvimento autônomo<sup>93</sup>, como realidade possível no período em que está construída uma estrutura produtiva centrada no capital externo. Ou seja, nos anos noventa, reverter ou redirecionar o país para uma forma de desenvolvimento mais

---

<sup>93</sup> Por desenvolvimento autônomo, entende-se o funcionamento de uma estrutura capitalista em que etapas importantes e centrais do circuito de valorização são controladas por capitais nacionais, 084 obedecem a designios ou interesses nacionais.

autônoma se revela uma possibilidade muito mais complexa porque se criou uma rede de interesses sociais internos que se beneficia da associação com o capital externo e, por isso, resistiria a qualquer outro padrão de desenvolvimento que implicasse na redução da participação capital externo. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro se revela estratégico<sup>94</sup> no âmbito da concorrência internacional, de tal maneira, que o grande capital internacional não se mostraria disposto a abrir mão das posições centrais que ocupa na esfera econômica. Portanto, nos anos noventa, criou-se um imbricamento de interesses entre capitais internacionais e locais que torna a possibilidade concreta do desenvolvimento autônomo<sup>95</sup> uma realidade histórica e social muito mais difícil, quando comparado com a fase inicial de constituição do capitalismo brasileiro.

O fato é que, numa situação sem precedentes, verifica-se, nos anos noventa, um processo em que a valorização dos capitais da burguesia nacional passa a depender ainda mais das decisões de agentes econômicos externos<sup>96</sup>. Assim, a burguesia nacional assume um papel ainda mais secundário nos circuitos de valorização<sup>97</sup>, já que a própria sobrevivência enquanto classe - consubstanciada no processo de valorização de seus capitais - passa a depender fundamentalmente das decisões externas, sob as quais não tem o mínimo poder de controle.

As novas transformações econômicas dos anos noventa - como a abertura comercial e liberalização financeira - representam o surgimento e ampliação de novos circuitos de valorização nacionais atrelados ao capital externo. Por um lado, a abertura comercial - concomitante com o processo de internacionalização da estrutura produtiva - induz ao aumento das importações, o que dá origem a novos circuitos de valorização associados ao estreitamento dos laços comerciais com o capital internacional. Por outro lado, a liberalização financeira faz com que os circuitos de valorização nacionais passem a depender da ampliação dos fluxos de capitais internacionais especulativos.

---

<sup>94</sup> Por estratégico quer se dizer que o capital internacional tem interesse em explorar o mercado interno, mas a forma como explorará o mercado nacional, pela produção doméstica ou por importações, vai depender da lógica de valorização dos grupos transnacionais. Ou seja, a lógica de valorização do grande capital internacional, em muitos segmentos, pode não ser compatível com a industrialização interna e, ao contrário, representar a elevação das importações.

<sup>95</sup> Se é que sob as condições de profunda internacionalização dos anos noventa é ainda possível pensar num desenvolvimento autônomo.

<sup>96</sup> A maior dependência da valorização dos capitais locais - em relação ao capital externo - deve-se ao profundo processo de desnacionalização verificado nos anos noventa.

<sup>97</sup> A burguesia nacional assume, nos anos noventa, um papel ainda mais secundário, quando comparado com o seu papel desempenhado no modelo desenvolvimentista. Ou seja, tem-se consciência do papel já secundário ocupado pela burguesia nacional no modelo desenvolvimentista. Entretanto, nos anos noventa, nota-se que os processos de aprofundamento da internacionalização e de substituição de fornecedores locais tornam ainda mais secundários os papéis ocupados pela burguesia nacional.

A questão central, portanto, refere-se ao fato que muitos dos dinamismos da economia nacional - que irão originar novas oportunidades de valorização ao capital nacional - passam a ser ditados de fora pelo grande capital internacional. Ou seja, constrói-se um processo em que as elites locais perdem cada vez mais condições de gerar ou condicionar seus próprios espaços de valorização<sup>98</sup>.

A tendência, claramente verificada nos anos noventa, não é a de criação de circuitos de valorização autônomos<sup>99</sup> mas, ao contrário, verifica-se a proliferação de circuitos de valorização dependentes do capital internacional. Ao lado deste processo econômico de proliferação de circuitos de valorização centrados no capital externo, deve-se ter em mente que se trata - como já mencionado- de um processo social conduzido por forças internas e externas que vêm na associação dependente uma fantástica oportunidade de lucros. No entanto, à medida que avance o processo de dependência do circuito de valorização de capitais locais, em relação ao capital externo, maior a tendência que cresça e se fortaleça grupos internos favoráveis a associação dependente e, por sua vez, debilite-se as forças sociais identificadas com formas de desenvolvimento econômico autônomo - se é que ainda se pode pensar num desenvolvimento autônomo nos quadros de uma economia profundamente internacionalizada como a brasileira.

O imbricamento do circuito de valorização nacional em relação ao capital externo, nos anos noventa, cria um cenário econômico peculiar, em que a expansão dos canais de valorização dos capitais nacionais e a sobrevivência da burguesia nacional passam a depender da própria possibilidade de expansão interna do capital internacional, mesmo que este processo implicasse na prática em perda de posições econômicas estratégicas para burguesia nacional. É, portanto, como se numa situação limite, a própria sobrevivência da burguesia nacional, contraditoriamente, dependesse da sua capacidade em criar e intensificar novos circuitos de valorização fundados no capital externo.

A própria forma como se montou a estrutura capitalista brasileira - centrada no capital externo - portanto, cria um cenário econômico muito mais de cooperação entre capitais nacionais e internacionais do que de rivalidade. Mesmo porque, do ponto da

---

<sup>98</sup> O desmonte do estado contribuiu ainda mais para debilitar o poder de decisão das elites locais. Uma vez que, o Estado conduzia políticas econômicas e dirigia os processos econômicos, de tal maneira, que ditava em que áreas deveriam atuar o capital externo.

<sup>99</sup> Por circuitos de valorização autônomos, entende-se o processo pelo qual parcelas importantes do processo de valorização passam a ser controladas pelos capitais nacionais.

valorização de capitais da burguesia nacional, seria ilusório pensar em alguma forma de oposição dos capitais locais em relação à ampliação da participação do capital externo, uma vez que a expansão dos empreendimentos dos conglomerados externos gera novas oportunidades e circuito de valorização ao capitais nacionais. Ainda que, nossas elites pagassem o preço de ocuparem posições secundárias, como sócio-menor do capital estrangeiro.

A lógica de desenvolvimento econômico brasileiro - em que as principais fases do circuitos de valorização passam a estar atrelados ao capital externo - torna possível pensar num processo de valorização de capitais em geral, no qual desaparece e mesmo se torna desnecessário fazer a distinção entre burguesia nacional e capital internacional. Ou seja, a estruturação de circuitos de valorização apoiados no capital externo configura um quadro econômico, em que o capital nacional e internacional se completam ou mesmo se fundem num processo de valorização em geral. Então, nestas circunstâncias, não se pode pensar numa oposição de interesses entre burguesia nacional e o capital internacional, mas sim numa fusão e convergência de interesses econômicos.

O processo de valorização de capitais locais - amplamente apoiados no capital internacional - debilita, em certo sentido, a aplicação interna do conceito de burguesia nacional, ao menos quando se parte da observação da burguesia nacional dos países do capitalismo central Europeu e dos Estados Unidos, no qual a atuação das classes dominantes internas se caracterizou - desde o início do capitalismo e na sua posterior evolução - pela permanente rivalização com o capital externo . É, por isso, que em certos momentos históricos, esta rivalização redundou em processos de rupturas, nos quais as elites locais procuraram direcionar ou delimitar as formas de atuação do capital externo, ao mesmo tempo, em que procuraram ocupar posições estratégicas e vitais nos processos de valorização de capitais não abdicando, assim, de sua autonomia e hegemonia internas<sup>100</sup>. Ao contrário, a burguesia brasileira sempre via com bons olhos a ocupação e expansão do capital internacional porque isto representava a própria ampliação de seus negócios<sup>101</sup>. Assim, desde o início do processo de desenvolvimento

---

<sup>100</sup> Embora, a evolução recente do capitalismo ameace a posição hegemônica das burguesia dos países desenvolvidos devido os processos de fusões e aquisições. Ou seja, o cenário internacional de fusões e aquisições deixam um quadro muito confuso, no qual se pode até postular outro tipo de definição da hegemonia burguesa. Mas, à despeito da evolução do capitalismo atual, as elites do capitalismo central procuram controlar ou dirigir os processos econômicos. Ao contrário, do padrão de comportamento das elites brasileiras.

<sup>101</sup> A burguesia nacional sempre via com bons olhos a expansão do capital internacional devido a própria forma inicial de construção do desenvolvimento nacional dependente do capital internacional, o que condicionava o surgimento de novos negócios à expansão das atividades das corporações transnacionais.

econômico nacional, as elites locais abdicam de qualquer pretensão de conduzir e assumir posições de liderança. Então, acabaram por aceitar posições secundárias ou o mero papel de coadjuvantes – diferentemente o das burguesias do capitalismo central.

O imbricamento do circuito de valorização nacional, em relação ao capital externo, configura uma situação, na qual a expansão ou o surgimento de novas oportunidades de valorização dos capitais nacionais passem mesmo a se confundir com a expansão dos canais de atuação do capital externo. Ou seja, a lógica inicial de valorização, fundada em torno do capital internacional, condiciona todo processo de desenvolvimento econômico nacional. É como se a expansão dos canais de valorização do capital nacional - e a própria sobrevivência da burguesia nacional - se ligasse, paradoxalmente, a própria possibilidade de expansão do capital externo e a crescente desnacionalização da economia.

A opção da burguesia brasileira, em ancorar todo desenvolvimento nacional na articulação com o capital externo, revela-se uma visão de curto prazo imediatista e orientada apenas para as oportunidades de lucros abertas por esta articulação dependente. Ou seja, a estratégia de desenvolvimento nacional - fundada no capital internacional - acaba por se mostrar compatível com a racionalidade individualista e egoísta de nossas elites, apesar de não ser racional, se tivermos em mente uma visão de longo prazo e orientada para o desenvolvimento autônomo. Assim, construiu-se uma espécie de visão míope que perde de vista o longo prazo dos processos de desenvolvimento autônomo e só tem olhos voltados para os lucros imediatos, obtidos com a associação dependente.

O olhar sobre o comportamento histórico de nossas elites permite inferir que - de acordo com a sua mentalidade imediatista e espoliativa - pouco importa se a forma de desenvolvimento nacional se dará com o aprofundamento da dependência e se vão possuir uma posição secundária neste processo, desde que sejam as principais beneficiadas das oportunidades econômicas possibilitadas pela associação com o capital externo. Assim, ao que parece, para nossas elites pouco importa se o processo de valorização dos capitais nacionais se dá com a intensificação da dependência, o que realmente importa é a realização do processo de valorização em si mesma. Enfim, a forma ou como a valorização se dará aparece como secundária.

A visão míope da burguesia nacional, a qualquer forma de desenvolvimento autônomo, deve-se a própria condição ou meio imposto pelo subdesenvolvimento, em

que as oportunidades e debilidades dos processos econômicos estimulam um tipo de comportamento extremamente espoliativo e imediatista, o qual busca sempre explorar, ao máximo, as oportunidades de negócios e de dinamismos econômicos resultantes da associação com o capital externo. Ou seja, os escassos dinamismos econômicos da economia subdesenvolvida tornam extremamente atraentes as várias oportunidades de negócios surgidas pela associação com o capital externo. É, portanto, como se na avaliação subjetiva de nossas elites, fosse extremamente vantajosa a troca de autonomia por oportunidades de lucros imediatas.

As elites locais, no processo deliberado de ampliar os canais de valorização, centrados no capital externo, nem precisam realizar grandes esforços, já que o capital internacional - devido suas melhores condições materiais e técnicas - acaba naturalmente se impondo e assumindo posições centrais na estrutura produtiva interna. Ao que parece, se nossas elites optassem por um tipo de desenvolvimento econômico autônomo, teriam de realizar a difícil combinação de proteção aos capitais internos, ao mesmo tempo, em que fosse estimulado as condições de competitividade dos capitais locais.

A questão é que não se está propalando um desenvolvimento econômico isolado ou com ausência completa do capital internacional, o que obviamente sob a fase do capitalismo monopolista parece não ser possível, pois as empresas transnacionais possuem presença importante inclusive na estrutura do capitalismo central. Ao contrário, renegar a presença do capital internacional seria ignorar ou desconhecer o real funcionamento e a fase histórica do capitalismo que se confunde com a própria internacionalização do capital. Mas apenas se quer chamar atenção, que a diferença entre as nações tidas, como desenvolvidas, em relação a economia brasileira, está justamente no fato de os países que se constituíram como economias centrais possuíam um burguesia, a qual assumiu papéis centrais e estratégicos nos processos internos de valorização e, por isso, equipararam-se ou puderam fazer frente as multinacionais. Ao mesmo tempo, onde o processo de internacionalização foi inevitável, as burguesias das economias centrais se mostraram capazes de controlar, direcionar e mesmo, em certos casos, restringir as áreas de atuação das multinacionais de acordo com os interesses nacionais.

### 3.4 - A modernização

A lógica de modernização<sup>102</sup> de nossas elites acaba por condicionar uma forma de relacionamento associativa com o capital externo justamente porque é por meio do estreitamento das relações com o capital externo que se intensificam os ritmos das transformações econômicas internas requeridas.

A articulação com o capital externo - como forma de intensificar os ritmos da modernização econômica - obviamente não é um fenômeno novo, restrito aos anos noventa, pois já na fase de integração, como economia primária-exportadora, o capital internacional cumpriu dois papéis, por um lado, tornou-se essencial para a modernização, por patrocinar toda construção da infra-estrutura de armazenamento e de transporte - vitais ao complexo agro-exportador. Por outro lado, foi através do estreitamento das relações com o capital internacional - mediante importações - que tornou possível, a nossas elites, ter acesso à modernização de sua pauta de consumo.

A associação com o capital internacional - como forma de intensificar os ritmos das transformações econômicas modernizantes - assume ainda maior importância na fase de montagem e consolidação da estrutura industrial nacional, quando as multinacionais passam a ocupar posições centrais na estrutura industrial, de forma que, os principais dinamismos da modernização passam a estar, irremediavelmente, atrelados ao capital externo. É, por isso, que, na fase de industrialização, as rápidas transformações por que passa a economia brasileira só podem ser compreendidas pela importante participação das empresas estrangeiras na estrutura do capitalismo nacional, seja no setor de bens de consumo duráveis, setores de bens de capital ou indústria intermediária. Assim, no período de consolidação industrial, a associação com o capital externo representa - ao menos para uma minoria - a possibilidade de equiparar-se a padrões de vida muito próximos aos verificados nas economias capitalistas centrais.

A estratégia associativa com o capital externo - para se intensificar os ritmos de modernização - portanto, não é uma prática nova das elites nacionais, somente observada nos anos noventa, ao contrário, parece ter se tornado uma prática recorrente ou o caminho mais rápido de se acelerar os ritmos das transformações sócio-econômicas internas. Entretanto, a novidade, nos anos noventa, encontra-se justamente no novo

---

<sup>102</sup> O conceito de modernização - nesta parte do trabalho - será entendido no sentido mais amplo de

contexto em que ocorre as transformações econômicas. É, então, o novo contexto dos anos noventa, de abertura e acirramento da concorrência entre os oligopólios internacionais, que induz a duas modalidades de modernização. De um lado, a modernização da estrutura produtiva industrial, centrada muito mais em processos de racionalização, de que na criação de uma nova estrutura industrial - capaz de ser vetor endógeno de inovação. Do outro lado, nos anos noventa, ocorre também a concomitante modernização dos padrões de consumo verificada, tanto em função da abertura comercial<sup>103</sup>, quanto pela entrada de novas empresas com atuação no oligopólio mundial.

A primeira modalidade de modernização dos anos noventa - associada a estrutura produtiva - se dá em meio ao novo contexto de abertura comercial e aumento das importações ou do próprio processo de acirramento da concorrência global dos oligopólios internacionais, os quais obrigam as empresas locais a empreenderem modalidades de redução de custos e aumento de produtividade para manter suas parcelas de mercado. É, neste contexto, que se dá o processo de modernização da estrutura produtiva das empresas, centradas na busca da racionalização e introdução de inovações organizacionais ou novas formas de gestão. Assim, nos anos noventa, a modernização da estrutura produtiva é conseguida através do abandono de linhas de produtos com estrutura de custos não competitivas, aprofundamento da terceirização para atividades produtivas - e não apenas complementares - e aumento do conteúdo importado, decorrente da substituição dos fornecedores locais por externos.

O fato importante a ser destacado é que o processo de modernização da estrutura produtiva - verificado nos anos noventa - não redundou na criação e consolidação de uma estrutura produtiva industrial que fosse capaz de gerar um núcleo endógeno de inovação, conforme observa Laplane e Sarti: “ A hipótese de que o atual IDE tende a remover a restrição externa decorre de uma avaliação otimista das EE de constituírem esse núcleo endógeno de inovação e difusão de inovações. Não há evidências que sustentem essa hipótese otimista. Pelo contrário, o processo de internacionalização produtiva das filiais acarreta efeitos de encadeamento tecnológicos fracos em função do imperativo da eficiência. A ênfase na *efficiency seeking*, por meio da padronização de produtos, de processos e de técnicas de organização e gestão, leva à especialização e à racionalização também no desenvolvimento de inovações. As filiais concentram seus

---

atualização da estrutura produtiva, infra-estrutura e dos modos de vida ou padrões de consumo.

<sup>103</sup> A abertura comercial dos anos noventa induz a um processo de modernização porque acirra a concorrência e leva a necessidade da introdução de novas linhas de produtos para que as empresas locais pudessem manter suas fatias de mercado.

esforços de inovação nas atividades de adaptação de produtos, deixando outras atividades para as matrizes. Embora a opção seja eficiente do ponto de vista microeconômico, a consequência sistêmica é que o significativo esforço intramuros por obter ganhos de eficiência não gera interação equivalente com outras empresas e instituições locais no processo de inovação. Assim, o *spillover* do processo de aprendizado é baixo.”(Laplane e Sarti,1997, p.179)

A segunda modalidade de modernização nos anos noventa - associada a atualização da pauta de consumo de uma minoria - foi possibilitada, por um lado, pela abertura comercial que estimulou a importação de novos produtos ou induziu empresas aqui instaladas à busca de renovação permanente da linha de produtos para enfrentar a maior concorrência. Por outro lado, a modernização dos padrões de consumo, através da diversificação das linhas de produtos, aparece também como resultado da entrada no país de novas empresas com importante participação no mercado mundial, mas que se encontravam ausentes do mercado brasileiro.

A entrada de novas empresas transnacionais ou os novos investimentos feitos por empresas já instaladas<sup>104</sup> é, nos anos noventa, resultado, por um lado, da busca pela exploração do crescimento do mercado interno que, ao menos durante um certo período, não mais se caracterizava pela instabilidade e estagnação dos anos oitenta. Por outro lado, a entrada de novas empresas ou a reorganização das empresas já instaladas aparecem como reflexo da posição estratégica que o mercado brasileiro passa a representar no âmbito da intensificação da concorrência dos oligopólios mundiais. Logo, as empresas transnacionais, através dos investimentos feitos no país, buscam maior integração das filiais locais na estrutura mundial da matriz. É, então, os novos investimentos das multinacionais que possibilitam as firmas locais participar dos fluxos produtivos e, assim, assumir funções estratégicas tecno-produtivas ou de gerenciamento para a rede mundial.

A opção por atrelar o desenvolvimento nacional ao capital externo parece extremamente sedutora para nossas elites, não só porque a associação traz novas oportunidades de negócios<sup>105</sup>, mas porque também representa a intensificação dos ritmos de incorporação da economia nacional aos mesmos padrões de vida das economias

---

<sup>104</sup> A entrada de novas empresas transnacionais ou os novos investimentos das empresas já instaladas estão associados a diversificação das linhas de produtos e conseqüentemente à modernização dos padrões de consumo de uma minoria.

<sup>105</sup> As oportunidades de negócios abertas pela associação com o capital externo foram descritas na parte anterior do trabalho.

centrais, o que se daria a ritmos bem mais lentos ou mesmo seria inatingível se as transformações fossem conduzidas pela burguesia nacional. Ao mesmo tempo, a estratégia do desenvolvimento associativo se revela uma solução para as elites locais que não dispõem de meios ou recursos materiais para conduzir os ritmos das transformações na intensidade que almejam. Assim, o grande esforço exigido pelas transformações sócio-econômicas modernizantes<sup>106</sup> pareceu se constituir tão complicado e custoso que cresceu, entre nossas elites, um sentimento de incapacidade e mesmo de inferioridade, diante da difícil tarefa histórica que se colocava, a qual parecia ser somente viável através da recorrência ao capital externo.

O fato é que se verifica, desde meados da década de setenta, uma verdadeira onda de inovações “schumpeterianas” caracterizadas pela introdução de novos produtos que deixa nossa burguesia propensa a se mobilizar para ter acesso a nova gama de produtos. Por sua vez, nos anos noventa, a diversificação das formas de consumo parecia ser possível somente por meio da recorrência ao capital externo.

A tendência a se recorrer ao capital externo para se intensificar os ritmos da modernização, tanto na fase inicial da industrialização, quanto nos anos noventa, parece, portanto, explicar-se pelo incoformismo de nossas elites, diante da percepção sobre as debilidades, lentidão ou mesmo incapacidade de aprofundar os processos de modernização, caso estes fossem conduzidos por capitais nacionais. Entretanto, deve-se ter em mente que a opção por estruturar os processos de modernização com base no capital externo é profundamente condicionada pelo período histórico que se depara nossas elites, já que, sob o capitalismo monopolista, o salto exigido para modernização da estrutura produtiva – via industrialização – e a equiparação a padrões de vida das nações centrais exigiriam um esforço de acumulação que parecia não ser acessível aos capitais locais, a não ser se associassem ao capital externo. Ou seja, a articulação com o capital internacional se mostrava a nossas elites o caminho mais curto para viabilizar seu projeto modernizante, mesmo que se pagasse o elevado preço da perda do controle sobre dinamismos econômicos internos.

A opção por se empreender a modernização através da associação com o capital externo explicita uma questão muito mais profunda de dependência cultural de elites que perseguem a busca contínua da atualização e equiparação com formas de consumo e padrões de vida das nações capitalistas centrais. Ou seja, romper com a via modernizante, mediante a associação com o capital internacional, revela-se uma questão

---

<sup>106</sup> As transformações modernizantes exigiriam, por exemplo, a alteração de toda infra-estrutura do país.

muito mais complexa porque envolve o sistema de valores de elites locais que já se acostumaram a um padrão de vida e de consumo, os quais parecem não estar dispostas a abdicar. Portanto, parece razoável pensar que dificilmente as elites locais aceitariam ritmos mais lentos de modernização, em favor de se privilegiar alguma forma de desenvolvimento mais igualitário e com detrimento da intensificação da modernização.

A continuidade do processo de modernização econômica não é apenas um desejo alimentado pela burguesia local, já que ao capital internacional se revela extremamente necessário estimular ou cooperar para a atualização das estruturas econômicas, pois somente a modernização contínua das estruturas sócio-econômicas torna a economia nacional apta a se adaptar e absorver as constantes transformações por que passa o capitalismo nas economias centrais. Ao mesmo tempo, é a modernização das estruturas produtivas que possibilita estabelecer e intensificar laços ou relações econômicas entre o capital externo e o capital local. Assim, que, no passado, a modernização da infraestrutura de exportação e importação possibilitava a economia nacional estabelecer laços econômicos com o capital internacional. Em contrapartida, nos anos noventa, é a modernização da estrutura produtiva, via novas formas de gestão e racionalização, que permite à economia brasileira se integrar ao fluxo produtivo internacional ou assumir funções estratégicas de gestão para a rede mundial.

### **3.5 – O fortalecimento das classes dominantes**

A associação com o capital externo redundava em um fortalecimento do poder de barganha das classes dominantes que historicamente sempre buscavam alianças externas para se fortalecerem frente as demandas dos segmentos sociais populares.

A busca de aliança com o capital externo nasce do receio ou medo de nossas elites em relação as demandas populares, o que se deve ao contexto histórico específico do país em que não ocorreu a radicalização da luta de classes, como ocorreu nos países centrais do capitalismo europeu. Ou seja, cristaliza-se no ideário de nossas elites um temor dos movimentos sociais próprio de uma classe proprietária que não tem o traquejo ou a tradição da negociação em relação as questões sociais.

A conformação de uma mentalidade receosa em relação as pressões sociais populares – característico da pouca tradição do conflito social – leva nossas elites optarem por buscar alianças externas na resolução das questões sociais internas, em

vez de se buscar composições internas, através de concessões as reivindicações populares.

As alianças externas podiam se materializar em apoio militar, como no caso da implantação do regime militar em 64. Ou, ao contrário, poderiam se apresentar de uma forma mais sutil e imperceptível pela via econômica. É o caso, por exemplo, nos anos noventa, do enfraquecimento das demandas populares como consequência dos processos de liberalização financeira e comercial que debilitam o poder de barganha dos sindicatos. Ou seja, as classes mais atingidas, em processos que envolvam a integração econômica a comunidade internacional, são os segmentos populares que não podem contar com uma rede de proteção social eficiente.

### **3.6 - A aversão a rupturas**

O receio que as mudanças externas pudessem induzir transformações sociais internas leva à conformação de uma mentalidade extremamente conservadora e avessa a rupturas entre nossas elites, as quais optam pela continuidade e obediência as regras do jogo impostas pelo grande capital internacional.

As mudanças sociais, quando inevitáveis, dão-se sempre nos estreitos limites definidos pelo grande capital internacional, sob o receio de que qualquer alteração de rumo - em relação a diretriz do grande capital internacional - pudesse representar de fato uma alternativa ao sistema capitalista que colocava em perigo sua própria existência enquanto classe social. Ou seja, qualquer tentativa de disciplinar ou enquadrar o capital internacional – por mais discreta que possa parecer – aparece, no olhar subjetivo de nossas elites, como uma diferenciação do sistema capitalista que poderia redundar em transformações internas de fortalecimento das demandas populares, sobre as quais os segmentos destas elites poderiam perder o controle. É, portanto, o medo da generalização do conflito e fortalecimento das classes sociais populares que tornam nossas elites extremamente conservadoras e contrárias a qualquer processo de ruptura com as diretrizes do grande capital internacional. Este receio de nossas elites, quanto as transformações sociais, deve-se a falta de tradição em lidar com o conflito social.

A imposição de diretrizes ou o enquadramento do grande capital internacional não necessariamente produziria o quadro de convulsão social que teme esta elite. Mas é preciso compreender que o esquema explicativo sobre as transformações sociais -

presente na mentalidade de nossas elites - tem a prerrogativa de definir e moldar o comportamento extremamente conservador e avesso a ruptura, ainda que este esquema interpretativo das transformações sociais esteja longe de refletir a realidade.

O comportamento conservador e continuísta de nossas elites é ainda reflexo do período histórico desfavorável em que se estruturam, já que se conformam e se contrapõem a economias capitalistas plenamente constituídas que implementam políticas imperialistas. Assim, a ruptura com as diretrizes do grande capital internacional - que impede nosso pleno desenvolvimento - apresenta-se como uma tarefa histórica muito mais complexa em comparação com as rupturas necessárias e que foram realizadas pelas economias centrais européias no segundo período da revolução industrial. Além do mais, qualquer ruptura – no olhar subjetivo de nossas elites – apresentaria muito mais arriscada pela possibilidade de represália do grande capital internacional e pelas conseqüências sociais internas, com as quais poderiam perder o controle.

## **Capítulo IV: A modernização dos padrões de consumo**



## 4.1 - Os dados econômicos

A modernização dos padrões de consumo, em curso nos anos noventa, pode ser constatada pelo aumento das importações – particularmente dos bens de consumo – e pela retomada dos investimentos externos, voltados para processos de modernização produtiva.

A primeira modalidade de modernização dos padrões de consumo verificada nos anos noventa está relacionada ao patente incremento das importações. Logo, no intervalo de apenas dois anos, as importações praticamente dobraram ao passar de 25,3 bilhões em 1993, para o patamar de 50 bilhões em 1995(Tabela 4.1 ). No entanto, nos anos noventa, a hipótese sobre a atualização dos padrões de consumo pode ser observada quando analisamos mais detidamente a composição das importações. Assim, destaca-se o comportamento das compras de bens finais de consumo, cuja taxa de crescimento, entre 94 e 96, de 35,2% ao ano, aparece como a maior dentre os itens importados.(Tabela 4.2)

Tabela 4.1 – Estrutura das importações (US\$ milhões)

Categorias de uso	1993	1994	1995	1996	1997
<i>Bens duráveis</i>	1761	3129	6094	4 586	5651
Automóveis	700	1 469	3 040	1 589	2 444
Outros	1 061	1 660	3 054	2 997	3 207
<i>Não duráveis</i>	1 449	2 410	4 833	5 168	5 482
Total bens de consumo	3 210	5539	10927	9 754	11133
<i>Total das importações</i>	25 256	33 079	49 972	53 346	59 747

Fonte: Banco Central

Tabela 4.2 –Taxas geométricas de crescimento anual nos períodos indicados

Importações	1990/94	1994/96
Matérias-primas	18,8	34,9
Bens de consumo	18,8	35,2
Combustíveis e lubrificantes	- 6,0	19,8
Bens de Capital	14,9	13,9

Fonte: SECEX

As alterações dos rumos dos processos econômicos na década de noventa, conforme ilustram os dados, só podem ser interpretadas se tivermos em mente a<sub>99</sub>

estratégia econômica liberal que esteve fortemente associada a apreciação cambial<sup>107</sup> e a abertura comercial, as quais acabaram por sancionarem a modalidade de modernização de padrões de consumo, através do crescimento das importações.

A outra modalidade de modernização dos padrões de consumo nos anos noventa se dá pelo incremento dos investimentos externos<sup>108</sup> que estavam relacionados a novas instalações ou ampliação e modernização, as quais correspondiam a mais de 80% do total de investimentos diretos estrangeiros, entre 1994 e 1998, conforme ilustra a tabela 4.3.

Tabela 4.3 – Investimentos diretos estrangeiros 1994-1998 composição por setor em(%).

Setor	Novas instalações	Ampliação/modernização	Aquisição/Associação
Autoveículos	65,4	32	2,7
Eletrônica	87,3	12	0,7
Químico-farmacêutico	37	34,3	28,7
Alimentos e bebidas	13,2	5,8	81
Cimento e gesso	—	—	100
Embalagens	54	40	6
Eletrodomésticos	37,8	0,9	61,2
Higiene e Limpeza	31,8	—	68,2
Total	57,7	23,3	18,9

Fonte:NEIT/IE/UNICAMP

Os processos de modernização e expansão da capacidade produtiva – predominante entre os investimentos na década de noventa – associam-se à introdução de novas máquinas, novos fornecedores e novas técnicas de produção que levam à diversificação e a atualização dos modelos de produtos, com a melhoria nos *designs* e redução da idade média dos projetos - em relação aos países desenvolvidos.

<sup>107</sup> A apreciação cambial de meados dos anos noventa só foi possível pelo ingresso de capitais externos que estavam ausentes desde a crise econômica dos anos oitenta.

<sup>108</sup> O expressivo crescimento, a partir de 1994, do IDE no Brasil pode ser observado por sua crescente participação no investimento global da economia e no PIB. Assim, o IDE dos anos noventa se situa bem acima das contribuições da década de oitenta, como aponta Laplane e Sarti: “ Dependendo da metodologia adotada para a mensuração do PIB; a participação do IDE no total dos investimentos variou em 1996 entre 7,8% e 9,0% (utilizando-se o PIB calculado pelo câmbio médio e pela paridade do poder de compra, respectivamente), o que representaria uma contribuição oscilando entre 1,2% e 1,4% do PIB, contra 0,5% nos anos 80. Estes valores superariam, inclusive os dos anos áureos da década de 70, período em que, segundo Barros, os investimentos estrangeiros contribuíram em média com 6,5% para a taxa global de investimentos.”(Laplane e Sarti,1997,p.146)

## 4.2 - Os principais aspectos da modernização

A análise requer, inicialmente, definir a modernização dos padrões de consumo que será entendida como um processo de cópia de formas de vida e padrões de consumo das nações capitalistas centrais por economias periféricas como a brasileira, a qual possui uma realidade sócio-econômica muito distinta dos países que lideraram o processo de industrialização.

O estudo sobre o processo de modernização permeia toda obra de Furtado. Por isso, o conceito da modernização dos padrões de consumo pode ser clarificado em várias passagens de sua obra, conforme se observa na seguinte citação: “ Chamaremos de *modernização* a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados( privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital<sup>109</sup> e progresso nos métodos produtivos.”(Furtado,1974, p.81).

A definição do processo de modernização não pode ficar restrita ao olhar sobre os processos de transformação econômica, ao contrário, uma definição precisa sobre a modernização deve considerar sua dimensão cultural, evidenciada no estágio de dependência cultural das elites locais<sup>110</sup>, as quais se tornam meras assimiladoras das formas de consumo ditadas pelas economias capitalistas centrais.

A análise nesta parte – tendo em vista a definição anterior de modernização - visa identificar aspectos essenciais que permitiriam caracterizar o processo de modernização, não apenas se restringindo as especificidades desse processo nos anos noventa, mas destacando elementos comuns que possam caracterizar as rodadas de modernização, seja na forma da integração ao sistema de divisão do trabalho, como economia primário-exportadora, seja na intensificação do processo de industrialização no século XX. Por fim, procurar-se-ia identificar alguns motivos que explicariam a tendência histórica de aprofundamento dos processos de modernização em economias

---

<sup>109</sup> A acumulação para Furtado possui, por um lado, a acepção de acumulação dentro do sistema produtivo que assume a forma de um fluxo(formação de capital: investimento) ou de um estoque(capital já acumulado: capacidade de produção). Por outro lado, existe uma segunda acepção para o processo de acumulação, a qual diz respeito à acumulação fora do sistema produtivo, quando o progresso técnico se apresenta, sob a forma de modificação no estilo de vida de grupos de população, ou seja, introdução de novos produtos.

<sup>110</sup> O termo elite designaria as elites econômicas do país, identificadas como os segmentos sociais que detêm posições econômicas centrais. Ao mesmo tempo, o termo burguesia utilizada no texto se refere a um amplo segmento de classes compreendidas pelo setor tradicional agro-exportador, até setores modernos do capital industrial e bancário.

periféricas como a brasileira – especialmente na fase de intensificação da industrialização.

O trabalho não quer, no entanto, formular um tipo de explicação sobre o processo de modernização que desconsidera a especificidade das diferentes rodadas de modernização, desencadeadas com a integração internacional da economia brasileira, como primária-exportadora. Ao contrário, reconheceria-se as especificidades dos diferentes processos de modernização, seja em função dos diferentes contextos internacionais e da forma como a economia brasileira se integra a estes diferentes períodos históricos, seja em função dos diferentes instrumentos econômicos que possibilitam a modernização – política fiscal e creditícia, manejo do câmbio, abertura comercial e/ou atração das empresas estrangeiras. Entretanto, apesar do reconhecimento das especificidades das diferentes fases de modernização, levantar-se-ia a hipótese que haveria elementos comuns e historicamente reincidentes, presentes nas diversas etapas de modernização, o que permitiria formular uma teoria explicativa sobre a natureza e motivação dos processos de modernização, independente do período histórico em que se desencadeiam estes processos.

O trabalho visa, então, analisar a rodada de modernização empreendida nos anos noventa, entretanto, buscou-se uma interpretação mais ampla, ao se procurar extrair elementos comuns presentes, tanto no processo de modernização dos anos noventa, quanto nas rodadas de modernização anteriores.

A opção por uma análise mais ampla sobre o processo de modernização – não somente restrita aos anos noventa – traz a vantagem de permitir comparações que possibilitam apreender, tanto as semelhanças, como as diferenças entre as rodadas de modernização.

A hipótese, então, é que a rodada de modernização nos anos noventa possui suas especificidades, mas que também guarda muitas semelhanças com processos de modernização ocorridos em épocas distintas. Portanto, é justamente a identificação destas semelhanças, sem deixar de lado as especificidades, que se procurou destacar.

O processo de modernização dos padrões de consumo – dado o caráter limitado do trabalho – não seria, portanto, analisado de forma mais aprofundada ou de maneira exaustiva, por isso, apenas se buscaria apontar alguns pontos que se considera essenciais para definir o processo de modernização. Ao mesmo tempo, a identificação destes pontos possibilitaria clarificar as motivações que conduzem ao aprofundamento dos

processos de cópia dos estilos de vida das nações centrais pelas economias periféricas, como a brasileira.

A caracterização do processo de modernização - tal como objetiva a análise - deveria levar em conta três aspectos fundamentais: conceituar a modernização como um processo de dominação social, apreender a modernização como um processo que não redunde na destruição das estruturas econômicas arcaicas e, por fim, identificar a modernização na sua dimensão histórica, como decorrência da forma de inserção da economia brasileira ao sistema internacional de divisão do trabalho.

O primeiro aspecto que se deve ter em mente quando se pretende caracterizar o processo de modernização é apreendê-lo como um processo social de dominação, na qual uma determinada classe social - gozando de uma situação privilegiada de acesso ao poder - acaba por impor seu projeto político sobre as demais classes.

A nova rodada de modernização, iniciada nos anos noventa, e as rodadas de modernização anteriores só podem ser entendidas, então, como resultado de um processo sócio-político da confrontação de agentes econômicos dotados de intencionalidade e criatividade para modificar - de acordo com seus interesses - o contexto social em que estão imersos. Assim, a modernização não é um processo espontâneo, como se fosse destino natural das economias periféricas, mas, ao contrário, é resultado da decisão deliberada de grupos sociais, os quais possuem poder de impor um determinada trajetória econômica as demais forças sociais. Portanto, são as forças sociais ou coalizão de forças sociais que irão definir como serão utilizados e canalizados os recursos econômicos excedentes, os quais irão determinar o rumo das transformações econômicas.

A emergência na economia brasileira de forças sociais modernizantes é resultado de uma conformação histórica específica que permite as elites reunir em suas mãos poder suficiente para empreender sua trajetória modernizante. No entanto, a modernização se apresenta como um projeto nacional e não apenas como um projeto individualista, destinado a atender os interesses egoístas de um determinado estrato social<sup>111</sup>.

A especificidade das forças sociais que empreendem o processo modernizante brasileiro é a heterogeneidade das classes sociais dominantes que agregam, desde

---

<sup>111</sup> Dado as limitações do trabalho, fuge do escopo analítico descrever os processos históricos que possibilitaram a emergência de forças sociais ligadas ao interesses modernizantes, mas se quer apenas chamar atenção para a importância das condições históricas que resultaram na emergência das forças sociais modernizantes.

setores tradicionais ligados ao complexo agro-exportador, até setores modernos ligados ao capital bancário e industrial. É neste sentido que se pode perceber como a modernização permite agregar os mais diferentes segmentos da burguesia nacional que pareceriam possuir interesses muito divergentes. Ou seja, a emergência de um projeto político-econômico modernizante só se dá quando ocorre uma tomada de consciência entre as elites dirigentes sobre a existência de interesses comuns, passíveis de serem concretizados.

As sociedades periféricas como a brasileira, portanto, encontram-se em todas as épocas sempre diante de um horizonte de opções possíveis que se materializam em distintos padrões de desenvolvimento. Ou seja, a adoção de um padrão de modernização pela industrialização não representa a única trajetória, mas sim a trajetória resultante do conflito de forças sociais antagônicas e com interesses divergentes.

A opção brasileira pela via de desenvolvimento modernizante só pode, então, ser compreendida através da análise de como se conforma a estrutura de poder que será entendida, como a capacidade de um determinado grupo ou coalizão de forças sociais de impor sua vontade aos outros segmentos sociais. Por sua vez, a imposição da vontade dos segmentos sociais dominantes pode resultar, a longo prazo, em importantes transformações sócio-econômicas. Assim, o processo de modernização deve ser entendido como fruto de uma intenção deliberada de modificar o contexto sócio-econômico. Porém, são aqueles grupos que exercem o poder que mais condições reúnem para modificar a realidade que estão imersos.

A despeito da vitória das forças sociais ligadas a imposição de uma trajetória modernizante, não se pode ignorar a importância de segmentos sociais que possam se opor ao projeto modernizante. Ou seja, outras forças sociais podem frustrar a expectativa traçada pelas elites modernizantes e as forçar utilizar de toda sua inventividade para contornar eventuais oposições que necessariamente surgiriam no embate de grupos sociais antagônicos.

A análise quer, entretanto, ressaltar que foi pouco significativo, no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro, o surgimento de forças sociais que pudessem apresentar um projeto de desenvolvimento alternativo que se colocasse como um padrão de civilização alternativo. Isto se deve, em grande medida, a pouca articulação das forças sociais ligadas a posturas sociais igualitárias ou, então, a manipulação populista de movimentos populares pelas elites dirigentes, as quais esvaziaram o caráter

reivindicatório e revolucionário das pressões populares.

A modernização ainda desencadeia novos estilos de vida e cria novos valores culturais que permitem as forças sociais modernizantes empreenderem um movimento de cooptação de outras classes sociais – particularmente classe média e operariado. Assim, outros segmentos sociais – classe média e operariado – passam a ser portadores dos valores culturais disseminados pela diversificação do estilo e padrões de consumo, o que leva a ampliação da base social de apoio a continuidade do processo de modernização. É, então, a identificação de novos segmentos sociais com os valores culturais modernizantes – mesmo que não tenham consciência disso – que redundam na atenuação da contradição de classes. Portanto, segmentos sociais distintos passam a compartilhar uma mesma visão de mundo, já que vêm na continuidade do processo de modernização a convergência de interesses comuns.

O processo de modernização, portanto, apresenta-se, por um lado, como um processo de dominação social, mas, por outro lado, possui uma dimensão de dominação cultural que resulta na assimilação pelas classes médias e pelo operariado de valores culturais disseminados pelo acesso à diversificação dos padrões de consumo e novos estilos de vida. Ainda cabe destacar, na sociedade moderna, a importância da mídia e dos meios de comunicação na formação e disseminação dos valores culturais típicos de um padrão de desenvolvimento via modernização.

Os processos econômicos que acompanham o processo de desenvolvimento modernizante – como diferenciação de classes, elevação do nível de renda, extensão do financiamento da compra de bens e processos tecnológicos de barateamento de bens de consumo – ainda permitiriam que outras classes, no caso brasileiro as classes médias, pudessem ter acesso ao processo de modernização, o que, conseqüentemente, fortalece a composição social a favor da continuidade da modernização dos padrões de consumo. Enfim, a cooptação de diversos segmentos sociais explicaria a longevidade do projeto político modernizante numa economia, como a brasileira, em que é flagrante a escassez de recursos compatíveis com o padrão de consumo requerido.

A estabilidade política e da estrutura de poder montada dependem, por sua vez, da manutenção do dinamismo econômico que garanta o acesso – mesmo que limitado – aos padrões de consumo mais sofisticados. Portanto, estabelece-se uma relação reflexiva, na qual a estrutura de dominação sócio-política engendra o processo de modernização que, posto em continuidade, aumenta a composição de forças sociais

que dão sustentação ao esquema de dominação política, orientada para modernização.

A identificação da modernização como um processo de dominação sócio-política visou, então, desfazer um tipo de análise superficial que poderia induzir a uma abordagem ou interpretação meramente econômica sobre as constantes rodadas de modernização brasileira. Entretanto, ao se analisar o processo de modernização de uma perspectiva economicista – manejo de variáveis econômicas ou desenvolvimento das forças produtivas – cai-se numa visão de mundo reducionista que concebe a esfera econômica como autônoma e independente da esfera política.

O olhar sobre o processo de modernização também como um processo sócio-político quis, portanto, desfazer a cortina ideológica que se impõe sobre os economistas que consideram a economia e política como esferas de natureza distinta e estanques. Ao contrário, buscou-se estabelecer, sempre que possível, as relações e interconexões existentes entre a esfera econômica e política.

A visão da economia como uma esfera interdependente do político permite constatar que, por trás da manipulação das variáveis econômicas ou do desenvolvimento das forças produtivas, necessárias para se empreender o processo de modernização, escondem-se na verdade os fins últimos das elites locais de imposição de um padrão de civilização, o qual se baseia na cópia dos estilos de vida das nações centrais. Portanto, a manipulação das variáveis econômicas ou transformação da estrutura produtiva são apenas meios ou instrumentos que lançam mão os agentes econômicos para se atingir o fim último da constituição de um padrão de vida nas nações periféricas, o qual se espelha nos estilos de vida das nações capitalistas desenvolvidas.

As análises interpretativas sobre o movimento de modernização brasileiro, ao conferir importância central aos instrumentos econômicos, acabam muitas vezes por se perder num tipo de interpretação dos meios e, assim, deixam de ter uma visão mais global das transformações, já que não associa os instrumentos econômicos aos fins que perseguem os grupos sociais que empreendem as transformações econômicas. É claro que não se quer reduzir a importância de se estudar os instrumentos de política econômica utilizados nos processos de transformação, mas se quer apenas chamar atenção sobre a importância de se relacionar as manipulações das variáveis econômicas aos objetivos dos grupos que as comandam. Do contrário, a simples análise dos instrumentos de política econômica poderia se revelar meramente formal.

O outro aspecto que se quer chamar atenção – dentro da perspectiva de

qualificar as rodadas de modernização brasileira – refere-se ao fato destes processos revolucionarem o ambiente econômico<sup>112</sup> sem, no entanto, erradicar as estruturas arcaicas ou tradicionais, entendidas como conformações econômicas de baixa produtividade ou setores econômicos vinculados à economia internacional, sob a forma da especialização e exportação de produtos primários.

O aspecto que se quer destacar, portanto, é de que, apesar da revolução na estrutura produtiva<sup>113</sup>, continuava a possuir grande importância econômica – inclusive para geração de empregos – os setores de baixo conteúdo tecnológico e os setores ligados à exportação de produtos primários. Apesar de se reconhecer a continuidade dos setores arcaicos, não se desconhece as profundas alterações processadas na economia primária-exportadora, com a adoção de métodos produtivos mais eficientes, advindos da mecanização agrícola, novas formas de financiamento ou transformações nas relações de trabalho rurais<sup>114</sup>. Entretanto, o que se quer destacar é a permanência, em muitos segmentos econômicos, da mesma lógica de vinculação ao sistema de divisão internacional do trabalho, como exportadora de primários.

A manutenção de uma estrutura produtiva heterogênea é funcional para a continuidade do processo de modernização, ao mesmo tempo, em que é consequência natural de um tipo de modernização orientada para substituir produtos importados.

A permanência de um segmento econômico orientado para exportação de produtos primários se torna funcional para a continuidade da modernização, pois propicia as divisas necessárias para a continuidade das importações, seja dos bens consumidos pela minoria modernizante, seja a importação de máquinas e equipamentos, os quais permitem dar continuidade a montagem de um parque industrial<sup>115</sup>. Assim, todo este mecanismo é descrito por Florestan: “Contudo, não se podem ignorar duas coisas. Primeiro, como ocorreu com o capitalismo competitivo, o capitalismo monopolista terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas. Não poderá eliminá-las por completo, pela

---

<sup>112</sup> O ambiente econômico é revolucionado pela introdução de novas formas de vida, tanto pelas importações ou pela modificação na estrutura produtiva.

<sup>113</sup> A revolução da estrutura produtiva do país pode ser observada, por um lado, pela instalação de setores modernos de elevada densidade de capital. Por outro lado, pode ser percebida pelo crescimento da participação dos produtos industriais ou semi-elaborados na pauta de exportação.

<sup>114</sup> Foge do escopo do trabalho analisar mais detalhadamente as profundas alterações que ocorrem no âmbito da economia primário-exportadora, mas somente se quer chamar atenção para a existência de tais modificações. Ou seja, do ponto de vista de métodos produtivos e de relações sociais se reconhece as profundas transformações que se processam na economia primário-exportadora.

<sup>115</sup> O parque industrial montado se tornava fundamental para dar continuidade a modernização, já que a estrutura industrial se tornaria apta a produzir internamente produtos anteriormente importados.

simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia. Em outras palavras, para se aninhar e crescer nas economias capitalistas periféricas, esse padrão de desenvolvimento capitalistas tem de satelitizar formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento do capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível.” (Florestan,1976,p.269).

A persistência, no país, de uma estrutura econômica com diferentes níveis de produtividade se apresenta como conseqüência natural do processo como evolui a modernização via industrialização, já que a montagem de uma estrutura industrial destinada à produção de bens duráveis, numa economia com baixa renda per capita, exige uma brutal concentração de renda que, por sua vez, gera um mercado dual: de consumidores de elevada renda, o qual se destina à produção mais moderna e um mercado de consumidores de baixa renda, o qual é servido pela produção das indústrias de menor conteúdo tecnológico. É, assim, que este processo é descrito por Furtado: “Nos países onde a modernização ocorreu sem o desenvolvimento econômico, o processo de industrialização apresenta características muito particulares. Assim, o mercado para produtos manufaturados é formado por dois grupos completamente diferentes: o primeiro, consumidores de renda muito baixa (a maioria da população), e o segundo, uma minoria de renda elevada. A cesta de bens de consumo correspondente ao primeiro grupo é bem pouco diversificada e tende a permanecer sem modificações, já que a taxa de salário real é bastante estável. As indústrias que produzem estes bens têm fracos efeitos de encadeamento(linkages): elas usam matérias-primas da agricultura (indústrias têxteis e alimentícias) e produzem diretamente para o consumidor final. Além disto estas indústrias se beneficiam pouco das economias de escala e externas. A cesta de bens de consumo corresponde ao segundo grupo, sendo totalmente diversificada, requer um processo de industrialização complexo para se produzida no país. O principal obstáculo a isso origina-se da dimensão do mercado local. Entretanto, este é o setor do mercado que está realmente em expansão, e a verdadeira

industrialização somente será possível se orientada para ele. Dados os diferentes comportamentos das duas cestas de bens de consumo, a primeira em expansão lenta e sem a introdução de novos bens, e a segunda crescendo rapidamente principalmente através da inclusão de novos produtos, os dois setores industriais somente em grau muito pequeno competem pelos mesmos mercados e podem manter padrões diferentes de organização e mercadologia ( marketing).”(Furtado,1974,p.98)

A preservação de uma estrutura industrial heterogênea e a proteção dos interesses agro-exportadores só podem ser compreendidas se levamos em conta a dimensão política do desenvolvimento modernizante, o qual era sustentado por um pacto sócio-político conservador que englobava, desde setores tradicionais agro-mercantis e segmentos industriais menos competitivos do capital nacional, até setores industriais dinâmicos do capital internacional, conforme aponta Fiori: “...Entretanto, essa convivência, em um mesmo mercado de capitais dotado de produtividade e de competitividade distintas, só foi possível pelo exercício continuado de uma espécie de proteção estatal interna que impediu o processo inevitável de centralização, preservando politicamente os padrões *pervertidos* de valorização de certos segmentos do capital.”(Fiori,1995, p.136).

A convivência, em um mesmo meio econômico, de capitais industriais dotados de produtividade e competitividades distintas, portanto, somente foi possível devido a coalizão político conservadora. Enfim, esta coalizão conservadora, através do controle do Estado, podia manejar a política monetária, creditícia e a política fiscal de subsídios para incentivar o investimento e manter a rentabilidade dos diversos capitais, à despeito de seus diferenciais de produtividade.

O ponto que se quer enfatizar é que a preservação de uma estrutura industrial com diferentes níveis de produtividade só se explica pela dimensão política, já que a atuação dos mecanismos econômicos da concorrência resultaria na liquidação dos capitais industriais de baixa produtividade. Por sua vez, a concorrência desencadearia processos intrínsecos ao capitalismo de centralização ou conglomeração empresarial, os quais teriam efeitos positivos sobre a produtividade e competitividade da economia brasileira.

A existência de um pacto político conservador não somente assumiu importância para a preservação dos diferentes interesses ligados aos setores industriais. Mas também foi decisiva na manutenção dos interesses do capital agrário-exportador, uma vez que o

veto político e ideológico dos segmentos agrários impedia que houvesse um processo de transformação da estrutura fundiária - particularmente de implementação de uma reforma agrária consistente. É, assim, que o pacto sócio-político, além de garantir a intocabilidade da estrutura fundiária, também garante a proteção e rentabilidade do capital agro-mercantil. Ou seja, verifica-se, para os segmentos agro-exportadores, a concessão de uma série de subsídios ou a transferência de recursos a fundo perdido<sup>116</sup>.

A caracterização do processo de modernização dos padrões de consumo exige, por fim, uma análise de uma perspectiva histórica sobre como a economia brasileira se integra ao sistema econômico mundial. Portanto, quando se pretende fazer uma análise sobre as rodadas de modernização, não se pode tomar a economia brasileira isoladamente. Ou seja, o entendimento sobre a realidade do desenvolvimento modernizante implica reconhecer que os países periféricos fazem parte do todo que é o sistema capitalista mundial.

A qualificação do processo de modernização brasileiro, para ser finalizada, deve construir um quadro analítico sobre como e em quais circunstâncias históricas foi possível a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho.

A história da modernização dos padrões de consumo das economias periféricas é, em última instância, a história como estas se integram ao sistema econômico mundial<sup>117</sup>. Assim, o desenvolvimento modernizante brasileiro se constitui essencialmente num fato histórico que não deve ser considerado como uma necessidade ou um destino inevitável. Entretanto, quando se põe em marcha o desenvolvimento modernizante, se está na verdade condicionando de maneira decisiva toda a orientação do desenvolvimento econômico nacional.

A análise histórica sobre o processo de modernização brasileiro permitiria, ao meu ver, identificar três rodadas de modernização dos padrões de consumo: a do século XIX, quando a modernização se dá pela integração primário-exportadora, a do século XX, quando a modernização se dá pela substituição de importações<sup>118</sup> e, finalmente, a

---

<sup>116</sup> A transferência, ao setor agro-exportador, de recursos a fundo perdido, diz respeito à concessão de empréstimos em condições muito favoráveis e que muitas vezes não eram honrados ou, então, passavam por processos de renegociação ou de perdão da dívida.

<sup>117</sup> O funcionamento do sistema econômico mundial se caracteriza por constantes revoluções institucionais ou na estrutura produtiva, o que, por sua vez, é resultado das constantes alterações dos dinamismos econômicos - engendrados pelas economias centrais. Ao mesmo tempo, resta as economias periféricas, que não têm controle sobre estes dinamismos, procurar se adaptar e se integrar de alguma forma as constantes alterações na dinâmica de funcionamento do capitalismo mundial.

<sup>118</sup> A modernização pela substituição de importações pode ser datada já na década de trinta, embora fosse mesmo intensificada e ganhado impulso definitivo na década de cinquenta.

rodada de modernização na década de noventa que se dá pela conjugação da abertura econômica e investimentos externos.

O tipo de análise histórica, pautada na forma como o país se insere na divisão internacional do trabalho, permite dividir o processo de modernização nos três períodos descritos, ao mesmo tempo, em que possibilita as comparações necessárias que irão apontar as especificidades entre as diferentes rodadas de modernização. Assim, completa-se o quadro analítico proposto de descrever, tanto os elementos comuns, como também as especificidades das rodadas de modernização. É como se a análise anterior partisse de uma perspectiva teórico-abstrata e apontasse os elementos comuns da dominação política e a preservação do arcaico que estavam presentes nas diferentes rodadas de modernização. Por sua vez, a perspectiva histórica, realizada a seguir, completaria o quadro analítico ao descrever as especificidades das distintas rodadas de modernização.

A primeira grande rodada de modernização tem início na segunda metade do século XIX, como resultado direto do aprofundamento da revolução industrial liderada pela Inglaterra, mas que posteriormente se difundiria a alguns poucos países europeus. Assim, a intensificação da industrialização dos países europeus engendrava uma demanda de produtos primários, o que propiciava a países, como o Brasil, integrar-se ao sistema econômico mundial, como exportador de primários.

O sistema de divisão internacional do trabalho é resultado do esforço do núcleo industrial – particularmente a Inglaterra - em ampliar os circuitos comerciais. Assim, países como o Brasil passam a se especializar na produção de primários para ter acesso aos mercados do centro. Por um lado, a inserção à economia mundial, sob a forma de exportador primário, revela-se extremamente lucrativa para as economias periféricas – especialmente para uma minoria que monopolizava o acesso as terras. Por outro lado, a integração das economias periféricas aos circuitos comerciais trazia claras vantagens para o núcleo industrial que podia ampliar seus mercados com a exportação de manufaturas, ao mesmo tempo, em que tinha acesso aos recursos da periferia, como fica evidenciado na passagem de Furtado: “...ao estender sua área de influência e incorporar indiretamente recursos naturais e de mão-de-obra ao próprio sistema produtivo, o centro estava obtendo ganhos de produtividade.”(Furtado,1980,p.85). É, portanto, a conjugação dos interesses das nações periféricas e do núcleo industrial europeu que explica o aprofundamento da divisão internacional do trabalho.

A rodada de modernização no século XIX só pode, então, ser explicada pelos ganhos de produtividade que decorriam da simples especialização no comércio exterior. Por sua vez, a especialização primária tinha, como contrapartida, a geração de divisas utilizadas por uma minoria para elevar suas importações e, então, atualizar seus padrões de consumo, conforme aponta Furtado: “ A especialização geográfica inerente às vantagens comparativas significava que muitas regiões podiam ter acesso a aumento de produtividade econômica mediante o uso extensivo de recursos primários, particularmente terras cultiváveis. Tudo se passava como se existisse um potencial produtivo disponível, cuja utilização tornava-se possível com a ampliação do mercado. Criou-se, assim, um excedente econômico que pôde ser considerável, pois a reprodução da força de trabalho continuava a realizar-se no quadro da economia de subsistência pré-existente. Este excedente foi apropriado por uma minoria( proprietários de terras, comerciantes, intermediários financeiros, burocratas, etc) e assumiu a forma de poder de compra no exterior. O atraso relativo no processo de acumulação( e de assimilação do progresso técnico nos processos produtivos) decorreu de que esse poder de compra adicional foi essencialmente utilizado para financiar a difusão do fluxo de inovação ao nível dos bens de consumo. A apropriação por grupos locais do excedente a que dava origem a inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, abria evidentemente uma opção, que não existiu para os países submetidos a tutela colonial e aqueles em que prevaleceu uma economia de enclave. Contudo, na quase totalidade dos casos prevaleceram as forças que operavam no sentido de ligar a utilização do excedente a um processo de rápida *modernização* do estilo de vida de uma minoria.” (Furtado,1977,pp.91-92)

A diversificação, no século XIX, dos padrões de consumo de uma minoria evidencia que o processo de modernização é resultado da decisão deliberada da elite brasileira sobre como se aproveitar das oportunidades históricas abertas pela revolução industrial, a qual possibilitava a especialização primária no comércio externo. Ao mesmo tempo, a modernização é fruto da decisão das elites dirigentes sobre como se utilizaria os recursos obtidos através da exportação de produtos primários. Ou seja, o processo de diversificação dos padrões de consumo de uma minoria não pode ser visto como consequência natural da integração ao sistema econômico mundial, já que usos alternativos poderiam ser destinados ao excedente de recursos obtidos no exterior – como, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas.

A peculiaridade da primeira rodada de modernização – em relação as rodadas seguintes – deve-se ao fato do vetor do processo de modernização se dá quase que exclusivamente pela importação, uma vez que não se constituiu um núcleo industrial integrado capaz de satisfazer a demanda sofisticada da minoria privilegiada.

O trabalho quer apontar que o processo de modernização de uma minoria se deu inicialmente com a rápida expansão da exportação de primários, sem a correspondente evolução tecnológica dos processos produtivos internos, o que não significa, no entanto, negar o aparecimento de certas indústrias no período final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. É evidente que durante o processo de integração internacional da economia brasileira surgiram atividades industriais complementares para dar suporte, seja a exportação<sup>119</sup>, seja para dar suporte as importações<sup>120</sup>. Além disso, surgiram atividades industriais induzidas pelos gastos dos consumidores, como no caso da indústria têxtil e de materiais de construção. Entretanto, o que se quer enfatizar é que não houve a internalização de um sistema industrial apto para produzir os bens sofisticados demandados pelas elites locais, as quais continuavam a satisfazer suas demandas pelas importações. Assim, não existe neste período uma industrialização autônoma, como aponta Furtado: “ a verdade é que essas atividades industriais operavam como um complemento ou prolongação do comércio exterior. Faltava-lhes o mínimo de articulação entre elas mesmas para atuar como um sistema. Quanto maior a integração com a atividade de exportação ou importação, menor era o efeito que o comportamento de uma indústria podia ter sobre o de outras...Portanto se comportavam mais como um conjunto de compartimentos estanques do que como um sistema. Em realidade, sendo um simples multiplicador de emprego do comércio exterior, à atividade industrial não cabia mais do que um papel complementar.”(Furtado,1980, p. 118)

O verdadeiro processo de industrialização - e a reorientação do processo de modernização brasileiro - começa a se desencadear com a desarticulação do sistema de divisão internacional do trabalho causado pela contestação da hegemonia inglesa<sup>121</sup>. Mas que ganha proporções ainda maiores devido as duas guerras mundiais e a depressão econômica dos anos trinta, as quais reduzem a demanda de produtos primários.

---

<sup>119</sup> As atividades complementares de suporte à exportação dizem respeito ao tratamento exigido por produtos como o café e algodão, bem como, estão relacionadas ao processamento do açúcar.

<sup>120</sup> As atividades relacionadas ao suporte das importações se referem ao surgimento da indústria de embalagem e montagem.

<sup>121</sup>Devido a limitação do trabalho, não se pretende analisar os processos que resultam na crise da hegemonia inglesa, nem tão pouco, irá se avaliar os processos que redundam no fechamento do comércio mundial. Na verdade, se quer apenas apontar como estes processos foram decisivos para a reorientação da

Portanto, o fechamento do comércio internacional e a conseqüente redução da capacidade de importar possibilitaram que as indústrias complementares de importações pudessem voltar sua produção para substituir produtos antes importados. Entretanto, o salto para industrialização não estava aberto para toda periferia, mas somente para países ,como o Brasil, que já possuíam uma economia diversificada e um grande mercado consumidor.

A consolidação de fato da industrialização brasileira pode ser visualizada a partir da década de cinqüenta, quando a industrialização assume o papel de eixo dinâmico do país. Então, a partir deste período, começa a se constituir um verdadeiro sistema industrial articulado pela internalização do departamento de bens de produção. É, assim, que a década de cinqüenta representa a expansão das forças produtivas industriais ancoradas no Estado e no capital internacional<sup>122</sup> que assume e mantém uma posição industrial hegemônica ao implantar, por exemplo, a indústria de bens de consumo duráveis - vital para a continuidade do processo de modernização.

O objetivo do trabalho não é, naturalmente, analisar a constituição e consolidação da industrialização brasileira, mas se quer apenas apontar como, ao lado do processo de industrialização, ocorre uma mudança significativa na natureza do processo de modernização dos padrões de consumo. Ao contrário do ciclo anterior, caracterizado pela modernização via importação, as demandas da minoria modernizante passam a ser atendidas pela produção industrial local. Assim, é como se o avanço do processo de industrialização pudesse ser quase que completamente confundido com a intensificação do processo de modernização.

A opção pela continuidade da modernização - via intensificação da industrialização substitutiva - é novamente uma decisão deliberada das elites dirigentes. Assim, as elites brasileiras adotam uma política econômica protecionista que garantia reservas de mercado para os capitais nacionais e estrangeiros, os quais ficavam protegidos da concorrência externa dos importados.

O processo de industrialização e a conseqüente orientação da modernização coordenados pela ação protecionista do Estado podem ser identificados até os anos noventa. No entanto, a partir da década de noventa, pode ser identificada uma profunda alteração na estrutura do capitalismo brasileiro com os processos de redução da

---

industrialização e conseqüentemente para modificação da natureza da rodada de modernização.

<sup>122</sup>A importante participação das empresas estrangeiras na estrutura do capitalismo brasileiro só pode ser entendida pelo movimento de transnacionalização produtiva que ocorre nos anos cinqüenta e sessenta nas economias centrais. Entretanto, foge do escopo da análise detalhar este processo.

intervenção do Estado e liberalização econômica que irão modificar novamente a natureza do processo de modernização.

A nova natureza, nos anos noventa, da modernização só pode ser clarificada se tivermos em mente um quadro mais geral das mudanças ocorridas na economia mundial que podem ser sintetizadas: pelo processo de concentração de poder do grande capital internacional - com pressão pela liberalização das economias - e pelo movimento de expansão do grande capital, com o acirramento da concorrência internacional, que conduzirá a novas estratégias de concorrência global.

As limitações do trabalho deixam claro a impossibilidade de se fazer uma análise mais exaustiva e aprofundada sobre o quadro das mudanças internacionais que se desencadeiam a partir de meados dos anos setenta, por isso, só se quer chamar atenção sobre como alguns aspectos do quadro de transformações internacionais passam a condicionar a natureza do processo de modernização brasileiro dos anos noventa. Ou seja, procurar-se-á fazer uma análise pontual com a identificação das interconexões existentes entre as mudanças internacionais e a nova modalidade de modernização dos padrões de consumo, em curso na economia brasileira, durante os anos noventa.

A condução do ciclo anterior de modernização evidencia o papel fundamental desempenhado pelo Estado, o qual através da política fiscal de incentivos ou pelo manejo das variáveis econômicas – como câmbio e tarifas aduaneiras - garantia uma reserva de mercado cativa aos capitais industriais, o que determinava a rentabilidade e as possibilidades de expansão do capital industrial, tanto de origem nacional, quanto estrangeiro. Dessa forma, o Estado ao determinar, mediante políticas econômicas, os setores econômicos que deveriam ser privilegiados ou estimulados estava na verdade definindo e controlando os processos e ritmos da modernização. É, assim, que as elites – via acesso ao Estado e suas políticas - estavam na realidade controlando e dimensionando os ritmos dos processos de modernização. Entretanto, a partir de meados dos anos setenta, verifica-se um processo de enfraquecimento do Estado brasileiro, por um lado, causado pelo padrão de financiamento do modelo desenvolvimentista que - por concentrar a dívida interna e externa no setor público - gerou uma grave crise fiscal e financeira, a qual minou a capacidade do Estado definir políticas econômicas ativas. Por outro lado, o debilitamento do Estado aparece como resultado da concentração de poder em torno do grande capital financeiro e das empresas transnacionais, as quais assumem crescente autonomia frente as instâncias de decisão interna.

O debilitamento das esferas de intervenção estatal - frente ao fortalecimento do poder do grande capital internacional - muda radicalmente a natureza do processo de modernização nos anos noventa. Assim, nossas elites perdem a capacidade de coordenar os ritmos e a forma como se dará as rodadas de modernização, as quais passam a ser definidas por esferas de decisão externa, como resultado da estratégia de concorrência global das multinacionais. Enfim, nos anos noventa, as decisões das corporações externas determinam se a modernização se dará, seja por novos investimentos externos<sup>123</sup>, seja pelas importações, quando a estratégia dos grupos internacionais implicar na desativação de plantas industriais no país.

As rodadas de modernização anteriores evidenciam o controle relativo sobre os processos e ritmos da modernização, seja na modernização como primária-exportadora, quando se controlava o câmbio ou as tarifas aduaneiras, seja na modernização pela industrialização substitutiva, na qual as elites dirigentes influenciavam o manejo das políticas econômicas. Ao contrário, nos anos noventa, observa-se a crescente perda da capacidade das elites locais em controlar os processos de modernização, o que é resultado da autonomia do capital internacional, frente as esferas de intervenção estatal.

As mudanças no contexto internacional da segunda metade dos anos setenta determinam, portanto, uma reorientação do processo de modernização, na medida em que implicam, por um lado, no movimento do grande capital internacional pela liberalização – particularmente a liberalização comercial. Por outro lado, o novo contexto internacional<sup>124</sup> conduzirá a novas estratégias de valorização das empresas transnacionais com evidentes repercussões sobre os processos de industrialização e modernização, já que as empresas transnacionais passam a tomar suas decisões de investimento, tendo em vista à importância estratégica de um mercado local no âmbito da concorrência global.

Os processos globais de liberalização comercial e a predominância, na organização das atividades econômicas, da lógica das grandes empresas transnacionais conduzem, portanto, a uma importante alteração na natureza do processo de modernização que, nos anos noventa, passa a ser resultado da combinação de importações e produção industrial local. Ao contrário dos ciclos anteriores de

---

<sup>123</sup> Os novos investimentos externos nos noventa representam a atualização das formas de consumo porque estão associados a novas linhas de produtos ou a diversificação da produção.

<sup>124</sup> O novo contexto internacional dos anos noventa é marcado pelo movimento de expansão do grande capital internacional e acirramento da concorrência internacional.

modernização que se davam, ou, predominantemente, por importações – economia primária-exportadora – ou pela produção industrial local.

A nova rodada de modernização dos anos noventa – caracterizada pela conjugação de importação e produção local – vai ser determinada, portanto, pela lógica da concorrência internacional. Enfim, em certos segmentos, ocorrerá uma modernização pelas importações, quando o processo de concorrência global revelar ser mais rentável deslocar para o exterior plantas industriais e, assim, suprir a demanda interna através das importações. Ao contrário, ocorrerá um processo de modernização, através da produção local, quando no âmbito da estratégia de concorrência global, revelar-se mais lucrativo para as empresas transnacionais realizar novos investimentos ou dar continuidade a produção em suas antigas plantas industriais.

A adesão incondicional de amplos segmentos da nossa burguesia a uma agenda econômica liberal<sup>125</sup> só pode ser entendida a partir da percepção no seio de nossas elites da crescente defasagem de seus padrões de consumo em relação aos países desenvolvidos, os quais passavam por um processo de revolução tecnológica – como evidenciado na área de telecomunicações – que não podia ser acompanhado pelas indústrias locais acostumadas ao protecionismo e, portanto, incapazes de internalizar as inovações tecnológicas dos países centrais. É, portanto, o desejo de se manter permanentemente atualizadas aos padrões de consumo e estilos de vida das nações desenvolvidas que faz segmentos de nossas elites incorporarem, sem maiores restrições, as demandas do grande capital internacional. Entretanto, o preço para se integrar novamente aos novos padrões de consumo dos países centrais era bastante elevado, pois representava, na prática, a abdicação do controle sobre os ritmos e sobre os processos, sob os quais se dariam a rodada de modernização nos anos noventa.

A análise histórica revelou, portanto, a especificidade da rodada de modernização dos anos noventa que deriva do novo quadro internacional de fortalecimento do capital internacional e acirramento da concorrência global. Assim, o novo contexto internacional dos anos noventa condiciona e reorienta a natureza da modernização, seja pela perda da capacidade das elites locais controlarem os processos de modernização, seja pela modernização se apresentar pela conjugação de importações e produção industrial local

---

<sup>125</sup> A incorporação da agenda liberal, na prática, implicava na autonomia do capital internacional frente ao Estado e a conseqüente aceitação da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas locais.

### ***4.3 - Os determinantes da modernização dos padrões de consumo***

A análise anterior procurou descrever alguns aspectos que permitissem caracterizar o processo de modernização dos padrões de consumo. Entretanto, uma abordagem completa sobre a questão requer identificar os motivos desencadeadores das constantes rodadas de modernização verificadas no país.

A intensificação dos processos de modernização aparece como resultado da decisão deliberada da burguesia nacional é, por isso, que o entendimento sobre a modernização passa pela identificação das razões que levam à conformação, entre nossas elites, de uma mentalidade modernizante. Ou seja, deve-se procurar responder quais são as motivações que impulsionam nossas elites a busca incessante pela cópia dos padrões de vida das nações desenvolvidas.

As constantes rodadas de modernização da economia brasileira são, por um lado, fruto da forma como as elites nacionais empreenderam o processo de desenvolvimento econômico que se orientou para afirmação das forças produtivas capitalistas. Por outro lado, não se pode perder de vista que as rodadas de modernização somente se viabilizam com a aquiescência e colaboração do grande capital internacional no seu afã expansionista de difusão dos padrões de vida capitalista. É, portanto, como se a expansão do grande capital internacional representasse a afirmação do padrão de civilização capitalista.

A confluência de interesses da elites locais e do grande capital internacional explicariam, então, as constantes rodadas de modernização verificadas no país. Logo, restaria identificar quais os motivos que explicariam não só as rodadas de modernização dos anos noventa, mas também as rodadas anteriores. Ou seja, a análise sobre a modernização buscaria uma explicação de caráter amplo e geral, não somente restrita aos anos noventa, mas que também explicasse as rodadas anteriores.

As diferentes rodadas de modernização do país, ao meu ver, seriam explicadas por três motivos: o estigma de atraso econômico que resulta na lógica modernizante de nossas elites, o desenvolvimento capitalista e, por fim, um processo de desenvolvimento capitalista apoiado no capital externo.

O entendimento sobre a modernização - como fruto da decisão deliberada de nossas elites - permite concluir que o primeiro ponto explicativo sobre este processo

reside na constituição, entre nossas elites, de uma mentalidade modernizante. É, então, a lógica modernizante de nossas elites que impulsiona toda a ação destas classes no sentido de modificar o meio econômico para que, enfim, possam se equipar ao estilo de vida e padrões de consumo das nações centrais. Ou seja, o entendimento sobre as rodadas de modernização requer, como primeiro passo, procurar responder como surge entre nossas elites esta mentalidade modernizante.

O processo de propagação do capitalismo e a incorporação a sua área de influência, até mesmo de economias pré-capitalistas<sup>126</sup>, põe em contato constante estilos ou padrões de vida muito distintos. Portanto, o contato recorrente com as civilizações capitalistas centrais – seja em função das relações comerciais estabelecidas, laços sociais ou troca de experiências culturais – cria entre nossas elites um estigma de atraso e inferioridade em relação aos padrões de vida das nações centrais, as quais passam a ser identificadas como uma forma superior de cultura ou civilização que deve ser incessantemente buscada.

O contato com as civilizações capitalistas centrais faz surgir um estigma de inferioridade, o qual cria um sentimento de inconformismo entre nossas elites. Enfim, é a insatisfação das nossas elites, quanto a situação de atraso, que as fazem canalizar seus esforços no sentido de remover os obstáculos econômicos e sociais para que se possa atingir uma forma “superior” de civilização, a qual é identificada com o acesso a formas de consumo e padrões de conforto das economias capitalistas centrais.

A conformação, no seio de nossas elites, de uma mentalidade modernizante decorre, portanto, da referência ou contraponto que possuem ao observar os padrões de vida das nações capitalistas centrais. É, no entanto, natural que ocorra a comparação e identificação com as formas de vida das nações desenvolvidas, já que se constituem como apêndices do sistema capitalista mundial, no qual o modelo de civilização dos países centrais passa a ser identificados, como o fim último, ou estágio final de evolução a ser alcançado pela intensificação dos processos de modernização.

A questão é que não se pode tratar a economia brasileira de forma isolada. Ou seja, deve-se levar em conta que todo o processo de desenvolvimento nacional faz parte de um processo ainda maior de expansão do capitalismo e da conseqüente disseminação dos seus valores culturais. Assim, no contexto da expansão capitalista, a economia brasileira sofreu um processo de incorporação dependente ao espaço econômico,

---

<sup>126</sup> A economia brasileira se integrava ao sistema capitalista mundial na fase em que ainda se constituía como primária-exportadora.

político e cultural das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Tal processo de incorporação aos países hegemônicos fica evidenciado, desde a integração como economia primário-exportadora, até a industrialização subordinada ao capital internacional.

A forma de integração subalterna ao sistema capitalista mundial se fez com a incorporação de valores culturais –especialmente de formas de vida e padrões de consumo - produzidos no centro da economia capitalista e muitas vezes alheios a realidade ou as possibilidades econômicas das nações periféricas como a brasileira. Ou seja, durante o desenvolvimento econômico, a subordinação excessiva ao capital internacional se fez acompanhada da simples assimilação de padrões de comportamento e da cópia dos estilos de vida das nações centrais. Por sua vez, não se impuseram valores culturais próprios ou formas alternativas de vida/consumo compatíveis com a realidade econômica brasileira, no que diz respeito ao grau de acumulação e o nível de renda média requerido.

O próprio desenvolvimento nacional poderia ser encaminhado no sentido de privilegiar ou se guiar por valores que podiam redundar num estilo de vida ou formas de sociabilidade distintas da simples imitação dos padrões de consumo, os quais eram irradiados das nações capitalistas centrais. Mas, ao que parece, o avanço do capitalismo, com suas formas e estilo de vida, parece suplantar e influenciar os ambientes econômicos ainda não capitalistas, como foi o caso inicial da economia primário-exportadora brasileira. Neste sentido, parece que os mais diversos ambientes econômicos são seduzidos pela formas de vida e consumo capitalista, o que faz as classes dirigentes concentrarem seus esforços para internalizar o modo de vida capitalista.

O próprio conceito de desenvolvimento e constituição de uma civilização se confundem, no imaginário de nossas elites, com a intensificação do processo de modernização. Ou seja, predomina entre nossas elites o ideário de que a civilização só se completaria quando atingíssemos o mesmo patamar de consumo e estilo de vida das nações capitalistas desenvolvidas.

O projeto de nação passa, então, a se confundir com o próprio esforço de intensificação do processo de modernização. Nesta perspectiva, a nação somente se constituiria de fato, quando o desenvolvimento das forças produtivas fosse capaz de reproduzir os padrões de vida das nações capitalistas centrais. É, então, como se os

interesses modernizantes das elites nacionais se confundissem com os próprios interesses da nação.

A própria tarefa histórica da burguesia de se produzir a civilização passa a se fundar na criação de condições favoráveis e estimuladoras do processo de modernização. Antes de mais nada, alcançar o patamar de consumo e vida das nações cêntricas – mesmo com a exclusão de parcela significativa da população – seria a confirmação do cumprimento de sua tarefa histórica. Enfim, a burguesia brasileira, estigmatizada pelo sentimento de inferioridade, só se sentiria como uma verdadeira burguesia, quando se igualasse aos padrões de vida e consumo das classes burguesas dos países desenvolvidos.

O ponto que se quer levantar é que não se constituiu entre nossas elites a mentalidade de um processo de desenvolvimento ou de formação de uma nação fundamentada em valores como a construção de uma sociedade igualitária. Ao contrário, o conceito de desenvolvimento ou o projeto de nação das elites dirigentes parece se restringir a modernização econômica do país.

A ausência da constituição entre nossas elites de um projeto de nação não somente circunscrito aos processos de modernização, mas que englobasse a perspectiva de igualdade social, foi resultado de um contexto histórico específico, no qual não ocorreu a radicalização das reivindicações sociais que fizesse inculcar no ideário destas elites valores como a igualdade social. Dessa forma, a limitação do conceito de formação da nação - ao aspecto econômico da modernização - deve-se, por um lado, a manipulação dos movimentos sociais por segmentos de nossas elites, como evidenciado na prática populista. Por outro lado, o viés pouco democrático da modernização brasileira está ligado à desarticulação e, mesmo, a fraqueza dos movimentos sociais.

O outro ponto que devemos ter em mente quando tratamos da modernização brasileira se refere ao fato desta estar intimamente ligada ao desenvolvimento capitalista. Ou seja, o processo de intensificação da modernização dos padrões de consumo se confunde com o próprio processo de implantação do modo de produção capitalista.

A explicação da modernização pela incorporação do modo de produção capitalista se refere a uma determinação mais geral que deixa de lado a especificidade deste processo, tal como este se manifesta nas economias periféricas. Entretanto, o entendimento mais global da modernização requer fazer mediações entre o que é

específico, como o inconformismo diante da situação de atraso, do que é mais geral, como o processo de modernização comum a nações desenvolvidas ou periféricas que é fruto da simples atuação dos mecanismos econômicos capitalistas.

A simples decisão de nossas elites em empreender um desenvolvimento econômico alicerçado na evolução das forças produtivas capitalistas, já implica, portanto, em processos econômicos que se caracterizarão pela contínua modernização dos padrões de consumo e pela disseminação de novas formas de vida.

A questão central passa a ser desvendar de que forma os mecanismos econômicos, intrínsecos ao modo de produção capitalista, desencadeariam os constantes processos de modernização. Porém, é justamente neste ponto que a análise da concorrência capitalista se apresenta como chave para se entender as rodadas de modernização.

Os processos de concorrência capitalista são, portanto, desencadeadores dos processos de modernização, na medida em que a rivalidade entre os capitais - pela busca de novos mercados ou ampliação dos lucros - estimula processos de inovação e conseqüente introdução de novos produtos, os quais revolucionam as formas de vida.

O sistema capitalista, por outro lado, se expande pelo incremento do gasto em consumo. Ou seja, o bom desempenho da economia capitalista pode ser medido pela contínua expansão dos gastos em consumo. Entretanto, a elevação da produção de um bem - dado seu preço e o nível/distribuição da renda - tende a saturação. Logo, a saturação do mercado é contornada pela inovação e introdução de novos produtos que realimentam novos gastos em consumo e uma nova expansão capitalista.

O último ponto que se quer chamar atenção sobre as razões da intensificação, no país, das rodadas de modernização se refere ao fato de que não somente este processo se liga ao desenvolvimento industrial, mas a um tipo peculiar de industrialização calcada no capital internacional. Portanto, não se pode entender a modernização dos padrões de consumo do país sem considerar o papel central ocupado pelo capital internacional durante todo o processo da industrialização.

A presença das multinacionais na estrutura do capitalismo brasileiro é vital para se entender como se desenrola a atualização dos padrões de consumo. Nesta perspectiva, devemos ter em mente o fato destas empresas estarem inicialmente imersas no ambiente econômico dos países desenvolvidos que se caracterizam por uma elevada renda média, a qual se traduz numa grande diversidade de padrões de consumo. Em

contrapartida, as multinacionais – com seu padrão tecnológico adaptado ao perfil de demanda das nações centrais – são transplantadas para a distinta realidade da economia brasileira que se caracteriza por um nível de renda média bastante inferior. Então, ora se procura criar um perfil de demanda compatível a estrutura de oferta, ora se enfrenta um colapso da estrutura industrial montada. É, assim, que, por meio de processos de reorientação da concentração de renda, opta-se por adequar o perfil de demanda à estrutura produtiva montada. Enfim, os mecanismos econômicos de concentração da renda permitem promover a ampliação do mercado de bens duráveis, conforme aponta Furtado: “...Em síntese: na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em *dinamizar* a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos e relativos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam em subsídios ao consumo, e transferências, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura. Foi assim possível obter uma ampliação ponderável de certas faixas do consumo, na direção requerida, sem propriamente dar atrás na política salarial. Em outras palavras: criaram-se privilégios para a fração da classe média habilitada a gerar, a curto prazo, o tipo de demanda que se pretendia dinamizar.”(Furtado,1972, p.41).

O ponto que se destacar é que a incorporação de novos padrões de consumo – semelhantes aos países desenvolvidos - não é um processo espontâneo que surgiria da simples implantação de uma estrutura produtiva capitalista. Ao, contrário, foi um processo construído pela geração artificial de uma classe média dotada de condições econômicas de exercer poder de consumo, mas que também era portadora dos mesmos valores culturais das economias capitalistas centrais. Ao mesmo tempo, a incorporação de novas formas de consumo, conforme já mencionado, aparece como resultado da necessidade de impedir que a estrutura produtiva montada entre em colapso pela sub-utilização dos recursos produtivos<sup>127</sup> Assim, ao invés da orientação industrial se guiar pelo perfil de demanda característico da economia brasileira, ocorreu exatamente o inverso. Ou seja, a decisão de ancorar o desenvolvimento industrial no capital internacional levou à implantação de políticas econômicas orientadas para adaptar o perfil de demanda as necessidades do sistema produtivo, como aponta Furtado: “ O chamado *modelo* brasileiro constitui uma tentativa de correção dessa insuficiência,

---

<sup>127</sup> A sub-utilização dos recursos produtivos ocorria justamente pela baixa renda per capita do país que produzia um perfil de demanda inadequado para os produtos que se desejava produzir.

mediante um esforço de adaptação da demanda à estrutura da oferta – crescimento mais rápido do poder de compra dos consumidores de duráveis – e uma ação mais ampla do Estado na geração de empregos.”(Furtado,1972, p.66).

A opção por uma industrialização centrada no capital internacional, portanto, não é neutra e tem importantes implicações, já que as transnacionais passam a impor padrões de consumo muitas vezes alheios as possibilidades e a realidade econômica dos países subdesenvolvidos, conforme se observa no comentário de Furtado: “...à medida em que avança o processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo, aí localizado, por grupos estrangeiros. Em consequência, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados.”(Furtado,1974, p.89).

O sistema capitalista já se caracteriza por uma forma de atividade econômica que implica em constantes processos de revolução nos padrões de consumo, os quais acabam por criar um quadro de necessidades humanas descoladas da simples necessidade de sobrevivência e reprodução do conjunto da população. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, a presença, no sistema produtivo, das multinacionais cria necessidades ainda mais supérfluas para uma economia que não supriu as necessidades básicas de sua população.

O ponto em questão é que não se pode conceituar de forma objetiva o que seria um quadro geral de necessidades humanas<sup>128</sup>, mas a presença do capital internacional na estrutura produtiva das nações periféricas passa definir e direcionar estilos de vida e padrões de consumo que, na maioria das vezes, afastam-se das reais necessidades ou dos fins últimos que deveria perseguir uma nação orientada por valores da construção de uma estrutura social mais igualitária. É, portanto, como se a presença das transnacionais introduzisse distorções nos fins últimos ou no sistema de valores de construção de uma sociedade igualitária, o que na verdade deveria orientar todos os esforços de transformação econômica<sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> A questão é que não se pode definir de forma objetiva uma cesta de produtos que atenderia um quadro de necessidade humanas de forma indistinta. Ou seja, as necessidades de consumo de cada país dependem de aspectos culturais e de costume.

<sup>129</sup> A questão que se quer colocar é que a forma como foi conduzida a industrialização brasileira acabou por criar um paradoxo entre modernização e construção de uma sociedade mais igualitária. Ou seja, por ter se optado pela industrialização centrada nos bens de consumo durável - e mais que isso restrita p24 certos segmentos sociais - teve que se empreender uma brutal concentração de renda, a qual era

O processo de modernização dos padrões de consumo – na dimensão requerida por nossas elites - só pode, entretanto, ser intensificado e diversificado através da estratégia de incorporação do capital estrangeiro à estrutura produtiva, já que o capital nacional não reuni as prévias condições econômicas e tecnológicas necessárias para satisfazer a demanda modernizante de nossas elites, conforme se observa na seguinte passagem em Furtado: “ A industrialização, nas condições de dependência, de uma economia periférica, requer intensa absorção de progresso técnico sob a forma de novos produtos e das técnicas requeridas para produzi-los. E na medida que avança essa industrialização, o progresso técnico deixa de ser o problema de adquirir no estrangeiro este ou aquele equipamento e passa a ser uma questão de ter ou não acesso a um fluxo de inovação que está brotando nas economias do centro...Caberia mesmo indagar se a demanda altamente diversificada dos grupos modernizados seria jamais satisfeita, com produção local, caso o fluxo de inovações técnicas devesse ser pago a preços de mercado. Esse fluxo é criado ou controlado por empresas que consideram ser muito mais vantajoso expandir-se em escala internacional do que alienar esse extraordinário instrumento de poder. Tratar-se-ia não somente de entregar o controle das inovações de uso imediato, mas também de assegurar uma opção sobre as futuras. Ademais, o preço da tecnologia teria que ser elevado, para a empresa local que se limitasse a adquiri-la no mercado, ao passo que, para a grande empresa que controla e vem utilizando no centro, essa tecnologia está praticamente amortizada. A este fato se deve que a grande empresa possa, mais facilmente, contornar os obstáculos de pequenez do mercado, falta de economias externas e outros que caracterizam as economias periféricas. Assim, a cooperação das grandes empresas de atuação internacional passou a ser solicitada pelos países periféricos, como a forma mais fácil de contornar os obstáculos que se apresentam a uma industrialização retardada que pretende colocar-se em nível técnico similar ao que prevalece atualmente nos países cêntricos.” (Furtado,1974,pp.88-89).

A recorrência ao capital externo para se intensificar o processo de modernização só poderia ainda ser entendida como resultado da confluência dos interesses modernizantes de nossas elites e os interesses econômicos das multinacionais, as quais

---

incompatível com formas de desenvolvimento igualitário. É ainda a presença das multinacionais que irá ditar a cesta de bens consumidas e, assim, o padrão de concentração de renda que ajustaria a demanda ap25 perfil da oferta.

se mostravam ávidas por explorar um mercado capitalista plenamente constituído e de grandes dimensões, como o brasileiro<sup>130</sup>.

A opção por se integrar ao sistema capitalista mundial e mais que isso se integrar através de um sistema de produção centrado no capital externo impõe, portanto, um certo automatismo ao processo de modernização, uma vez que os ritmos da atualização das formas de consumo passaram a ser ditadas pela lógica de valorização e concorrência do capital internacional. Ou seja, os processos e os ritmos de modernização passam a ser definidos por forças externas, sob as quais, sem a mediação do Estado, nossas elites não podem controlar.

O trabalho quis, então, apontar algumas razões que explicariam a *intensificação* do processo de modernização - mais especificamente na fase de industrialização. Assim, ao que parece, a lógica modernizante – resultante do estigma de inferioridade– seria realmente a causa primária e condição suficiente para se explicar a modernização dos padrões de consumo, uma vez que este processo já ocorria no âmbito da economia primária-exportadora, na qual evidentemente não havia um processo de desenvolvimento capitalista brasileiro<sup>131</sup> e era praticamente inexistente os investimentos industriais externos. Entretanto, ao se pretender apontar motivos que expliquem a intensificação da modernização se deve necessariamente observar o processo de desenvolvimento capitalista nacional e a presença das multinacionais na estrutura produtiva, já que estes fatores mudam substancialmente e qualitativamente a natureza e os ritmos da modernização. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e a presença do capital externo na estrutura produtiva potencializam a diversificação de padrões de consumo, quando se compara, por exemplo, com a situação anterior, na qual a economia brasileira permanecia como primária-exportadora.

## CONCLUSÃO

O trabalho, portanto, quis apontar as motivações que teriam nossa burguesia para

---

<sup>130</sup> É assim que o projeto modernizante de nossas elites passa a ser concretizado num contexto histórico específico, dado pelo movimento de transnacionalização produtiva ocorrido nos anos cinquenta e sessenta nas economias centrais.

<sup>131</sup> É claro que está afirmação deve ser relativizada, pois não se pode explicar o processo de modernização brasileiro sem considerar o processo mais geral do desenvolvimento capitalista das nações centrais, já que, mesmo na ausência de desenvolvimento capitalista no Brasil, é o desenvolvimento das forças capitalistas nas economias centrais que engendram a produção de bens consumidos por nossas elites.

assimilar, nos anos noventa, a agenda econômica neoliberal. Contudo, a análise, nos anos noventa, sobre a adoção do receituário neoliberal, passaria, a princípio, pela identificação da racionalidade da burguesia brasileira caracterizada pela: busca da valorização dos seus capitais, modernização dos padrões de consumo e, por fim, pela busca da associação externa. É, então, esta racionalidade – entendida como os fins últimos que guiam as ações de nossa burguesia – que explicaria, nos anos noventa, a adesão incondicional as proposições neoliberais.

A consecução desta racionalidade de valorização, modernização e associação externa varia, no entanto, de acordo com as transformações econômicas internas e com as mudanças do contexto internacional. Logo, o que se quis chamar atenção é que os meios ou instrumentos que utilizam nossa burguesia para atingir seus fins últimos, não são os mesmos e, assim, variam para melhor se adequar as novas condições internas e externas. Ou seja, no período desenvolvimentista, processos de valorização ou modernização passavam pela ação estatal e regulação econômica do mercado interno, já, nos anos noventa, estes processos se dão à margem da regulação estatal e se ligam, muito mais, à mecanismos de mercado<sup>132</sup>. Contudo, apesar dos diferentes meios ou instrumentos utilizados por nossas elites para atingir seus fins, pode-se perceber, durante toda evolução capitalista brasileira, a continuidade na mentalidade ou nos seus padrões de comportamento.

A proposta do trabalho, então, centrou nos anos noventa, no entanto, não se circunscreveu somente a esta período, visto que revelou-se uma análise mais ampla e geral. Portanto, o aspecto mais geral do trabalho – não só circunscrito aos anos noventa – seria dado pela identificação da racionalidade ou fins últimos que guiam a atuação de nossa burguesia para modificar seu contexto sócio-econômico. Por sua vez, o caráter específico dos anos noventa se evidenciou pelo novo contexto internacional e pelos novos métodos ou estratégias utilizadas por nossas elites para se integrar à comunidade internacional e, com isso, viabilizar a concretização dos seus fins últimos.

A hipótese implícita no trabalho foi que seria possível postular uma explicação geral ou universal sobre as razões que teriam nossa burguesia em concretizar o projeto econômico neoliberal. Enfim, a identificação de uma racionalidade ou um padrão de

---

<sup>132</sup> A valorização dos capitais privados nos anos noventa, por exemplo, deixa de ser garantida pelo Estado, através da reserva de mercado cativa e, assim, passa a estar ligada aos mecanismos de concorrência capitalista. Por sua vez, a modernização dos padrões de consumo deixa de ser definida pela regulação econômica estatal e passa a estar associada a lógica de concorrência dos oligopólios internacionais, os quais definem se a modernização de padrões de consumo se dará pelas importações ou

comportamento histórico de nossas elites tornaria possível não só explicar as transformações sócio-econômicas recentes, mas também as anteriores transformações econômicas do país.

A análise do trabalho não quis, contudo, apontar para um determinismo, como se o único caminho possível para o país fosse a adesão ao programa econômico neoliberal. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que o campo de escolhas para o país era muito restrito, devido mesmo a sua condição periférica no sistema capitalista. É, por isso, que a assimilação do ideário econômico neoliberal se apresentava como o mais próximo ou condizente, com os fins de associação externa e modernização buscados por nossa burguesia. Logo, a proposta econômica neoliberal era tida, por nossa burguesia, como a que mais permitiria ao país se integrar a comunidade internacional e, assim, dar continuidade aos seus fluxos de modernização.

O estudo, então, privilegiou a análise da perspectiva das motivações que tiveram nossas elites para aderir o receituário neoliberal. Assim, isto foi uma opção de enfoque, visto que se reconhece a importância das determinações externas nos processos de transformações sócio-econômicas. Ainda mais numa economia periférica que não está à frente das transformações econômicas mundiais e, por isso, reage apenas de forma adaptativa. Contudo, devido a perspectiva da análise e ao caráter limitado do trabalho, focou-se as transformações sócio-econômicas dos anos noventa da perspectiva das elites nacionais, embora, quando necessário, foi apontado como as transformações econômicas internacionais e a pressão do capital externo influenciaram a adesão aos princípios econômicos neoliberais. Enfim, concebeu-se a implantação, nos anos noventa, da agenda neoliberal, como a confluência dos interesses dos grupos hegemônicos internos e do grande capital internacional, mas sem perder de vista que são as elites dirigentes do país que sancionam as transformações econômicas internacionais.

A perspectiva da análise teve em vista procurar avaliar as possibilidades do país em repetir os mesmos passos de nações retardatárias que conseguiram superar sua condição de subdesenvolvimento. Ou seja, durante a análise, teve-se como contraponto ou parâmetro um desenvolvimento capitalista “ideal” que poderia ser caracterizado: pelo desenvolvimento das forças produtivas, incorporação de um núcleo endógeno de inovação, processos de redução das disparidades com a integração social do conjunto da população, adequação do capital internacional aos desígnios da nação e, por fim, a determinação imperialista das elites locais para expandir seu circuito de valorização em

escala planetária. No entanto, este tipo de desenvolvimento capitalista “ideal” parecia ter mais possibilidade de êxito na fase inicial da montagem da industrialização brasileira, caso se tivesse combinado o desenvolvimento das forças produtivas em bases nacionais, ao lado de processos de redistribuição da renda e da propriedade do capital, os quais possibilitariam que a modernização industrial viesse acompanhada da integração social e elevação do bem-estar do conjunto da população. Em suma, as decisões anteriores, de adequar o desenvolvimento nacional as “exigências” do capital internacional e de ancorar a modernização econômica na exclusão social, parecem influenciar ou condicionar de forma decisiva toda evolução econômica posterior, o que torna, nos anos noventa, a possibilidade de um desenvolvimento autônomo ou autodeterminado uma realidade muito mais complexa e difícil de ser atingida – se é que ainda é possível pensar neste tipo de desenvolvimento no quadro de uma economia tão dependente como a brasileira.

A questão, no entanto, não é pura e simplesmente condenar a participação do capital externo ou, então, de forma ingênua advogar um desenvolvimento econômico isolado, visto que uma proposição deste tipo seria ignorar a própria natureza do capital que busca ampliar seu circuito de valorização em escala mundial. Contudo, questiona-se, durante toda evolução capitalista do país, a relação estabelecida com o capital internacional, na qual sempre se procurou adequar a nação as determinações do grande capital internacional, ao invés, de procurar estabelecer um tipo de relacionamento em que a atuação do capital externo pudesse ser compatível com o desenvolvimento nacional de bases democráticas.

O papel secundário aceito pela burguesia nacional durante a industrialização, por sua vez, contribuiu para tornar instável ou intensificar a vulnerabilidade dos processos de valorização assentados no espaço nacional, uma vez que a continuidade dos processos de valorização interna fica muito condicionada a lógica de valorização do grande capital internacional e, com isso, a importância estratégica desempenhada pelo mercado interno para concorrência capitalista em escala mundial.

A análise ainda quis apontar como o debilitamento do Estado reduziria ainda mais a autonomia das elites nacionais em conduzir o desenvolvimento nacional. Por um lado, o enfraquecimento do Estado implica na perda de um importante mecanismo que possibilitava orientar o desenvolvimento econômico do país, através da regulação dos ritmos de modernização, determinação dos setores econômicos prioritários e

delimitação dos espaços de atuação do capital internacional. Ao contrário, nos anos noventa, o desenvolvimento econômico interno passa a ser regido pela lógica de valorização e da concorrência dos grandes oligopólios internacionais. Enfim, nos anos noventa, abdica-se do papel de consciência coletiva nacional que poderia ser desempenhado pelo Estado, em favor da mão invisível do mercado, como organizadora das atividades econômicas internas.

O avanço do capital externo na estrutura produtiva e financeira do país é outro elemento que, nos anos noventa, reduz o espaço de autonomia interna da burguesia nacional, uma vez que o circuito de valorização do capital nacional passa cada vez mais a estar atrelado e dependente das decisões de investimento das grandes corporações transnacionais. Em contrapartida, nos anos noventa, o capital nacional foi deslocado para posições ou atividades econômicas mais secundárias. Ou seja, na década de noventa, a maior dependência do circuito de valorização dos capitais nacionais reduz o poder de barganha ou de negociação dos grupos internos, em relação ao capital internacional. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento dos grupos nacionais reduz sua importância ou sua capacidade de influenciar na definição das políticas econômicas do país.

A questão que se quis chamar atenção é que, nos anos noventa, a desarticulação do Estado interventor e o avanço da internacionalização produtiva produzem um ambiente sócio-econômico de grande instabilidade para burguesia brasileira, visto que seu processo de valorização – antes garantido pela reserva de mercado cativa – passa a estar condicionado pelas decisões das empresas transnacionais em ampliar seus investimentos no país<sup>133</sup>. Por sua vez, a perda de instrumentos de intervenção estatal e a internacionalização produtiva do país implicam, tanto na perda do controle sobre novas tecnologias ou novas formas de gestão/racionalização da produção, quanto na substituição da produção doméstica por fornecedores internacionais, o que corresponde a elevação do desemprego e a marginalização social, as quais comprometem a estabilidade social interna. Enfim, nos anos noventa, o cenário de maior instabilidade para burguesia nacional se deve, seja pela maior indefinição ou redução de seus espaços de valorização, seja pelo risco de maior de desagregação social.

A grande dimensão econômica assumida, nos anos noventa, pelo capital internacional implica que o capital nacional, por si só, não é capaz de ampliar seus

---

<sup>133</sup> A decisão de ampliar ou não seus investimentos no país passa a depender da importância do mercado interno na concorrência capitalista mundial.

circuitos de valorização e, portanto, passa a depender dos investimentos das empresas estrangeiras. Enfim, na década de noventa, cria-se uma situação de simbiose e contradição, na qual a expansão dos canais de valorização - atrelados ao capital internacional - são requeridos por nossas elites porque representam a ampliação de seus negócios, contudo, o aprofundamento da internacionalização produtiva desloca o capital nacional para posições econômicas ainda mais secundárias.

A longevidade da estratégia econômica neoliberal vai depender, como estratégias econômicas anteriores, da possibilidade de seu dinamismo econômico articular os diversos interesses das elites do país. Entretanto, a fragilidade da inserção externa e baixo dinamismo – que dificulta a articulação dos interesses das diferentes frações do capital – já apresentam limitações desta agenda econômica que alimentam focos de insatisfação. Por sua vez, uma economia periférica, sujeita as transformações irradiadas de fora, não pode prescindir do Estado, a menos que se abdique de vez de um projeto de nação. Por último, a continuidade do modelo econômico de forte exclusão social potencializa ainda mais a desagregação do tecido social e eleva o risco de instabilidade social.

A reversão nos rumos do desenvolvimento econômico nacional, muito mais que questões de desenvolvimento das forças produtivas, envolve o sistema de valores ou fins últimos que, em última instância, determinam todos esforços da burguesia nacional em modificar seu contexto sócio-econômico. Então, qualquer alteração significativa da trajetória econômica do país requer uma mudança de mentalidade ou a revisão dos fins que guiam as ações das elites políticas e econômicas do país. Enfim, por envolver um sistema de valores, qualquer revisão no desenvolvimento econômico nacional se revela muito complexa porque envolve pressão de forças sociais sobre nossa burguesia que as levem a abdicar de uma série de privilégios, em favor de um desenvolvimento econômico mais igualitário.



## ***Referências Bibliográficas***

ALMEIDA, J.S.G. *Crise econômica e Restruturação de Empresas e bancos nos anos oitenta*. Campinas. UNICAMP, Tese de doutoramento, 1994.

BACHA, E. *Plano Real: uma avaliação*. IN: MERCADANTE, A.(org). *O Brasil pós-real*. Campinas:Unicamp, 1997.

BAER,M. *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra ,1994.

BARROS, J.R.M e GOLDENSTEIN, L. *Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro*. Revista de economia Política, vol 17, n.2, abr/jun.1997.

BATISTA Jr.P.N. *Formação de capital e transferência de recursos ao exterior*. Revista de Economia Política. Vol.7,n.1, jan/mar,1987.

\_\_\_\_\_ *Mito e realidade na Dívida Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BIELSCHOWSKY, R. e STUMPO, G. *A internacionalização da indústria brasileira: Números e Reflexões depois de alguns anos de abertura*. IN: BAUMANN, R.(org). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CARDOSO, F.H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1972.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_ *Conseqüências do Neoliberalismo*. Economia e Sociedade, Campinas, n.1, p.59-68, ago.1992.

\_\_\_\_\_ & BELLUZZO, L.G. *Reflexões sobre a crise atual*. IN: BELLUZZO, L.G; COUTINHO, R. (orgs). 4ed. Campinas: UNICAMP. I.E, 1998.

CARNEIRO, R.M. *Crise, Estagnação e Hiperinflação*. Campinas, UNICAMP. Tese de doutoramento, 1991.

CASTRO, A.B; SOUZA, F.E.P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_ *O saldo e a dívida*. Revista de Economia Política, vol.8, n.2, abr/jun, 1988.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, L. *A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança*. Economia e sociedade, Campinas, n.1, p.69-88, ago, 1992

\_\_\_\_\_ *A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*. Trabalho apresentado ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, 9, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_ & BELLUZZO, L.G. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. Economia e sociedade. n.7, dez, 1996.

CRUZ ,P.D. *Dívida externa e política econômica – A experiência brasileira nos anos 70*.Campinas: UNICAMP,1999.

\_\_\_\_\_ *Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: os setores públicos e privados na crise dos anos oitenta*. Nova Economia, vol 4, n.1, agosto 1995.

\_\_\_\_\_ *Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra*. Economia e Sociedade Economia e sociedade, n.3, dez.1994.

DELFIN NETO, A. O plano Real e a armadilha do crescimento econômico. IN: MERCADANTE, A.(org). *O Brasil pós-real*. Campinas:Unicamp, 1997.

DEVLIN, R. *Crescimento dos fluxos de capital e desenvolvimento: uma visão geral das questões de política econômica*. Pesquisa e Planejamento, v24, n.3, dez, 1994

DINIZ, ELI. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas/ Renato Boschi, Eli Diniz, Fabiano Santos – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.*

\_\_\_\_\_ *Empresário , Estado e capitalismo no Brasil:1930/1945*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_ *Globalização, Reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Editora FGV,2000.

DRAIBE, S.M. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. Revista USP. *Dossiê liberalismo/neoliberalismo*, n.17, março, abril, maio. 1993.

ERBER, F. e CASSIOLATO, E. *Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE*. Revista de economia política, vol.17,n.2.abr/jun.1997.

FAJNZYLBBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México: Nueva Imagen,1983.

FERNANDES, FÁTIMA. *Múltis crescem 146% na década liberal*. Folha de São Paulo,10/02/2002.

FERNANDES, FLORESTAN. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar,1976.

\_\_\_\_\_ *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar,1975

\_\_\_\_\_ *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar,1968.

\_\_\_\_\_ *Globalização e neoliberalismo*, Folha de São Paulo, 26/12/1994

\_\_\_\_\_ *O eclipse do trabalho*, Folha de São Paulo,26/06/1995.

FIORI, J. L. *Em Busca do Dissenso Perdido – ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight.Ed, 1995.

\_\_\_\_\_ *Reforma ou Sucata: O dilema estratégico do setor público brasileiro*. In: Nova Economia, vol.3, n.1, set,1993.

\_\_\_\_\_ *Globalização, hegemonia e império*. IN: Tavares, M. da C; Fiori, J.L(orgs) *Poder e dinheiro*, R.J: Vozes,1997.

FISHLOW,A. *A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo(1974/84)*. R.io de Janeiro. Pesquisa e desenvolvimento, dez, 1986.

FRAGA, E. Bancos ampliam lucros com dívida pública. Folha de São Paulo,27/01/2002.

- FURTADO, C. *A Fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_ *Análise do “modelo brasileiro”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_ *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_ *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.
- \_\_\_\_\_ *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_ *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_ *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GOLDENSTEIN, L. *Repensando a Dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994
- GONÇALVES, R. *Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira*. IN: BAUMANN, R.(org) *O Brasil e a Economia Global*. R.J: Campus, 1996.
- HAGUENAUER, L. *Estimativas do Valor da Produção Industrial e Elaboração de Coeficientes de Exportação e Importação da Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro. IPEA. Texto para discussão, n. 563, 1998.
- KRUGMAN, P. *Tulipas holandesas e mercados emergentes*. Política Externa, v.4 ,n.2, set 1995.
- LANGONI, C.G. *A crise do desenvolvimento*. R.J: José Olympio, 1985.

LAPLANE, M. e SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90*. Economia e sociedade, n.8, jun.1997.

MALAN, P.S; BONELLI, R. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80*. R.J.IPEA/INPES. Texto para discussão,n.60,1983.

NOVAIS, F.A; CARDOSO DE MELLO, J.M. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. IN: *História da vida privada*. Volume IV. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Página 509-658.

OLIVEIRA, C.B. *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas,1985. Tese(Doutorado), Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, F. DE. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRADO, S.(coord.). *Processo de privatização no Brasil: a experiência dos anos 1990-92*. IESP/FUNDAP. *Relatório de pesquisa*, n.11, 1993.

\_\_\_\_\_ *Duas décadas de privatização: um balanço crítico*. Economia e Sociedade, n.10, jun.1998.

SAMPAIO JR, P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1999.

\_\_\_\_\_ *O impasse da "formação nacional"*. In *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Fiori(organizador). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TAVARES, M.C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: UNICAMP(1974),1985.

\_\_\_\_\_ *Auge y declinio del processo de sustitución de importaciones*. In: Boletín Económico de América Latina, Santiago de Chile, v.9, n.1, s.p, mar, 1964.

\_\_\_\_\_ *A economia política do Real*. IN: Mercadante,A.(org). O Brasil pós-real Campinas:Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*.Ed. Zahar,1972.

TEIXEIRA, A. O ajuste impossível. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP,1983.